



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PRESIDENTE PRUDENTE

EVANDRO CESAR CLEMENTE

**FORMAÇÃO, DINÂMICA E A REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO
LEITE NA REGIÃO DE JALES-SP**

Presidente Prudente-SP

2006



**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
PRESIDENTE PRUDENTE**

EVANDRO CESAR CLEMENTE

**FORMAÇÃO, DINÂMICA E A REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO
LEITE NA REGIÃO DE JALES-SP**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia-campus de Presidente Prudente-SP, para a obtenção do título de Mestre em Geografia. (Área de Concentração: Produção do espaço geográfico. Linha de Pesquisa: Espaço rural e movimentos sociais.)

Orientador: Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol

Presidente Prudente

2006

**Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço Técnico de Biblioteca e Documentação
UNESP – FCT – Campus de Presidente Prudente**

C563f Clemente, Evandro Cesar.
Formação, dinâmica e a reestruturação da
cadeia produtiva do leite na região de Jales-SP /
Evandro César Clemente. – Presidente Prudente : [s.n.],
2005
xvi, 196 f. : il.

Dissertação (mestrado). - Universidade
Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Orientador: Antônio Nivaldo Hespanhol

1. Geografia. 2. Pecuária leiteira. 3. Pequeno produtor
rural. 4. Associação de produtores rurais. I. Clemente,
Evandro César. II. Hespanhol, Antônio Nivaldo. III. Título.
CDD (18.ed.) 910.135

Dedico este trabalho aos meus pais, Antonio Clemente e Maria Bernardete Clemente, que desde cedo me ensinaram a enfrentar as dificuldades impostas pela vida com simplicidade e humildade.

AGRADECIMENTOS

A concretização da presente dissertação se tornou possível graças à colaboração de diversas pessoas. Manifestamos nossa gratidão a todas elas e de forma particular:

Ao Prof. Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol, com o qual venho trabalhando desde o início do curso de graduação no ano de 1998, e que me ensinou a dar os primeiros passos na pesquisa científica, além da paciência, do apoio nos momentos mais difíceis e a seriedade despendida para comigo nesses 8 anos de trabalho conjunto;

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pela concessão da Bolsa;

Às professoras Dr^a. Alba Regina Arana e Dr^a. Ruth Y. Tsukamoto, pelas fundamentais contribuições durante o exame de qualificação;

Aos membros do GEDRA: Álvaro, Adriana Salas, Adriano, Antonio Carlos, Célia, Celso, Cory, Elaine, Elias, Érika, João, Joelma, José Alves, Lourdes, Luciene, Marcelo, Marcos, Miguel, Nivaldo, Noeli, Regiane, Reolarde, Robson, Rosângela e Wagner;

A todos os professores da graduação e da pós-graduação em Geografia, que nestes 8 anos de convivência e estudos tiveram contribuição fundamental para o meu crescimento intelectual;

Ao eterno mestre e amigo Sedeval, pelo infindável incentivo e ajuda nesta minha trajetória na Geografia, desde os tempos de Cefam; pelas contribuições

teóricas, pelas caronas a Prudente, pelo apoio nos momentos mais difíceis e por sempre estar disposto incondicionalmente a ajudar;

Ao amigo Celso D. Locatel, pelas contribuições teóricas, pela cessão da base cartográfica que ilustra o presente trabalho, e pela salutar amizade construída durante a graduação e a pós-graduação;

A Prof.^a de português Márcia Irene Martins Fernandes, pela correção gramatical da dissertação;

Ao José Rubens Fernandes e José Rubens Fernandes Júnior, pelo apoio desde o início da caminhada em 1998 e pela ajuda nas fotografias que compõem este trabalho;

A Rosemeire Rodrigues Alves Marcussi e meu pai Antonio Clemente, pela ajuda na aplicação de questionários;

Ao amigo José Carlos Ugeda Júnior, pelo apoio nos momentos difíceis, pela confecção dos cartogramas do trabalho e pela hospedagem nessas idas a Presidente Prudente neste ano de 2005;

Aos amigos Adriano e Robson, pela amizade construída durante a graduação;

Ao Elias, pela confecção dos mapas do trabalho;

Aos produtores de leite dos municípios de Jales, Urânia, Santa Albertina e Palmeira d'Oeste;

Ao médico veterinário da Casa da Agricultura de Jales, o Sr. Ivan Souphía Vitorelli, pelas informações concedidas e por facilitar o acesso às associações de produtores;

Ao produtor de leite do município de Urânia, o Sr. Sigmar Piovezani, pelas informações concedidas e pela disposição em ajudar;

Ao escriturário da Casa da Agricultura de Santana da Ponte Pensa Odair Bassi Bôer, que também realiza a análise e medição do leite da associação, pelas informações concedidas e pela disposição em nos ajudar;

A minha namorada Heleni, pelo relacionamento de respeito e confiança construído entre nós neste pouco tempo que estamos juntos;

Ao meu tio Nilson César Velho, pela amizade e pelo apoio dispensado nas horas mais difíceis;

E por fim, agradeço os meus pais Antonio Clemente e Maria Bernardete Clemente, que sempre me incentivaram a estudar, mesmo nos momentos de grandes dificuldades;

Também sou grato a todos aqueles que porventura não foram citados, mas que também tiveram sua parcela fundamental de auxílio na construção deste trabalho.

RESUMO

A pesquisa tem como objetivo principal caracterizar e analisar a cadeia produtiva do leite na região de Jales-SP, destacando a profunda reestruturação produtiva – nos âmbitos tecnológico, logístico e social – pela qual vem passando o setor láteo nacional a partir dos anos 1990, em decorrência da abertura comercial externa, da desregulamentação do setor e da estabilização monetária. Além disso, as mudanças tecnológico-logístico-sanitárias que vêm sendo adotadas pelos laticínios, se dão num contexto em que cada vez mais cresce a importância da tecnologia, da ciência e da informação nos processos produtivos. A pecuária leiteira vem se constituindo numa atividade relevante para a reprodução social dos pequenos e médios proprietários rurais, na medida em que proporciona maior liquidez que os demais produtos. Diante do exposto, deve ser levada em consideração a singularidade do espaço agrário regional, que apresenta: estrutura fundiária desconcentrada, policultura (com destaque para a viticultura de mesa) e o predomínio do trabalho familiar. Neste sentido, a pecuária leiteira adquire significativa relevância para os proprietários rurais da região, mesmo com a viticultura sendo o carro-chefe da agropecuária. No entanto, pelo profundo e rápido processo de reestruturação pelo qual vem passando a cadeia produtiva do leite no país, muitos produtores de leite da Região de Jales-SP vêm sendo marginalizados do setor por não atenderem às novas exigências sanitárias e tecnológicas exigidas, como o uso do tanque de resfriamento do leite na propriedade. A descapitalização do produtor rural aliada à falta de escala de produção de leite que justifique a aquisição de um tanque de resfriamento tem aumentado as dificuldades no setor. Os produtores da região de Jales têm se organizado em associações de produtores, como estratégia para se manterem na atividade.

Palavras-chave: Pecuária leiteira, pequeno produtor rural, reorganização produtiva, marginalização sócio-econômica e associação de produtores rurais.

ABSTRACT

This research has the main aim to characterize and analyze the milk productive chain in the region of Jales, São Paulo state, highlighting the deep productive reorganization – in the technological, logistical and social ambits – by which the national dairy sector has been coming through since the 90s, due to the external commercial opening, deregulation of the sector and monetary stability. Besides that, the technological-logistical-sanitary changes which have been adopted by dairies, happen in a context that is increasing more and more the importance of technology, science and information in the productive processes. The dairy cattle is becoming an outstanding activity for the social reproduction of the small and medium rural owners, as it provides a month liquidity that no other agricultural product offers. In front of this, it must be taken into consideration the uniqueness of the regional agrarian space, which presents: land structure not concentrated, mixed farming (highlighting the viticulture) and the predominance of family work. In this way, the milk cattle acquires significant relevance for the rural owners from this region, even with the viticulture being the most important activity of the farming. However, by the deep and fast restructure process by which the milk productive chain in the country has been going through, many milk producers from the region of Jales-SP are being minimized from the sector because they do not fit the new sanitary and technological demands required for the activity, as the use of a tank to cool the milk in the property. The under-capitalization of the rural producer linked to the lack of milk production scale, that justifies the acquirement of a cooler tank, have been putting in risk the permanence of this people in the sector. Because of this, the producers from Jales region are organizing themselves in producers associations, as strategy to strength themselves in front to the power carried out by the industrial capital and continue producing.

Key-words: dairy cattle, small rural producer, productive reorganization, social-economical minimization and rural producers association.

SUMÁRIO

Índice.....	xi
Índice de Figuras.....	xiv
Índice de Tabelas.....	xvi
1 Introdução.....	01
2 A expansão da pecuária leiteira, o processo de ocupação do extremo noroeste paulista e a gênese da pequena propriedade.....	10
3 O processo de tecnificação da agricultura no Brasil e a dinâmica da pecuária leiteira nos anos 1970 e 1980	49
4 O advento do meio técnico-científico-informacional e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales a partir dos anos 1990.....	68
5 Reestruturação produtiva da pecuária na Região de Jales à luz das novas condições impostas pela reorganização agroindustrial nos anos 1990.....	108
6 Considerações Finais.....	179
7 Referências.....	185
8 Anexos.....	196

ÍNDICE

1 -	Introdução.....	01
2 -	A expansão da pecuária leiteira, o processo de ocupação do extremo noroeste paulista e a gênese da pequena propriedade.....	10
2.1.	O processo de ocupação e incorporação do Estado de São Paulo ao processo de produção e circulação de mercadorias.....	14
2.2.	A expansão da pecuária no Estado de São Paulo: condições geográficas para a formação das bacias leiteiras.....	20
2.3.	O processo de ocupação e estruturação do espaço agrário da MRG de Jales....	32
2.3.1.	A estruturação do espaço agrário regional: condições histórico-espaciais que possibilitaram a implantação da pequena propriedade.....	37
3 -	O processo de tecnificação da agricultura no Brasil e a dinâmica da pecuária leiteira nos anos 1970 e 1980.....	49
3.1.	O processo de “modernização” da agricultura brasileira e a formação dos complexos agro-industriais – CAIs.....	50
3.1.2.	A seletividade do processo de “modernização” da agricultura no Brasil.....	56
3.2.	A dinâmica da pecuária leiteira sob as bases do processo de tecnificação da agricultura brasileira nos anos 1960 a 1980.....	59
4 -	O advento do meio técnico-científico-informacional e a reestruturação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales a partir dos anos 1990.....	68
4.1.	Globalização e mudanças no padrão de acumulação capitalista: do fordismo ao toyotismo e a Terceira Revolução Industrial.....	70
4.2.	Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional.....	78
4.2.1.	O meio técnico-científico-informacional e a agricultura: dos CAIs aos “complexos em rede”.....	81

4.2.2.	Reestruturação da agroindústria Láctea a partir dos anos 1990.....	87
4.2.2.1.	Reorganização geográfica da produção: o leite rumo ao cerrado.....	93
4.2.2.2.	Concentração e centralização de capitais no setor lácteo.....	96
4.2.3.	Reorganização da estrutura agroindustrial Láctea na Região de Jales.....	98
4.2.3.1.	Novas estratégias adotadas pela Nestlé.....	105
5 -	Reestruturação produtiva da pecuária na Região de Jales à luz das novas condições impostas pela reorganização agroindustrial a partir dos anos 1990.....	108
5.1.	Caracterização dos produtores de leite.....	111
5.2.	Dedicação à pecuária leiteira.....	115
5.3.	Caracterização das unidades produtoras de leite.....	119
5.4.	Caracterização da pecuária bovina na Região de Jales.....	123
5.4.1.	Reorganização da pecuária bovina leiteira a partir dos anos 1990 na Região de Jales.....	126
5.4.2.	A produção regional de leite e a heterogeneidade dos sistemas produtivos.....	135
5.4.2.1.	Quantidade de ordenhas diárias.....	146
5.4.2.2.	Realização de inseminação artificial.....	146
5.4.2.3.	O uso do tanque de resfriamento de leite.....	148
5.4.3.	O “atraso” técnico e logístico do produtor de leite.....	151
5.4.4.	Organização territorial da pecuária leiteira.....	152
5.4.5.	Relação produtor-agroindústria.....	156
5.4.6.	O processo de reorganização produtiva e a “marginalização” dos produtores.....	158
5.4.7.	A emergência das associações de produtores de leite.....	164
5.4.7.1.	A APROLEITE Jales.....	165
5.4.7.2.	A APROLEITE – Dirce Reis.....	167
5.4.7.3.	Associação dos Produtores Rurais de Santa Albertina.....	168
5.4.7.4.	Associação dos Produtores de Leite de Santana da Ponte Pensa.....	168
5.4.8.	A importância da atuação das organizações coletivas como estratégia de	

	reprodução social dos produtores de leite no contexto da reestruturação produtiva do setor lácteo.....	170
6 -	Considerações Finais.....	181
7 -	Referências.....	188
8 -	Anexos.....	196

ÍNDICE DE FIGURAS

Nº	Páginas
01 - Mapa com localização da Região de Jales.....	13
02 - Mapa com os principais áreas produtoras de leite do Estado de São Paulo no ano de 1940.....	27
03 - Mapa com as principais áreas produtoras de leite do Estado de São Paulo no ano de 1965.....	28
04 - Mapa da fazenda Ponte Pensa e a estrada “boiadeira”.....	35
05 - Malha fundiária da Microrregião de Jales (1980 – 1996) por grupos de área	46
06 - Malha fundiária da Microrregião de Jales (1980 – 1996) por número de estabelecimentos.....	46
07 - Mapa com a localização dos laticínios e municípios com associações de Produtores na Microrregião de Jales.....	100
08 - Faixa etária dos produtores pesquisados.....	111
09 - Propensão dos filhos em continuar com a pecuária leiteira.....	113
10 - Nível de escolaridade dos produtores pesquisados.....	114
11 - Motivos da dedicação dos proprietários rurais à pecuária leiteira.....	118
12 - Estratos de área apresentada entre os produtores de leite.....	120
13 - Atividade principal das unidades produtoras de leite.....	122
14 - Foto de aspecto do rebanho bovino regional.....	132
15 - Utilização de ordenhadeira mecânica pelos produtores da região de Jales..	144
16 - Foto de ordenhadeira mecânica de leite numa propriedade rural em Urânia	145
17 - Quantidade de ordenhas/dia pelos produtores da região de Jales.....	147
18 - Utilização de inseminação artificial pelos produtores da região de Jales.....	148
19 - Foto de tanque de resfriamento de leite em propriedade rural especializada na produção de leite, no município de Urânia.....	149
20 - Produtores que possuem tanque de expansão na região de Jales.....	150
21 - Mapa dos municípios com a produção, produtividade e vacas ordenhadas..	155
22 - Porcentagem de fornecedores dos laticínios que atuam na região.....	159
23 - Proporção dos produtores que mudaram de laticínios a partir dos anos	

1990 na região de Jales.....	160
24 - Laticínio aos quais os produtores encontravam-se vinculados anteriormente.....	164
25 - Foto do local cedido provisoriamente, pela Prefeitura Municipal de Jales para a associação de produtores de leite do município instalarem os tanques de resfriamento de leite.....	166
26 - Problemas/dificuldade apontadas pelos produtores da região de Jales.....	177

ÍNDICE DE TABELAS

Nº		Páginas
01	Produção regional de leite no Brasil.....	96
-		
02	Efetivo bovino da MRG de Jales (1980 – 2002).....	124
-		
03	Maiores empresas de laticínios no Brasil.....	127
-		
04	Produção de leite e número de vacas ordenhadas na MRG de Jales (1980 – - 2002).....	134
05	Classificação dos produtores entrevistados de acordo com a quantidade de - litros/dia produzidos.....	137
06	Produtividade dos produtores entrevistados na Região de Jales.....	141
-		
07	Número de vacas ordenhadas e produção de leite na microrregião de Jales, - por município para o ano de 2002.....	153

1 – INTRODUÇÃO

Na presente pesquisa analisou-se o processo de formação e a dinâmica da cadeia produtiva do leite na Microrregião de Jales-SP. A referida Região localiza-se no extremo noroeste do Estado de São Paulo, no espigão divisor entre os rios Grande e São José dos Dourados, limitando-se ao oeste com o Estado do Mato Grosso do Sul e ao norte com o Estado de Minas Gerais.

Faz-se necessário enfatizar os aspectos singulares do espaço agrário regional, como o predomínio de uma estrutura fundiária menos concentrada, do trabalho familiar e da policultura, tendo como destaque a fruticultura em alguns dos municípios que integram a MRG. Neste sentido, o espaço agrário da Região de Jales apresenta algumas características que fogem do padrão predominante no Oeste Paulista de forma geral, como: forte concentração fundiária, predomínio de uma pecuária bovina de cunho especulativo e, como consequência, uma baixa dinamicidade econômica.

A pesquisa aborda o processo de formação da cadeia produtiva do leite na Região de Jales. Para isso, foi efetuado um resgate histórico do processo de ocupação do espaço regional, destacando-se a estratégia dos pequenos proprietários rurais em adotarem a policultura e o papel desempenhado pela pecuária leiteira nas estratégias de sobrevivência destes.

A Região de Jales, no entanto, não se constitui numa importante bacia leiteira, visto que a produção de leite não é muito elevada. Pelo contrário, a pecuária leiteira é uma atividade secundária, de modo que a Região de Jales se notabiliza pela produção de frutas, em especial a viticultura de mesa. No entanto, a pecuária leiteira na Região possui uma significativa relevância para os pequenos e médios proprietários rurais, na medida em que proporciona a estes uma liquidez financeira mensal que é

utilizada para o pagamento e manutenção da propriedade rural e também para cobrir as despesas do produtor e de sua família, contribuindo para a manutenção destes no campo e viabilizando a sua reprodução social. Este aspecto merece ser destacado, pois a atividade vem sendo uma alternativa segura de renda aos pequenos proprietários rurais, na medida em que garante um fluxo de renda regular ao longo de todo ano.

Além dos aspectos mencionados, a importância em estudar a produção de leite reside no fato deste ser um alimento essencial para o ser humano, sobretudo nos primeiros anos de vida, devido à sua composição de proteínas, vitaminas e sais minerais. Deste modo, o leite exerce relevante função nas fases de crescimento, formação óssea e muscular e na regulação do sistema nervoso.

Levando em conta os aspectos singulares do espaço agrário da Região de Jales e a relativa importância da pecuária leiteira para a reprodução social dos pequenos e médios proprietários rurais, o segmento leiteiro regional passou e passa por um processo de reestruturação. Isso se deve às mudanças na cadeia produtiva do leite no Brasil a partir dos anos 1990, que passou a ser assolada por um processo de reorganização produtiva desencadeado pela abertura comercial externa (formação do Mercosul), desregulamentação do mercado, da estabilização monetária e da ampliação das exigências sanitárias. Esta reestruturação que vem atingindo o setor a partir dos anos 1990 tem colocado em xeque a permanência dos pequenos produtores na atividade, os quais não dispõem de condições e de capital para responderem às novas exigências, como maior escala de produção e produtividade, além da aquisição do tanque de expansão, indispensável atualmente para a inserção e manutenção do produtor de leite na atividade.

Em face desse profundo processo de reestruturação produtiva, que aponta cada vez mais pela busca de produtividade e especialização, a hipótese inicial da pesquisa consistia na tese da exclusão dos produtores não-especializados, principalmente aqueles que não conseguirem se especializar, que não forem capazes, portanto, de responderem às novas exigências. Neste sentido, na Região de Jales existe um número considerável de pequenos produtores de leite que não são especializados, justamente pela dedicação simultânea à produção de outras culturas, como a fruticultura. Deste modo, estes produtores vêm apresentando grandes dificuldades para se adequarem às exigências requeridas pela legislação e o mercado.

A pesquisa teve, portanto, como objetivo principal analisar a formação e a dinâmica da cadeia produtiva do leite na Região de Jales no período de 1980 ao início do século XXI sob o contexto das transformações que vêm assolando o setor lácteo brasileiro a partir dos anos 1990, desencadeadas pela abertura comercial externa e a formação do Mercosul, desregulamentação do setor, estabilização monetária e da implementação da Normativa 51, que estabelece a granelização total da coleta de leite a partir de julho de 2005.

O principal objetivo da pesquisa foi desdobrado em outros objetivos específicos, de modo a aprofundar as análises, os quais consistiram em: a) analisar a gênese e evolução da cadeia produtiva do leite na região de Jales; b) estudar os efeitos das políticas públicas e das normas sanitárias elaboradas para o setor; c) investigar e caracterizar as (novas) formas de integração indústria/produtor; d) averiguar os impactos das mudanças estruturais do setor sobre a cadeia produtiva do leite na região de Jales, bem como a nova configuração territorial e a mudança no padrão de organização das empresas do setor no contexto das recentes transformações

estruturais que atingem o setor produtivo de leite; e, e)aprofundar a análise das dificuldades dos produtores não-especializados em permanecer na atividade após as mudanças na década de 1990 e buscar discutir alternativas no intuito de minimizar os impactos negativos de tais mudanças.

Para o desenvolvimento da pesquisa e o cumprimento dos objetivos propostos, foram adotados alguns procedimentos metodológicos.

Para o aprofundamento da análise da dinâmica da cadeia produtiva do leite na Região de Jales, foi adotado como recorte temporal o período que vai de 1980 até o início do século XXI, tendo em vista que foi a partir do final dos anos 1980 e especialmente nos anos 1990 que ocorreram as principais mudanças que afetam o setor, como: a abertura comercial externa, a desregulamentação do mercado, a estabilização monetária, dentre outros.

Diante do tema proposto e de modo a obter subsídios teóricos necessários para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se um referencial teórico sobre o processo de ocupação da região de Jales e expansão da pecuária leiteira pelo Estado de São Paulo. Além disso, utilizou-se outros referenciais teóricos acerca do processo de tecnificação da agricultura brasileira nos anos 1960 e 1970 e do esgotamento deste modelo, e a emergência de um novo modelo baseado em novas estratégias sob o contexto do processo de mundialização do capital, o surgimento do capitalismo “flexível” e a constituição do meio técnico-científico-informacional³, com a união cada vez maior da ciência e da técnica e sua utilização cada vez maior nos

³ O período que se segue após a Segunda Guerra Mundial foi denominado pelo geógrafo Milton Santos de técnico-científico em sua obra intitulada “Espaço e método”, publicada no ano de 1985. Em suas obras posteriores, como “Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional” (1994) e a “A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção” (1996), o autor passou a denominar de meio técnico-científico-informacional o período posterior aos anos 1980.

processos produtivos da agricultura, trazendo significativas mudanças na forma de produzir desta. Também foi utilizado um referencial teórico sobre as recentes mudanças ocorridas na cadeia produtiva do leite no Brasil.

De modo a obter um maior detalhamento e aprofundamento da pesquisa, realizou-se uma delimitação territorial dos municípios da microrregião geográfica de Jales que apresentam maior expressividade na produção de leite na esfera regional para que fosse realizado o levantamento de dados e informações via pesquisa de campo. Neste sentido, foram selecionados os seguintes municípios: Jales com 14,1% da produção regional, Santa Albertina, 12,3%, Urânia 9,9% e Palmeira d'Oeste com 9,7% da produção regional de leite.⁴ Estes quatro municípios juntos são responsáveis por 46,0% da produção de leite regional.

Tendo em vista a heterogeneidade apresentada pelos sistemas produtivos da pecuária leiteira no Brasil, foi realizada uma classificação dos produtores de leite pesquisados, segundo a metodologia adotada por Fellet; Gallan (2001), de modo que foi considerado pequeno produtor aquele que entrega até 100 litros diários; médio, que entrega de 100 a 300 litros/dia; e grande o que entrega acima de 300 litros/dia.

Os dados de fonte secundária foram obtidos aos Censos Agropecuários e na publicação Pesquisa Pecuária Municipal da FIBGE. Estes dados foram relevantes para a caracterização da pecuária leiteira regional.

Para o levantamento dos dados de fonte primária foram elaborados roteiros que foram utilizados quando da realização de entrevistas com os dirigentes dos

⁴ Os dados utilizados para esta constatação foram baseados no ano de 2000 e foram obtidos no EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural) de Jales.

laticínios da Região, com os líderes das associações de produtores e com os técnicos das Casas da Agricultura. Também foram elaborados modelos de formulários, os quais foram aplicados a 80 produtores de leite da Região de Jales.

A seleção dos produtores a serem aplicados os formulários foi feita de modo aleatório, de forma a abarcar produtores com perfis bastante heterogêneos no que se refere à produção de leite. Neste sentido foram aplicados 19 formulários a produtores do município de Jales, 21 formulários no município de Urânia, 22 formulários no município de Santa Albertina e 18 formulários no município de Palmeira d'Oeste.

Os dados e as informações coletadas nas entrevistas e através da aplicação de formulários foram tabulados e analisados, sendo seus resultados utilizados na confecção de gráficos e tabelas que ilustram este trabalho, de forma a facilitar a compreensão dos resultados obtidos.

No primeiro capítulo efetuou-se um breve resgate histórico do processo de ocupação e incorporação do Estado de São Paulo ao processo de produção e circulação de mercadorias e situando neste contexto o processo de expansão da pecuária leiteira no território do Estado de São Paulo. Foi realizada análise do processo de ocupação e estruturação do espaço agrário regional, destacando a emergência da Região de Jales como um espaço singular pela presença de uma estrutura fundiária menos concentrada que o padrão geral observado pelo Estado de São Paulo.

No segundo capítulo procedeu-se a análise do processo de tecnificação da agricultura brasileira, ocorrido a partir dos anos 1960, destacando-se o seu caráter seletivo que marginalizou produtos, produtores e regiões do país. Desta forma, buscou-se realizar uma análise das implicações deste processo na pecuária leiteira e na Região de Jales. Tanto a pecuária leiteira como a Região de Jales permaneceram à margem do

processo de “modernização” da agricultura brasileira num primeiro momento. Na Região de Jales, ocorreu uma significativa incorporação de modernas técnicas de cultivo somente com a introdução da fruticultura a partir do final dos anos 1980. Com relação à pecuária leiteira, este setor também passou praticamente incólume por este período. Por ser um produto de alimentação popular e sofrer a política de tabelamento visando conter a inflação, as significativas inovações tecnológicas passaram ao largo deste setor. Somente no início dos anos 1990, sob um outro “modelo” de desenvolvimento da agricultura no país, é que este setor passou a incorporar modernas tecnologias ao seu processo produtivo.

No terceiro capítulo, procurou-se analisar a mundialização do capital e as implicações disso para a agricultura brasileira. Buscou-se destacar a passagem a partir dos anos 1970 do paradigma fordista para um outro “flexível”, destacando a constituição do meio técnico-científico-informacional e as implicações dessas mudanças para a agricultura brasileira. Cabe lembrar, que será trabalhado com o conceito de meio técnico-científico-informacional, elaborado pelo geógrafo brasileiro Milton Santos, para designar a dotação cada vez maior do território de recursos da informação, da ciência e da técnica, enfatizando a integração cada vez maior destes dois últimos elementos.

No quarto capítulo do trabalho, efetuou-se a análise das mudanças que a reestruturação produtiva do setor lácteo vêm acarretando para a cadeia produtiva da Região de Jales. O setor lácteo vem sofrendo um intenso processo de concentração e centralização de capitais no Brasil. O advento de grandes empresas transnacionais que atuam no setor em nível mundial, como a Parmalat e a incorporação de novas estratégias pela Nestlé, grande multinacional do setor, levou a um processo de fusões e aquisições sem precedentes no setor lácteo nacional. Isto tem refletido de maneira

negativa, sobretudo para os produtores de leite, que com a desregulamentação do setor, passaram a sofrer com a concorrência dos parceiros do Mercosul (que se apresentam de maneira mais sólida no setor, e, portanto, mais competitivos), e a impossibilidade de acompanhar as mudanças, frente a descapitalização destes produtores.

2 – A EXPANSÃO DA PECUÁRIA LEITEIRA, O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO EXTREMO NOROESTE PAULISTA E A GÊNESE DA PEQUENA PROPRIEDADE

No presente capítulo, será realizado um resgate histórico referente ao processo de expansão e estruturação espacial da pecuária leiteira, elencando as principais características deste processo, destacando a maneira “desarticulada” que esta atividade se expandiu pelo território brasileiro, baseada numa regionalização produtiva que ficou conhecida como bacias leiteiras. A vasta extensão territorial do país e a alta perecibilidade do leite, favoreceram o desenvolvimento de sistemas produtivos isolados para abastecer determinados centros urbanos. No plano institucional, algumas medidas também contribuíram para essa regionalização produtiva da pecuária leiteira no país, como alguns decretos federais e convenções regionais.

Para melhor situar no tempo e no espaço a expansão da pecuária leiteira e a incorporação da Região de Jales ao processo de produção e circulação de mercadorias, será realizada uma breve exposição da ocupação do Estado de São Paulo.

No que concerne à estruturação do espaço agrário regional, será enfatizado as singularidades que este apresenta, como: o predomínio do trabalho familiar, da pequena propriedade e uma certa diversificação produtiva agrícola, tendo como destaque a fruticultura, em especial a viticultura de mesa (LOCATEL, 2000). Neste contexto, será analisada a inserção da pecuária leiteira na esfera regional como estratégia de reprodução dos pequenos proprietários rurais.

É sabido que a pecuária não estabelece um dinamismo econômico elevado e a Região de Jales não se destaca como uma grande ou importante bacia leiteira no cenário nacional ou estadual, contudo, a pecuária leiteira possui uma importância significativa para a reprodução social dos pequenos proprietários rurais, na

medida em que proporciona uma liquidez (renda) mensal fundamental para estes proprietários, possibilitando a manutenção destes no campo.

A Região de Jales situa-se no extremo noroeste paulista, conforme se observa pela figura 01. Ela é constituída de 23 municípios: Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Marinópolis, Mesópolis, Nova Canaã Paulista, Palmeira d'Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, São Francisco, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, Santa Salete, Três Fronteiras, Urânia e Vitória Brasil.

2.1. O processo de ocupação e incorporação do Estado de São Paulo ao processo de produção e circulação de mercadorias

No período que se estende do descobrimento do Brasil até o início do século XVIII, a então Capitania de São Vicente (atualmente São Paulo), permaneceu à margem do processo de colonização empreendido pelos portugueses no território brasileiro. Este relativo 'abandono' explica-se em parte pela grande distância desta Capitania em relação aos mercados europeus, bem como ao relevo acidentado da Serra do Mar que dificultava o acesso ao interior (MATOS, 1981). Não obstante, acredita-se que a maior lucratividade apresentada pela cana-de-açúcar na região Nordeste, foi o fator determinante pela maior atenção dada a esta área em detrimento do Sudeste.

Estas condições foram decisivas para o "atraso" da ocupação desta porção do território brasileiro, como também foi responsável pelo estabelecimento de uma ocupação distinta daquela efetivada nos primeiros séculos de colonização na Região Nordeste. Com o declínio do cultivo da cana-de-açúcar no Nordeste e o início da mineração em Minas Gerais no século XVIII, passou a ocorrer a incorporação da capitania de São Vicente (porção que corresponde ao atual Estado de São Paulo) ao processo de produção e circulação de mercadorias.

A economia da mineração no século XVIII propiciou um impulso à economia de São Paulo, que já estava há mais de um século em situação de extrema pobreza. A necessidade de muares para escoar a produção mineira, fez com que São Paulo se tornasse a rota e o centro comercial destes animais, que eram produzidos no sul do país e fornecidos aos mineiros (PRADO JR, 1987).

A emergência da mineração trouxe algumas consequências para a colônia e alguns benefícios para a capitania de São Vicente, conforme afirma Prado Jr.:

As transformações provocadas pela mineração deram como resultado final o deslocamento do eixo econômico da colônia, antes localizado nos grandes centros açucareiros do Nordeste (Pernambuco e Bahia). A própria capital da colônia (capital mais de nome, pois as diferentes capitanias, que são hoje os Estados, sempre foram mais ou menos independentes entre si, subordinando-se cada qual diretamente à Lisboa) transferiu-se em 1793 da Bahia para o Rio de Janeiro. As comunicações mais fáceis das minas para o exterior se fazem por este porto, que se tornará assim o principal centro urbano da colônia. (PRADO JR. 1987, p.64)

A economia mineira, portanto, constituiu-se no instrumento que estimulou e viabilizou a ocupação efetiva do Centro-Sul do país. No final do século XVIII, em razão do esgotamento das minas, a economia mineira entrou em decadência. Em contrapartida, foi introduzida na Província de São Vicente (atualmente São Paulo) a cultura da cana-de-açúcar para a exportação, na tentativa de dinamizar a economia da Província.

O cultivo da cana-de-açúcar, apesar de não ter alcançado grande expressividade econômica no cenário nacional, teve uma grande importância para a economia paulista, na medida em que criou as bases para a posterior expansão da cafeicultura (que veio a se tornar a base da economia do país entre o final do século XIX e início do século XX) e o estabelecimento de núcleos urbanos no interior do Estado. Algumas cidades paulistas, por exemplo, surgiram a partir do desenvolvimento de núcleos de povoados que emergiram a partir da economia da cana-de-açúcar. A cidade de Campinas, por exemplo, surgiu sob as bases da economia do açúcar, tendo posteriormente seu crescimento acelerado com a chegada do café⁵ (MATOS, 1981).

⁵ Sobre o início da cultura da cana-de-açúcar no Estado de São Paulo no século XIX, ver PETRONE, M.T.S. **A lavoura canavieira em São Paulo**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

Posteriormente ao desenvolvimento da economia do açúcar no território paulista, emergiu no final do século XIX como o principal produto de exportação do país e do Estado, o café. É importante destacar que até então, no âmbito nacional, a economia se caracterizava por ter sempre um produto de alto valor comercial que era destinado ao mercado externo, e um conjunto de atividades acessórias desenvolvidos para dar suporte a esta economia de exportação (PRADO JR. 1987).

No século XIX, com a decadência da exportação de algodão e cana-de-açúcar⁶ no Brasil, houve a expansão da cafeicultura, que passou a despontar como a atividade econômica principal no país, assumindo grande relevância na pauta das exportações brasileiras e tornando-se o principal produto exportado já no final do século XIX.

O café despontou como principal atividade econômica do país a partir de meados do século XIX em razão de uma série de fatores internos e externos, como: por ser um produto que se adaptou facilmente às condições naturais de produção do país, pelo seu grande valor no comércio internacional, pelos estímulos concedidos pela Coroa Britânica, via financiamentos destinados à Monarquia brasileira, aumento do consumo de café nos Estados Unidos e na Europa (PRADO JR, 1987). Todos estes fatores contribuíram para a expansão do café, que se desenvolveu primordialmente no Vale do Paraíba, deslocando-se posteriormente em direção ao Oeste Paulista, chegando até o Norte do Estado do Paraná.

⁶ PRADO JR. (1987) explica a decadência destas lavouras no Brasil, em decorrência de alguns fatores, como: concorrência do açúcar de beterraba dos países temperados e as técnicas rudimentares de produção do açúcar no país; o esgotamento dos solos no Norte para o plantio do algodão e a concorrência do algodão produzido nos EUA.

Até meados do século XIX, a economia nacional estava organizada sob uma estrutura produtiva denominada de “complexo rural”. Esta estrutura teve como traço fundamental a incipiente divisão do trabalho, pois todas as atividades que poderiam vir a constituir o mercado interno eram desenvolvidas no interior dos latifúndios. De acordo com Graziano da Silva (1996):

Em linhas gerais, a dinâmica do complexo rural era determinada pelas flutuações do comércio exterior. (...) No interior das fazendas produziam-se não só as mercadorias agrícolas para a exportação mas também manufaturas, equipamentos simples para a produção, transportes e habitação. Em outros termos, a divisão social do trabalho era incipiente, as atividades agrícolas e manufaturas encontravam-se ligadas, grande parte dos bens produzidos só tinha valor de uso, não se destinando ao mercado. O mercado interno praticamente inexistia. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 05).

Neste contexto, a pecuária constituía-se numa atividade acessória, ou seja, atividade secundária que possuía modesto valor comercial, quando comparada com outras atividades de exportação. Neste sentido, a pecuária era desenvolvida no território brasileiro sob sistemas produtivos bastante rudimentares, caracterizando-se pela baixa produtividade, tanto de carne como de leite⁷. Mesmo havendo um forte crescimento da produção pecuária no Sul do país, objetivava-se apenas extrair o couro e utilizar os animais para o transporte de mercadorias. A pequena população sulista e a ausência de um mercado interno, explicado pela falta de poder aquisitivo por parte dos colonos, fazia com que grande parte da carne produzida era jogada fora, sendo aproveitado apenas o couro.

A partir de meados do século XIX, ocorreram alguns fatos que contribuíram de forma decisiva para a desagregação do complexo rural, como a

⁷ O gado bovino que fora introduzido no Brasil era gado comum sem nenhuma especificação de raça. Ele tinha como finalidade a produção de carne, trabalho (carros e engenhos) e produção de leite (MAMIGONIAN; FREITAS, 1976).

proibição do tráfico negreiro e a conseqüente passagem para o trabalho livre e também, a Lei de Terras, instituída no ano de 1850, apontados por Graziano da Silva (1996) como fatores cruciais para a crise do complexo rural e o início do complexo cafeeiro, considerado uma fase de transição para a consolidação do complexo industrial nos anos 1960 e 1970.

A proibição do tráfico negreiro e a conseqüente passagem para o trabalho livre, além da Lei de Terras, estimularam o surgimento de um mercado interno. Algumas atividades antes desenvolvidas no interior das fazendas passaram a serem desenvolvidas externamente. Gradativamente, a estrutura do complexo rural foi dando lugar a uma nova dinâmica econômica sob as bases do complexo cafeeiro paulista.

O complexo cafeeiro paulista predominou amplamente no período compreendido entre 1890 e 1930. De acordo com Graziano da Silva (1996), o complexo cafeeiro caracterizou-se pelo desenvolvimento de algumas atividades separadas do complexo cafeeiro, quebrando a estrutura rígida do complexo rural e abrindo possibilidades para a ampliação da divisão do trabalho e a constituição do mercado interno. Sob o contexto do complexo cafeeiro:

Amplia-se as atividades tipicamente urbanas e outros setores começam a emergir do complexo cafeeiro: cria-se um setor artesanal de máquinas e equipamentos agrícolas fora das fazendas de café para a produção de secadores, despoupadoras, peneiras, enxadas, arados, etc., aumentam as oficinas de reparo e manutenção; estabelecem-se as primeiras agroindústrias (distintas das indústrias rurais, que eram um mero prolongamento das atividades agrícolas propriamente ditas) de óleos vegetais, açúcar e álcool; consolida-se a indústria têxtil como a primeira grande indústria nacional; e se inicia a substituição de importações de uma ampla gama de bens de consumos 'leves'. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 12).

A partir dos anos 1940, com a aceleração do processo de industrialização do país, paulatinamente, o complexo cafeeiro vai cedendo espaço para a formação do complexo agroindustrial nos anos 1960, no qual a indústria passou a comandar as mudanças na agricultura. Sobre este processo de evolução, Graziano da Silva (1996) destaca que:

A crise do complexo rural e o surgimento do novo complexo cafeeiro paulista – simultâneo ao processo de substituição das importações – significavam o desenvolvimento do mercado de trabalho e a constituição do mercado interno. Foi um longo processo que ganhou impulso a partir de 1850, acelerou-se após a grande crise de 1929 com a orientação clara da economia no sentido da industrialização e se consolidou nos anos 50 com a internalização do setor industrial produtor de bens de capital e insumos básicos (D₁). (...) O novo centro dinâmico da economia – a indústria e a vida urbana – impõe suas demandas ao setor agrícola e passa a condicionar suas transformações, que vão conduzindo ao domínio dos complexos agroindustriais. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 05).

O complexo cafeeiro foi responsável, portanto, pela criação das bases do mercado interno nacional. A gênese do mercado interno brasileiro encontra-se nesta fase, que culminou com a decadência da cafeicultura e o início do processo de industrialização do país, momento em que o complexo cafeeiro cedeu lugar aos complexos agroindustriais. Com a constituição dos complexos agroindustriais, o modo de produzir na agricultura passa a ser pautado cada vez mais pela busca de aumento da produtividade, via a utilização de insumos industriais e mecanização agrícola, passando a estar cada vez mais articulada a outros setores da economia, como o industrial e o financeiro. Neste sentido, “...o processo de produzir se torna cada vez mais complexo, mais dependente da produção de outros setores da economia, mais intensivo no uso de capital fixo e circulante” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.22).

A constituição do complexo agroindustrial no Brasil nos anos 1960 e 1970 e o processo de “modernização” da agricultura brasileira serão analisados mais profundamente no próximo capítulo.

O processo de expansão do café para o Oeste Paulista ensejou a necessidade de se implantar uma rede ferroviária para o escoamento da produção, que cada vez mais se distanciava do litoral, adentrando ao interior em busca de solos virgens e férteis. De acordo com Matos (1981), toda a rede ferroviária do Estado de São Paulo, com raras exceções, foi construída em função da cafeicultura.

No final do século XIX e início do século XX, o processo de ocupação do Estado de São Paulo se deu assentado na expansão da cultura cafeeira em direção ao Oeste Paulista, em busca de solos virgens e férteis, possibilidades de ganhos com a especulação imobiliária, lucros com Companhias Ferroviárias, bancos, etc... Deste modo, o processo de expansão do café e das ferrovias foram os elementos responsáveis pela estruturação do espaço no Estado, como a formação de cidades, estradas, comércio, dentre outros.

2.2. A expansão da pecuária⁸ no Estado de São Paulo: condições geográficas para a formação das bacias leiteiras

Até o início do século XX o território brasileiro, do ponto de vista espacial, encontrava-se desarticulado. Havia uma economia nacional formada por

⁸ Faz-se necessário lembrar que com a expansão da pecuária no território brasileiro, já em meados do Século XIX, já era possível identificar as três grandes regiões geo-econômicas da pecuária brasileira: sertão do Nordeste, Brasil Sudeste e Rio Grande do Sul. Sendo que as duas primeiras nasceram associadas aos mercados urbanos regionais: Recife e Salvador para o sertão nordestino e Rio de Janeiro para o Sudeste. No caso do Rio Grande do Sul, a expansão dos seus rebanhos bovinos se deram como prolongamento da pecuária platina, em decorrência das condições naturais altamente favoráveis (MAMIGONIAN; FREITAS, 1976)

várias economias regionais. As razões para esta fragmentação econômico-espacial são apontadas por Goldenstein; Seabra (1982):

A dimensão territorial do país e as condições históricas de sua valorização no período colonial e de capitalismo concorrencial produziram no Brasil regiões que, nas primeiras décadas do século XX, apresentavam diferenças marcantes no que diz respeito às formas de reprodução do capital e, conseqüentemente, também nas relações de produção. (GOLDESNTEN; SEABRA, 1982, p.28).

Tendo em vista a estruturação do território nacional em várias economias regionalizadas, alguns autores, como Oliveira (1975) *apud* Goldestein; Seabra (1982), cunhou a expressão “arquipélago econômico” para exprimir a existência de várias economias regionalizadas que mantinham vínculos mais estreitos com o exterior, do que com as demais regiões do país.

A existência do “arquipélago econômico” contribuiu para singularizar as formas de acumulação de capital, bem como a indústria, que se desenvolveu posteriormente, submeteu-se à estrutura regionalizada preexistente. A pecuária leiteira, por sua vez, também se desenvolveu submetida a esta dinâmica territorial. Deste modo, Goldestein; Seabra (1982) enfatizam que:

A existência do ‘arquipélago econômico’, que significava a especificidade (na forma e/ou na circulação territorial) da acumulação do capital, com a definição de vários focos autônomos de acumulação, significava também a existência de diversos mercados regionais de consumo de produtos industrializados importados ou mesmo supridos por atividades artesanais realizadas no campo.) Esses mercados regionais de consumo tinham proporções e, portanto significados diferentes, em razão da própria expressão econômica das mercadorias voltadas para a exportação externa ou mesmo interna e das relações de produção dominantes. Levaram a indústria às principais cidades do país, principalmente àquelas que possuíam uma infra-estrutura relacionada com a importação e distribuição das mercadorias. (GOLDENSTEIN; SEABRA, 1982, p. 29).

O desenvolvimento da pecuária no território brasileiro se deu sob esta estrutura espacial desarticulada, que lhe conferiu um caráter bastante regionalizado de

sua produção. Portanto, o traço marcante da pecuária brasileira, que é a sua organização em bacias leiteiras, não encontra explicação apenas na forma fragmentada em que ocorreu a estruturação da economia do país.

Além das condições espaciais e econômicas do país, o desenvolvimento da pecuária em bacias leiteiras, numa estrutura produtiva bastante regionalizada, também deve ser buscada na singularidade da atividade. A alta perecibilidade do leite aliada na época às precárias condições de manutenção da qualidade do leite, também foram fatores que contribuíram sobremaneira para isso. Some-se ainda, que no plano institucional o Estado adotou algumas medidas que favoreceram o desenvolvimento das bacias leiteiras (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002). Os referidos autores enfatizam que:

Com o Decreto Estadual nº 5.032, de 1931, a Diretoria da Indústria Animal e do Serviço Sanitário do Estado de São Paulo impôs normas significativas: a) o resfriamento do leite no máximo até uma hora após a ordenha a uma temperatura de 2 a 5 graus em postos de refrigeração; b) o produto deveria ser acondicionado em frascos,... (...) Foram estas medidas, bem como a disseminação do cooperativismo leiteiro, proporcionada pelas isenções fiscais do governo federal, que colaboraram para o desenvolvimento lácteo regionalizado. (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002, p. 155).

O Estado, portanto, veio reforçar a estrutura produtiva regionalizada da pecuária leiteira através de benefícios fiscais. O cooperativismo leiteiro, que surgiu no início do século XX, também foi um fator que contribuiu para o desenvolvimento desta estrutura regionalizada. Para Coradini; Fredericq (1981):

Como o leite é um produto altamente perecível, os produtores se encontraram numa situação de dependência muito grande em relação aos compradores, e sentiram, desde cedo, a necessidade de se unirem para comercializar seu produto, primeiro em cooperativas regionais e depois em cooperativas centrais. (CORADINI; FREDERICQ, 1981, p. 133).

Todos estes fatores vieram a aprofundar a heterogeneidade estrutural da pecuária leiteira, acentuando ainda mais a regionalização produtiva, reforçando a importância das bacias leiteiras para a compreensão da organização espacial da atividade. Ainda de acordo com Paulillo; Herrera; Costa (p.153, 2002), “As bacias lácteas tornaram-se referência para o entendimento da complexidade das relações estruturais que permeiam essa atividade econômica.”

Atualmente ainda é possível observar diferenças marcantes entre as diversas bacias leiteiras do país, resultando em uma heterogeneidade estrutural que se apresenta tanto em termos tecnológicos quanto culturais. De acordo com Paulillo; Herrera; Costa (2002),

O nível tecnológico, a especificidade da agropecuária (tipos de rebanhos, produtores, cooperativas, etc...), o aparato gerencial, a forma de comercialização e o predomínio de um modo de integração tornaram-se os principais fatores de diferenciação tecnológica e organizacional entre as bacias leiteiras nacionais. (PAULILLO, HERRERA e COSTA, p. 153, 2002).

Apesar do ainda incipiente processo de industrialização, a principal atividade econômica desenvolvida no país no início do século XX era a cafeicultura, que até o final do século XIX estava concentrada no Vale do Paraíba. Com o esgotamento dos solos nesta região, e as possibilidades de expansão para o interior/Oeste do Estado de São Paulo em busca de melhores solos, de ganhos com a especulação fundiária, lucros com bancos e companhias ferroviárias, a cafeicultura se expandiu por todo o Estado de São Paulo, chegando a atingir o Norte do Estado do Paraná. Simultaneamente a este processo, a pecuária leiteira também experimentou um processo de expansão na mesma direção, dando origem a formação de outras bacias leiteiras pelo Estado.

É necessário esclarecer que o processo de expansão do café em direção ao Oeste Paulista conheceu dois momentos distintos. Primeiramente, em sua fase áurea, se deu no Oeste Paulista, entendido como as regiões de Campinas e Ribeirão Preto. Posteriormente, num segundo momento de expansão da atividade, após a Crise 1930, o café expandiu-se para o Oeste propriamente dito, ou geográfico, que corresponde às regiões de Presidente Prudente e Araçatuba, onde encontrou solos arenosos e de baixa fertilidade natural, o que dificultou o pleno desenvolvimento da atividade (MONBEIG, 1984).

Em razão das sucessivas crises de superprodução, houve algumas intervenções do Governo no início do século XX no sentido de minimizar os efeitos das crises para os fazendeiros. Apesar das intervenções do Governo, em 1929 com o “*Crack*” da Bolsa de Nova York e a conseqüente depressão econômica que se seguiu, provocou a falência de vários fazendeiros de café. Com isso, gradativamente a cafeicultura foi declinando, o que abriu espaço para a expansão de outros produtos como o algodão, a pecuária e também a aceleração do processo de industrialização. Apesar disso, o café continuou tendo grande importância para a economia nacional, pois até os anos 1951/53, o produto era responsável por 66,60% das exportações brasileiras (ARAÚJO FILHO, 1956).

Anteriormente à crise de 1929, a pecuária já havia experimentado um surto de expansão durante o período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918). Os países europeus em guerra, passaram a demandar carne bovina no mercado internacional. A partir disso, as áreas tradicionais de criação de gado, como o Triângulo Mineiro e Goiás, passam a se dedicar à criação e à engorda de bovinos para a exportação de carne para a Europa. Então, em 1913 foi fundado o primeiro frigorífico no

município de Barretos, Estado de São Paulo, pelo Conselheiro Antônio Prado (MONBEIG, 1984).

Com o início do processo de industrialização da Região Sudeste e o conseqüente crescimento de centros urbanos como as cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, houve as primeiras tentativas de especialização produtiva da pecuária bovina no Brasil, ocorrendo nesta época os primeiros procedimentos técnicos em busca de melhoramento genético e aumento da produtividade do rebanho leiteiro, com a introdução de um rebanho de raça holandesa oriundo de Portugal. Posteriormente, houve a introdução de novas e melhores raças na produção de leite, como a inglesa Jersey.

Neste momento, as áreas situadas próximas aos grandes centros urbanos – São Paulo e Rio de Janeiro – como o Sul do Estado de Minas Gerais e a região do Vale do Paraíba - passaram a se especializar na produção de leite para atender à demanda dos crescentes mercados urbanos, constituindo-se então na maior e principal bacia leiteira do país. Dada a precariedade do sistema de transportes da época e a alta perecibilidade do leite, as áreas situadas imediatamente próximas aos centros consumidores, como São Paulo e Rio de Janeiro, foram especializando-se na produção de leite (MAMIGONIAN; FREITAS, 1976). Por outro lado, a pecuária de corte, pela possibilidade de ser elaborada a carne seca (charque) e do gado ser transportado em pé, viabilizou a expansão desta atividade para áreas mais longínquas dos mercados consumidores, como o Oeste Paulista, o Triângulo Mineiro, Goiás e Mato Grosso do Sul.

As estradas de ferro, implantadas graças ao avanço da cafeicultura, também foram utilizadas no transporte de passageiros e de outros produtos, como o algodão, o leite e a carne.⁹

A melhoria do sistema de transportes e das técnicas de refrigeração do leite ao longo do século XX, viabilizou gradativamente a produção de leite em áreas cada vez mais distantes dos centros consumidores, permitindo o seu deslocamento para o Oeste Paulista, formando assim novas bacias leiteiras.

A gênese e a expansão da pecuária leiteira estiveram intimamente vinculadas ao estabelecimento da primeira planta industrial da Nestlé em território nacional. Em 1921, a Nestlé instalou no município de Araras a sua primeira fábrica. Daí em diante assistiu-se a uma expansão da pecuária leiteira comandada pelo capital industrial, em especial da multinacional Nestlé¹⁰. Até esta época o Brasil importava da Europa leite condensado e em pó. Com as dificuldades de importação em virtude da Primeira Guerra Mundial, ocorreu a instalação de laticínios em território nacional para suprir o mercado interno.¹¹

No ano de 1940, a pecuária leiteira no Estado de São Paulo restringia-se à região do Vale do Paraíba e à região Mogiana, conforme se observa na Figura 02. A partir de então, num período de 25 anos a pecuária leiteira apresentou um rápido

⁹ A respeito expansão do café e das ferrovias (binômio café e ferrovias), ver: MATOS, Odilon Nogueira. **Café e ferrovias: A evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo, Arquivos do Estado, 1981.

¹⁰ A Nestlé, posteriormente, foi instalando fábricas de leite em pó no Estado de São Paulo e também no Estado de Minas Gerais. No Estado de São Paulo, a partir da primeira planta industrial no município de Araras em 1921, ela instalou outra em Araraquara no ano de 1946, Porto Ferreira em 1952 e Araçatuba em 1963. Além da Nestlé, outras empresas instalaram plantas industriais no Estado de São Paulo, como: a Leite Vigor, Cooperativa Central, Mococa e Leite União.

¹¹ Neste momento, além da Nestlé, houve o advento de alguns laticínios de capital nacional, que mais tarde, juntamente com a Nestlé, tornariam-se um dos principais nomes do ramo de laticínios no Brasil, como o Leite Vigor (1917) e Cooperativa Central de Laticínios do Estado de São Paulo (1933).

processo de expansão comandado pela indústria láctea em direção ao Oeste Paulista, atingindo deste modo, praticamente todas as regiões do denominado Planalto Ocidental, ocorrendo assim a formação de outras bacias leiteiras pelo Estado de São Paulo, conforme se observa na Figura 03.

Figura 02–Principais áreas produtoras de leite no Estado de São Paulo no ano de 1940

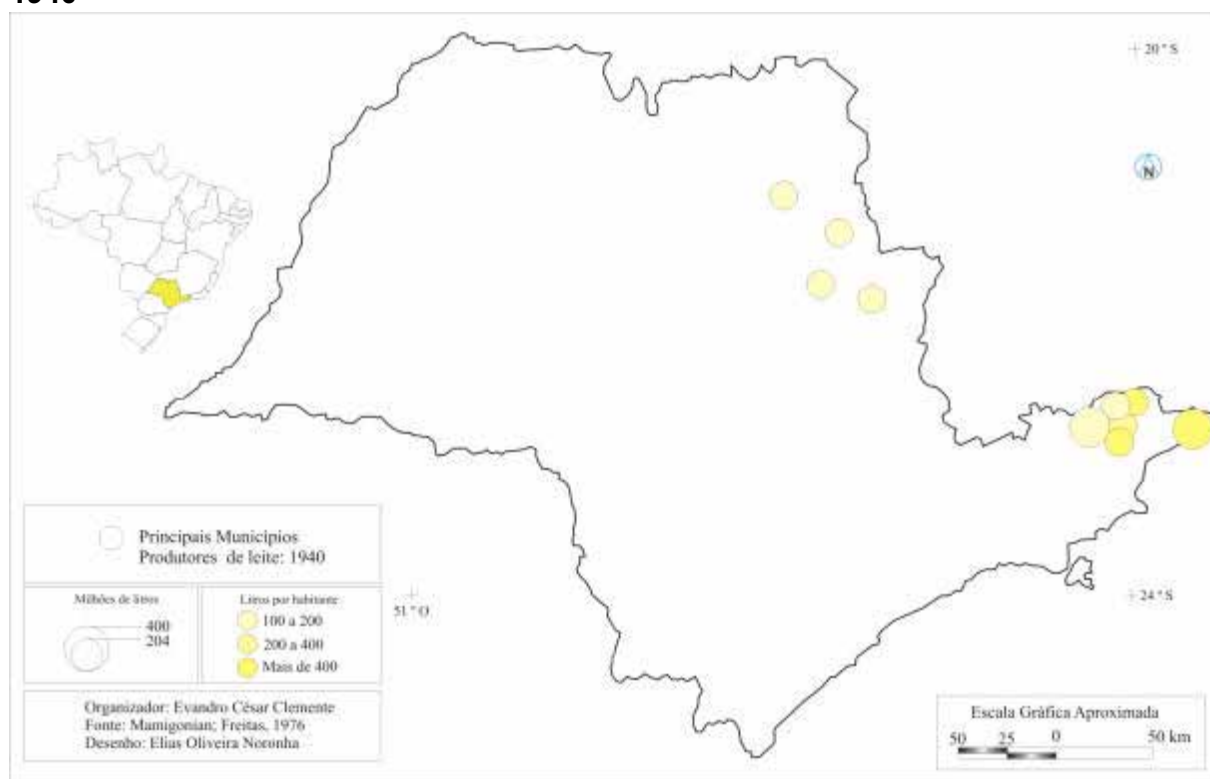
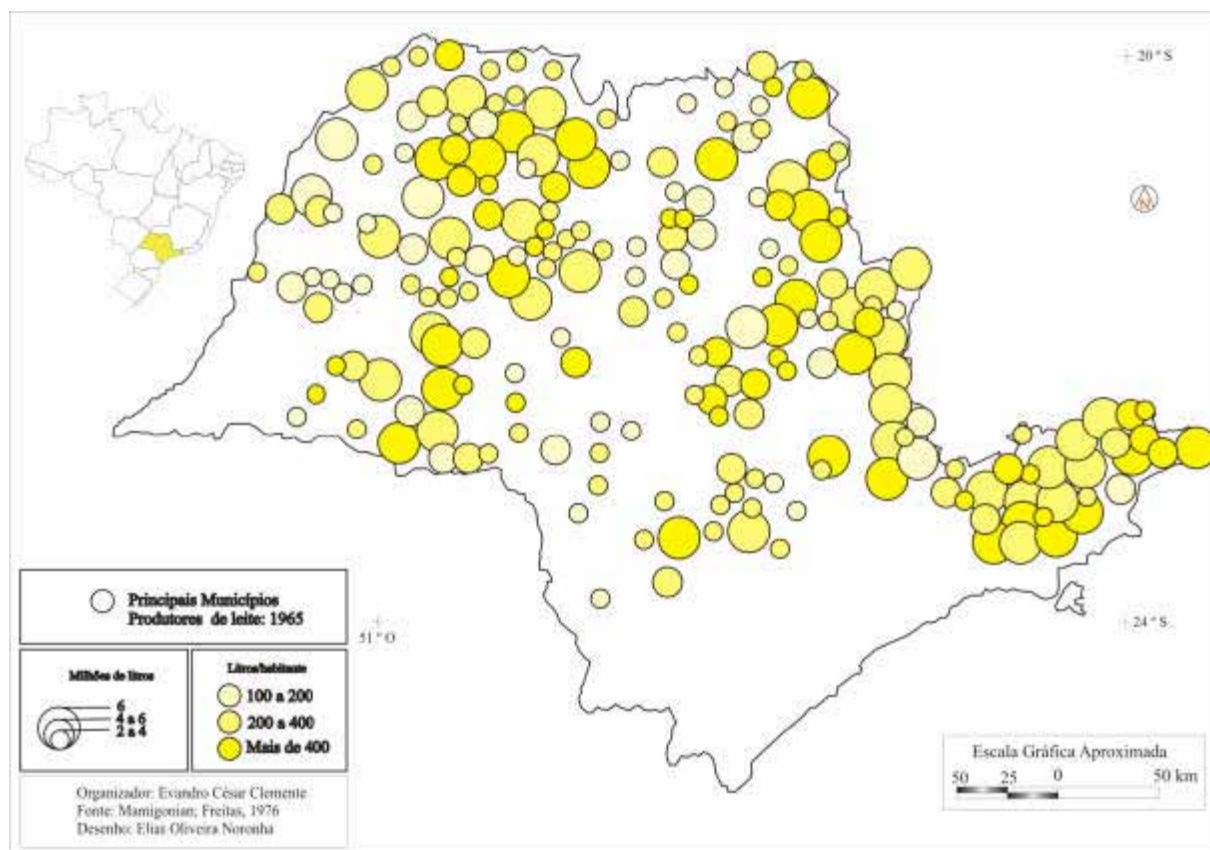


Figura 03 - Principais áreas produtoras de leite no Estado de São Paulo no ano de 1965



O capital industrial, mesmo comandando a expansão territorial da pecuária leiteira, não buscou aumentos de produção via ganhos de produtividade, mas sim através da expansão horizontal, ou seja, expandindo-se sobre novas áreas com simultâneo incremento do rebanho bovino. Dado o acelerado processo de urbanização ocorrido a partir dos anos 1960 no Brasil e o forte aumento da demanda por lácteos, fez com que a expansão territorial da pecuária leiteira se desse de modo bastante acelerado.(MAMIGONIAN; FREITAS, 1976).

É necessário enfatizar, que a expansão da pecuária no Planalto Ocidental Paulista se deu em terras de baixa renda diferencial¹². Geralmente os solos já desgastados pela cultura do café passaram a ser ocupados com pastagens e, portanto, utilizados para o desenvolvimento da pecuária, o que por sua vez dificultava melhorias de produtividade. Cabe enfatizar que a baixa produtividade do setor não se restringia apenas aos problemas relacionados à fertilidade do solo. A política de tabelamento estatal para o setor (1945 – 1991), que afugentou investimentos no setor e a atuação dos grandes laticínios, que passaram a valorizar produtos lácteos com valor agregado, como queijos, iogurtes, etc... em detrimento do leite fluido, fizeram com que não houvesse relevante incorporação de tecnologia no processo produtivo.

Mello (1981) apresenta alguns dados que permite observar o “comportamento” paradoxal da pecuária leiteira a partir dos anos 1950, pois mesmo avançando rapidamente sobre o planalto paulista, apresentou baixos índices de incremento no período. Na década de 1950, de acordo com Mello (1981), a taxa de crescimento da produção de leite era de 10%, diminuindo para 3% nos anos 1960 e tornando-se negativa em meados dos anos 1970, momento em que houve a necessidade de importar o produto, já que as taxas de crescimento da população e conseqüentemente da demanda eram bastante superiores.

Vilela; Bressan; Cunha (1999), analisando o comportamento da pecuária leiteira no período, assim se pronunciaram a respeito deste processo de crescimento horizontal da pecuária leiteira, que apresentou ínfimos ganhos em produtividade:

¹² A renda diferencial apresenta-se sobre duas formas: a renda diferencial I e a renda diferencial II. A renda diferencial I está ligada às condições naturais do solo, como a fertilidade. A renda diferencial II está ligada à localização das terras. Para uma análise aprofundada do assunto, ver: OLIVEIRA, A. U. **Renda da terra**. Revista Orientação. São Paulo: Instituto de Geografia/USP, 1984, nº 5, p. 94 e 95.

Mas, se por um lado, a indústria criou condições para a expansão horizontal da pecuária leiteira, por outro, pouco fez pelo aumento de produtividade naquela atividade. Em vez de forçar a mudança, como ocorreu em tantos outros casos, a indústria de laticínios preferiu adaptar-se às precárias condições da produção leiteira, com seu suprimento instável de matéria-prima de baixa qualidade e alto custo de coleta. É curioso o paralelo entre os problemas da indústria e os da produção de leite. Assim como esta, aquela é extremamente heterogênea. Há um número pequeno de unidades industriais modernas, e um número enorme de pequenas empresas – milhares delas – e de cooperativas, com baixo padrão tecnológico, pouca sofisticação gerencial e produzindo bens de qualidade inferior. Assim como há um mercado informal de leite *in natura*, há uma indústria artesanal, que atende a um público menos sofisticado, em geral de menor poder aquisitivo. (VILELA, BRESSAN E CUNHA, p.11 – 12, 1999).

Paralelamente a expansão da pecuária leiteira em direção ao Oeste Paulista, foi ocorrendo a instalação de unidades industriais (laticínios) para processar a produção de leite. Em alguns locais a produção considerável de leite por si só atraía a instalação de laticínios, enquanto que em outras áreas a presença da indústria estimulava o incremento da produção de leite (MAMIGONIAN; FREITAS, 1976).

Na década de 1920, surgiram as primeiras preocupações do Governo em relação à higiene e a qualidade do leite. Desta forma, foram criadas condições para a pasteurização do leite. Também ocorreu o surgimento do primeiro leite engarrafado pasteurizado com a criação das empresas Oliva de Fonseca (atual Vigor) e Poços de Caldas (GOMES, 1994).

A expansão da produção de leite nos anos 1930 e 1940 nos Estados de Minas Gerais e de São Paulo foi considerável, permitindo o crescimento das grandes envasadoras de leite, como também estimulou a criação de cooperativas de produtores, as quais orientaram a organização da produção e da comercialização.

A partir da década de 1940, além da multinacional Nestlé, as cooperativas Centrais de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Belo Horizonte, ao lado de outras nacionais privadas como a Vigor e a Leco, tornaram-se grandes empresas.

Deste modo, estas empresas, além de possuírem grandes unidades localizadas próximas aos grandes centros urbanos, passaram também a controlar uma vasta rede de captação distribuída estrategicamente nas principais bacias leiteiras do país (GOMES, 1994).

Conforme pode-se observar na Figura 02, a produção leiteira no Estado de São Paulo em 1940, restringia-se às regiões do Vale do Paraíba e à da Mogiana. Além de restrita espacialmente, a pecuária leiteira se caracterizava pela baixa produção quando comparada com o número de habitantes. Para o ano de 1940 predominava municípios paulistas com produção de leite em torno de 100 a 200 litros/habitante. Comparando com a figura 03, que traz os dados para o ano de 1965, a maior parte dos municípios apresentou uma produção relativamente maior, da ordem de mais de 400 litros/habitante, evidenciando o aumento da produção.

Observando a Figura 03, verifica-se que a produção leiteira, além de estar presente em praticamente todas as regiões do Estado de São Paulo, houve um significativo aumento na proporção litros produzidos/habitante com relação ao ano de 1940, proporcionado pelo aumento da área incorporada ao processo produtivo e menos por ganhos de produtividade.

O desenvolvimento da indústria de laticínios no Brasil, portanto, se assemelha muito ao restante do setor industrial brasileiro, dominado por grandes empresas multinacionais, e em menor grau por grandes empresas nacionais. No entanto, houve ainda espaço para o estabelecimento de um considerável número de pequenos laticínios de atuação em âmbito local e regional em diversas partes do Estado de São Paulo e no país de modo geral.

O processo de reestruturação da indústria de laticínios e as consequências sócio-econômicas, sobretudo para os produtores de leite da Região de Jales nos anos 1990, será tratado com mais detalhes no capítulo 5.

2.3. O processo de ocupação e estruturação do espaço agrário da MRG de Jales

A análise do processo de ocupação da Região de Jales deve ser empreendida a partir da compreensão dos processos de desenvolvimento e expansão da economia capitalista no Brasil, sobretudo, a partir dos anos 1930, momento em que a referida área é incorporada ao processo de produção e circulação de mercadorias.

A denominada “Marcha para o Oeste”, processo que viabilizou a ocupação do Oeste Paulista de modo geral, impulsionada pela busca incessante de solos férteis para a cultura cafeeira, ganhos com especulação fundiária, bancos e companhias ferroviárias, pode ser compreendida por meio dos conceitos de “frente de expansão” e “frente pioneira”. Estes conceitos foram instituídos pelo geógrafo francês Pierre Monbeig em sua clássica obra *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. Posteriormente, outros pesquisadores como o geógrafo Leo Waibel e o sociólogo José de Souza Martins também se utilizam destes conceitos. Faz-se necessário ressaltar, que no presente trabalho não ater-se-á profundamente na análise teórica destes conceitos e nem far-se-á uma abordagem profunda do processo de ocupação da região, em razão de que não se constitui aqui objetivo da presente pesquisa.¹³

¹³ Para uma análise mais pormenorizada a respeito do processo de ocupação da região de Jales-SP e os conflitos de terras e grilagens daí decorrentes, ver NARDOQUE, S. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. Presidente Prudente-SP, FCT/UNESP (Dissertação de Mestrado em Geografia), 2002.

De modo geral, a frente de expansão era constituída de homens que não tinham a noção jurídica de propriedade da terra, instituída no ano de 1850 pela Lei de Terras, e desta forma foram alvos dos avanços da frente pioneira, que por sua vez, possuíam a noção jurídica da propriedade da terra e não pouparam esforços no sentido de garantir a posse jurídica da terra através da falsificação de documentos e violência contra indígenas e posseiros (NARDOQUE, 2002).

A Região de Jales passou a ser ocupada na primeira metade do século XIX, com a chegada do mineiro Patrício Lopes de Souza, que fazia parte da aristocracia mineira decadente e migrou em direção ao Estado de São Paulo, chegando no extremo Noroeste paulista por volta do ano de 1830¹⁴.

No século XIX, ocorreu uma onda de migração mineira em direção ao Estado de São Paulo. Diversos fatores motivaram essa onda migratória, como: o risco dos mineiros serem recrutados para a Guerra do Paraguai, a expansão dos cafezais e da pecuária no Estado de São Paulo, a decadência da mineração no Estado de Minas Gerais, da qual a então província mineira tardou a se recuperar da crise.

Neste contexto, do Estado de Minas Gerais veio estabelecer posse na região, Patrício Lopes de Souza. Este “tomou posse de uma parte das terras da Alta-Araraquarense, denominando-as de ‘Fazenda São José da Ponte Pensa’, onde realizou benfeitorias, pastos e culturas” (CHAIA, p.36, 1980). Após tomar posse das terras que atualmente constituem a microrregião geográfica de Jales, Patrício Lopes de Souza retornou a Minas Gerais.

¹⁴ Muramatsu (1981), Chaia (1984), Bísaro Neto (1993) e Nardoque (2002).

Até o início do século XX, a região permaneceu como produtora de excedentes, dentro da lógica de produção da chamada “frente de expansão”¹⁵, ou seja, estabelecimento de grandes posses que eram utilizadas para a criação de gado ou agricultura de subsistência. A incorporação da Região ao circuito mercantil se deu com a chegada da “frente pioneira” a partir dos anos 1930.

Na primeira década do século XX houve a formação de uma ação demarcatória na Região de Jales, nas terras da antiga Fazenda Ponte Pensa. Pois João Odorico da Cunha Glória e Mário Furquim, por meio da falsificação de documentos, se apresentaram como legítimos herdeiros do antigo mineiro no ano de 1912. O processo de grilagem¹⁶ das terras ocorreu envolvendo autoridades, políticos e diversos profissionais liberais¹⁷.

Neste mesmo ano, o Governo do Estado de São Paulo demarcava as terras devolutas no estado de São Paulo e contestou a posse de Glória & Furquim. Contudo, a grilagem obteve êxito. De acordo com Chaia (1980, p.38): “o Estado não conseguiu ou não quis comprovar que os documentos eram fraudulentos”.

Com o sucesso da grilagem, foi fundada a “Sociedade Glória & Furquim”, e imediatamente retalham a fazenda Ponte Pensa em glebas menores, as

¹⁵ Conceito de “frente de expansão” refere-se à ocupação da terra em geral por “posseiros” ou “ocupantes” que não detém o título de propriedade da terra e não realizam relações efetivamente mercantis. A “frente pioneira”, por sua vez, se caracteriza pela implantação de propriedades privadas e o estabelecimento de relações capitalistas, com a produção se direcionando ao mercado. Para um maior aprofundamento e discussão destes conceitos, ver: MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975. ; MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC/POLIS, 1984.

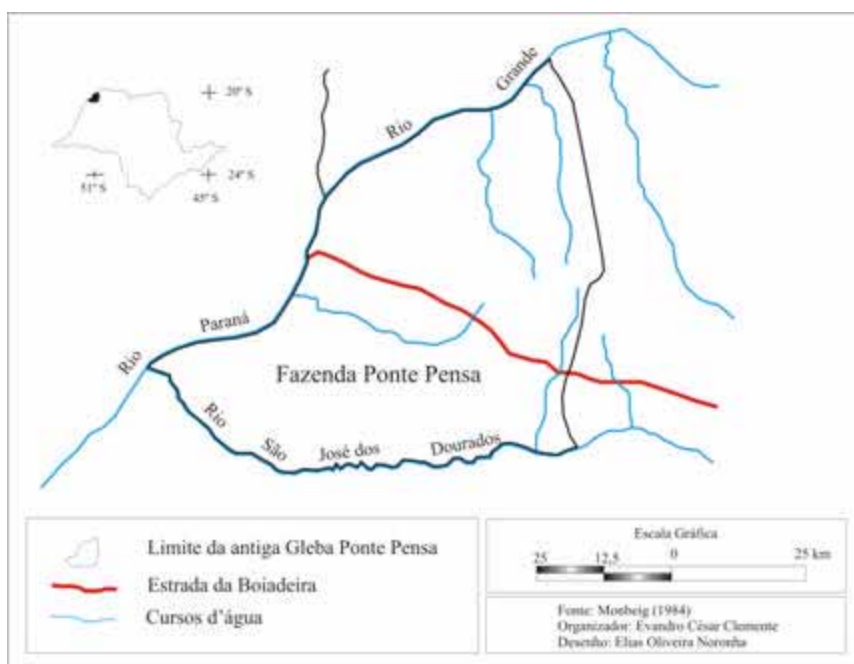
¹⁶ A respeito do processo de “grilagem” das terras da antiga fazenda “Ponte Pensa”, ver: MURAMATSU, L. N. **As revoltas do capim: conflitos sociais-agrários do Oeste Paulista (1959-1970)**. São Paulo, FFLCH/USP (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1984. ; CHAIA, V.L.M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul-SP (1959-1969)**. São Paulo, FFLCH/USP, (Dissertação de Mestrado em Sociologia), 1980.

¹⁷ NARDOQUE, S. Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP. Presidente Prudente-SP, FCT-UNESP (Dissertação de Mestrado em Geografia), 2002.

quais passaram a ser vendidas a especuladores, que posteriormente, a partir dos anos 1930, com a chegada da ferrovia Araraquarense e a conseqüente valorização daquelas terras, promoveram um intenso mercado de terras na região, atraindo colonos das “zonas velhas” interessados em possuir seu lote de terra.

Cabe destacar, que a proximidade da região das áreas de criação de gado no Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais, fez com que a pecuária exercesse certa influência na organização do espaço agrário regional. Pois desde o início do processo de ocupação, havia na região a chamada “Estrada Boiadeira”, conforme se observa pela Figura 04, que se constituía até então, num dos principais caminhos de ligação, comércio de gado e mercadorias entre as áreas de criação de gado no Mato Grosso e os municípios paulistas nos quais se localizavam as plantas de abate de bovinos, como São José do Rio Preto e Barretos.

Figura 04– Fazenda Ponte Pensa e estrada “boiadeira”



A incorporação da região ao circuito mercantil se deu a partir de fins da década de 1930. A chegada da ferrovia Araraquarense foi o elemento fundamental que viabilizou este processo. Em 1912 a ferrovia estava com seus trilhos parados em São José do Rio Preto, a partir daí ela passa a avançar em direção ao rio Paraná, atingindo em 1937 o município de Votuporanga, em 1951 Jales, e em 1952, Santa Fé do Sul e o Porto Getúlio Vargas (NARDOQUE, 2002).

O processo de incorporação da Região de Jales ao processo de produção e circulação de mercadorias, portanto, se deu num momento singular de desenvolvimento do capitalismo brasileiro. A crise do café, desencadeada a partir da Crise de 1929, fez com que a burguesia cafeeira passasse a redirecionar os seus investimentos em ferrovias, companhias de colonização de terras, bancos, e também em atividades industriais. Este novo cenário econômico foi assim descrito por Monbeig (1984):

Vender terras tornou-se, assim, fonte de recursos menos incerta e mais rendosa. Para que o negócio seja lucrativo, é preciso organizar o espaço; e as empresas de colonização estão melhor equipadas para o fazer. Trabalhos preparatórios para o povoamento, comércio da terra virgem e presença de grandes grupos capitalistas são traços que conferem à franja pioneira paulista a sua originalidade atual e marcam a ruptura com os tempos dos fazendeiros. (MONBEIG, 1984, p. 241).

A antiga Fazenda Ponte Pensa foi dividida em grandes glebas e estas foram adquiridas pelas companhias de colonização (como a C.A.I.C, a Cia Shimidt, Paget, esta de propriedade de um inglês e que foi vendida à C.A.I.C.). Os

especuladores (dentre eles as companhias de colonização) parcelaram as suas glebas em lotes e atraíram colonos oriundos das chamadas “zonas velhas”¹⁸.

A retomada da construção da estrada de ferro Araraquarense a partir de 1935, que estava com os trilhos parados desde 1912 em São José do Rio Preto, foi um fator fundamental que provocou a valorização daquelas terras e desencadeou um mercado de terras na Região. “Uma multidão variada de fazendeiros, de loteadores de terras e de aventureiros acompanhou os progressos da construção da ferrovia, em um verdadeiro rush...” (MONBEIG, 1984, p. 196).

A estratégia adotada pelos especuladores redundou na atração de um grande número de colonos para a Região. O retalhamento das glebas em pequenos lotes e o limitado poder aquisitivo destes colonos, que pagavam a propriedade em várias parcelas, viabilizou o surgimento de um espaço com uma estrutura fundiária desconcentrada, apresentando o predomínio de pequenas e médias propriedades rurais.

2.3.1. A estruturação do espaço agrário regional: condições histórico-espaciais que possibilitaram a implantação da pequena propriedade

A Crise de 1929 provocou a decadência da cafeicultura e a diversificação dos investimentos por parte da burguesia paulista, abrindo espaço para a expansão da pequena propriedade no Estado. Deste modo, houve a ocupação de áreas de terras de menor renda diferencial por pequenos produtores rurais policultores que produziam essencialmente para o mercado interno.

¹⁸ A denominação “zonas velhas” refere-se às áreas abrangidas atualmente pelas regiões de Campinas e Ribeirão Preto, que foram os espaços em que houve o auge da cultura cafeeira no Oeste Paulista, e conseqüentemente com a crise da cafeicultura estas áreas também entraram em decadência.

A chegada da ferrovia Araraquarense na Região de Jales a partir do final dos anos 1930 e a expansão da cafeicultura, desencadeou uma valorização daquelas terras, favorecendo a comercialização das terras da Região.

Na região de Jales, a alternativa encontrada pelos especuladores e companhias de colonização para consumir rapidamente o processo de grilagem e legitimar as terras foi vendê-las o mais rápido possível. Desta forma, criou-se condição favorável à proliferação das pequenas propriedades, na medida em que havia certas facilidades oferecidas pelos empreendedores, como o parcelamento da compra de terras pelos colonos. A estratégia dos especuladores foi de retalhar as glebas em lotes pequenos de modo a auferir melhores lucros com a venda dos mesmos. Isto atraiu colonos das “zonas velhas” interessados em possuir seu próprio lote, dando margem ao surgimento de uma região caracterizada pela forte presença da pequena propriedade. Nardoque (2002) assim se pronunciou sobre o parcelamento da gleba Ponte Pensa:

Muitos negócios imobiliários desenrolaram-se após a Crise, mediante a apropriação pelo capitalista deste excedente de recursos que o colono possuía. Os negócios sobre retalhamento de propriedades proliferaram pelo Oeste do Estado de São Paulo e Norte do Paraná. No Noroeste de São Paulo não foi diferente: a Ponte Pensa, retalhada em diversas glebas possuídas por diversos especuladores, foi subdividida em pequenos lotes e colocados à disposição de potenciais compradores das regiões de ocupação mais antigas do Estado. (NARDOQUE, 2002, p.130).

Os colonos que adquiriram terras na Região contavam com recursos modestos, suficientes apenas para dar entrada ou sinal no ato da compra do pequeno lote do fazendeiro ou da companhia imobiliária. Além disso, utilizavam o trabalho familiar e não contavam com recursos para utilizar mão-de-obra externa à propriedade, o que os impossibilitava de adquirirem propriedades de grandes dimensões (NARDOQUE, 2002).

Cabe ressaltar que diante da Crise de 1929, a saída encontrada pelos fazendeiros se deu na base da ideologia do trabalho, disseminando a idéia de que os colonos deveriam se “libertar” e terem seu próprio lote de terra. Ao mesmo tempo em que abriu a possibilidade de o colono ter acesso a terra, a ideologia do trabalho viabilizou a saída da crise por parte dos fazendeiros:

Esta demanda (por pequenos lotes de terras) era alimentada pela ânsia do trabalhador em tornar-se proprietário de terra e libertar-se do domínio do fazendeiro. Por um lado, os fazendeiros que viram na crise a possibilidade de transformar suas terras em dinheiro e este em capital e aplicá-lo em outros setores e, de outro, os colonos na busca à autonomia, da suposta ideologia da mobilidade através do trabalho. (MARTINS, 1990, p. 132).

Juntamente com a pequena propriedade, a Região passou a apresentar o predomínio da policultura e também do trabalho familiar, como resultado das estratégias de sobrevivência dos pequenos proprietários rurais. De acordo com Locatel (2000), os:

...ex-colonos do café os quais se dedicavam, com o trabalho familiar, ao cultivo de gêneros alimentícios e a um produto de maior valor comercial – o algodão ou o café -, o que lhes garantia a subsistência e o pagamento das parcelas referente à compra da terra. (LOCATEL, 2000, p. 48)

Sob este contexto de diversificação das atividades agrícolas, é que ocorreu o início da produção de leite na Região. Inicialmente, a pecuária leiteira assim como os produtos alimentícios tradicionais (arroz, mandioca, milho e feijão) foi desenvolvida pelos pequenos proprietários, tendo como finalidade garantir a sua subsistência e eventualmente abastecer algum núcleo urbano das proximidades.

Mesmo após a crise de 1929, momento em que houve uma forte crise da cafeicultura, os cafezais passaram a se expandir a partir dos anos 1940, principalmente nas zonas novas (MONBEIG, 1984). É importante lembrar, que mesmo

após a crise de 1929 o café continuou a se expandir nos planaltos ocidentais, embora num ritmo menor que antes da crise. Isto se deu em razão da manutenção da política de valorização do café mesmo com a crise, e também pelos altos preços do produto no ano de 1928, portanto um ano anterior à crise e que estimulou a plantação de muitos cafeeiros, que entraram em produção 5 anos mais tarde (STOLCKE, 1986). Deste modo, no Oeste Paulista que corresponde às regiões de São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente, o café se expandiu após a crise de 1929 e foi produzido nestas áreas de maneira distinta da qual foi produzido nas regiões de Campinas e Ribeirão Preto nos anos 1910 e 1920, momento de auge da economia cafeeira. Ali o café se desenvolveu em pequenas e médias propriedades sob o predomínio da parceria.

Monbeig (1984) destaca que:

Se o café é a base da economia de tal propriedade, vê-se que ele está, por uma correta utilização do solo, associado à criação. Trata-se de uma criação de animais de corte e de leite, cujos produtos encontram mercado fácil nas cidades e patrimônios vizinhos. (MONBEIG, 1984, p. 268).

Neste momento, portanto, a policultura predominava como estratégia de sobrevivência dos pequenos proprietários rurais. Além de um produto que era inserido no mercado, o pequeno proprietário buscava se defender dos momentos de crise de algum produto se refugiando na policultura. Monbeig (1984) enfatiza ainda que:

A pequena plantação de café da franja pioneira não conhece, portanto, a monocultura. O sitiante a evita, não só porque conhece os seus inconvenientes, mas porque ela lhe é inacessível, na falta de capitais. (MONBEIG, p.271, 1984).

O mesmo autor ressalta que, “Os plantadores de algodão e principalmente de café e os donos de cafezais fatigados que passaram a praticar culturas de subsistência, todos têm alguns animais de criação.” (MONBEIG, p.313).

Dentro, portanto, das estratégias de sobrevivência dos pequenos proprietários rurais é que deve ser buscada a origem da pecuária leiteira na Região de Jales.

Com o passar do tempo e o desgaste dos solos, as pastagens passaram a ser a alternativa encontrada. Os fazendeiros dedicaram-se à pecuária de corte, enquanto que os pequenos proprietários rurais se refugiaram na pecuária leiteira, que por suas características, adaptou-se a pequenas e médias propriedades. Os produtores de leite passaram a comercializar leite *in natura* nos núcleos urbanos da região e com vizinhos, o que lhes garantiu um fluxo regular de renda durante o ano, importante para garantir a sua manutenção no campo e sua reprodução social.

A pecuária constitui-se numa atividade econômica, portanto, presente na região desde os primórdios de seu processo de ocupação. No entanto, a cafeicultura a partir dos anos 1960 tornou-se o carro-chefe da economia regional.

O café predominou na região até meados dos anos 1980, quando este produto entrou em crise, e foi substituído pelas pastagens e pela fruticultura. Com isso, tem-se uma reorganização do espaço rural regional, na medida em que o café entrou em decadência, emergindo a fruticultura assentada no trabalho familiar a utilização sazonal de trabalho.¹⁹

¹⁹ A respeito do desenvolvimento da fruticultura na região de Jales-SP, ver: LOCATEL, C. D. **O desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales-SP**. Presidente Prudente, FCT/UNESP (Dissertação de Mestrado em Geografia), 2000.

De acordo com Locatel, além deste fator resultante da intensa atuação das companhias de colonização e dos especuladores, houve também um fator de ordem cultural, mas também com papel fundamental para explicar a atual estrutura fundiária e o espaço agrário regional. Assim, de acordo com Locatel (2000):

Como a região foi colonizada mais tardiamente que outras áreas do Estado de São Paulo, nas décadas de 1940 e 1950, quando o mercado de terras na região foi mais intenso, no período de implantação do projeto modernizador, nas décadas de 1960 e 1970, com os incentivos governamentais como o crédito de custeio e as políticas setoriais, a maioria dos responsáveis pelas unidades de produção era formado por aqueles antigos colonos das fazendas de café, filhos de imigrantes europeus e orientais, que conseguiram adquirir um pequeno lote de terra e concretizar um sonho que vinha da geração anterior que migrou para o Brasil e que teve sua expectativa frustrada, de se tornar proprietário de terra. (LOCATEL. 2000. p. 138)

A inserção do cultivo da fruticultura na região, em especial a viticultura de mesa, possibilitou a manutenção da estrutura fundiária desconcentrada, em razão da viticultura ser uma cultura que ocupa pequena extensão territorial para o seu desenvolvimento, mas que demanda considerável quantidade de mão-de-obra e gera um alto valor de produção, condições estas que viabilizam a reprodução social dos pequenos e médios proprietários rurais, conservando a estrutura fundiária regional (LOCATEL, 2000).

Esta estrutura fundiária desconcentrada na Região deve ser destacada, na medida em que o país, de modo geral, sempre se caracterizou pelo predomínio de grandes propriedades rurais. É possível observar, que nos locais onde esta concentração é mais pronunciada, o baixo desenvolvimento social rural são características bastante presentes, como exemplo, o Nordeste brasileiro e o Oeste Paulista de modo geral.

Tomando o EDR²⁰ (Escritório de Desenvolvimento Rural) como parâmetro de análise, verifica-se que o de Jales é o que apresenta um maior predomínio do trabalho familiar na agricultura de todo o Estado de São Paulo. Deste modo, o EDR de Jales apresenta 77% de sua agricultura baseada no trabalho que tem como base os braços de membros da família do produtor rural (CARVALHO; KUHN, 1999).

Cabe enfatizar, que no Brasil desde o período da colonização até os dias atuais, pouco esforço foi despendido para viabilizar o surgimento e manutenção das pequenas propriedades. Ainda assim, a pequena exploração²¹ surge já no período colonial durante o ciclo da cana-de-açúcar, apesar de que todos os esforços e incentivos serem canalizados para a grande unidade produtora de açúcar.

De forma mais expressiva, a pequena propriedade desenvolveu-se primeiramente na porção meridional do Brasil, a partir do estabelecimento de núcleos de colonização nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná a partir de 1808. O Estabelecimento de colônias de europeus em pequenas propriedades no Sul é

²⁰ A metodologia de regionalização do espaço instituída pelo IBGE através de Mesorregiões Geográficas e Microrregiões Geográficas, a qual está sendo utilizada, é diferente da utilizada pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo, que utiliza uma regionalização baseada nos EDRs. Neste último critério, verificou-se que o EDR de Jales é constituído por 22 municípios, pois o município de Populina, que faz parte da MRG de Jales, neste critério passa a pertencer ao EDR de Fernandópolis,

²¹ Nas épocas em que os preços no mercado externo eram atrativos, os esforços da economia colonial se voltavam para os produtos de exportação, em detrimento do abastecimento dos incipientes núcleos urbanos da época. Justamente por isso, surgiram algumas lavouras especializadas na produção de gêneros de manutenção da população. Desta forma, tem início no Brasil um tipo de exploração rural, cujo funcionamento e seu sistema de organização era muito diferente da grande lavoura. Nestas unidades de produção, era utilizado o trabalho do proprietário e da sua família, bem como às vezes de alguns auxiliares e raramente de um escravo. Vale lembrar que, mesmo dentro dos engenhos, havia terras em que eram destinadas as atividades que preconizavam outros fins, como: pastagens para animais de trabalho, culturas alimentares para os trabalhadores, matas para fornecimento de lenha e madeira para a construção. Parte da força de trabalho escrava, também se dedicava à produção de alimentos e de produtos com a finalidade de abastecer e suprir as necessidades da população. (PRADO JR, 1987).

devido ao iminente perigo na época dos espanhóis ocuparem aquela porção do território brasileiro. Neste sentido, cabe observar que o grande desenvolvimento da pequena propriedade no Sul se deve muito mais a fatores de ordem estratégico-militar – como forma de garantir a posse do território –, do que resultantes de medidas ou processos de caráter sócio-econômico (PRADO JR, 1987). Apesar dos objetivos estratégico-militares, cabe lembrar que os europeus que se dirigiram ao Sul do Brasil, estavam em sua maioria em situações de extrema pobreza em seus países de origem e tinham o sonho de uma vida melhor.

Somente a partir da crise de 1929, com a quebra da bolsa de Nova York, em que a cafeicultura declinou vertiginosamente em São Paulo, é que ocorreu um aumento considerável da pequena propriedade no Brasil, e em especial no Estado paulista, e pela primeira vez derivada de processos sócio-econômicos, conforme se analisou anteriormente.

De modo a corroborar com a análise e os traços do espaço agrário regional, serão apresentados e analisados alguns dados obtidos junto ao IBGE, sobre a estrutura fundiária regional entre 1980 e 1996.

Para o ano de 1980, que é o momento a partir do qual se iniciará a análise, verifica-se que os estabelecimentos com menos de 20 ha. perfaziam 70,87% do total dos estabelecimentos e ocupavam 18,96% da área total dos estabelecimentos agropecuários da região, enquanto que inversamente, os estabelecimentos com área superior a 1.000 ha. representavam apenas 0,30% do número total, mas que por outro lado detinham 17,62% da área dos estabelecimentos agropecuários.

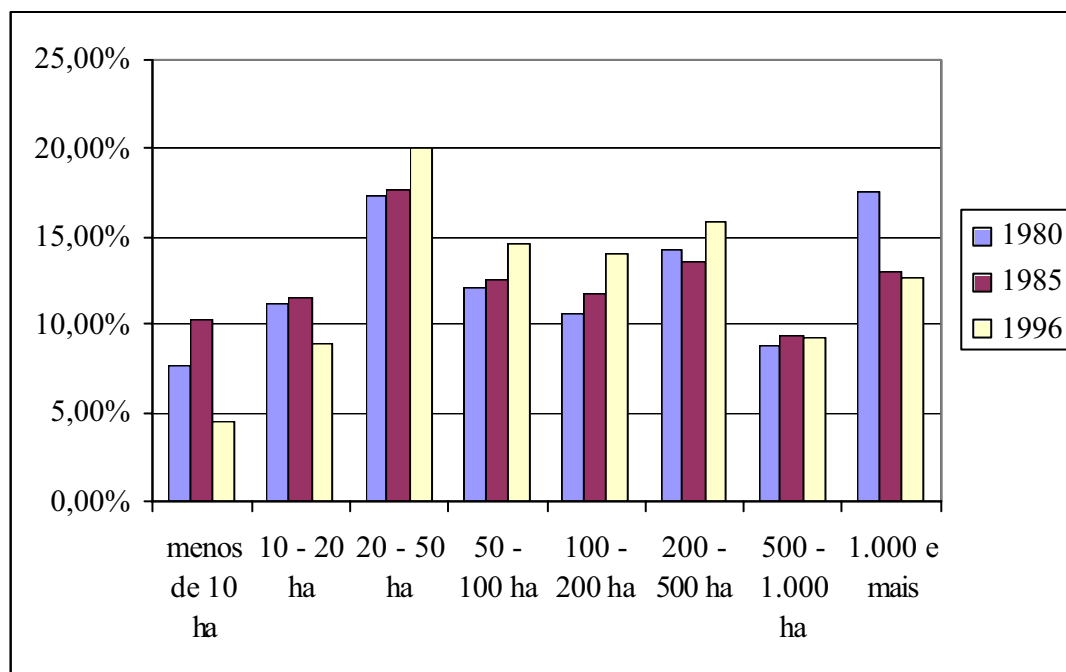
Não obstante, no conjunto os estabelecimentos com até 100 ha., ou seja, estabelecimentos que podem ser considerados pequenos, em 1980 perfaziam

95,1% do total do número de estabelecimentos e ocupavam 48,43% da área. Os estabelecimentos considerados médios, ou seja, com área de 100 a 500 ha, por sua vez, respondiam por 4,15% dos estabelecimentos e ocupavam 25,07% da área. Portanto, pode-se afirmar que havia o predomínio de pequenos e médios estabelecimentos na região.

Cabe ressaltar, que nas décadas subseqüentes a estrutura fundiária da região manteve-se quase que inalterada. A partir dos anos 1980 ocorreu uma reorganização produtiva do espaço agrícola regional, a partir da decadência da cafeicultura e a expansão da fruticultura, em especial a viticultura. De acordo com Locatel (2000), a emergência da viticultura – cultura altamente intensiva, que ocupa pequenas áreas e apresenta alto valor de produção – foi o elemento que possibilitou aos pequenos e médios proprietários permanecerem e garantirem a sua reprodução social no campo, e conseqüentemente permitiu a manutenção da estrutura fundiária.

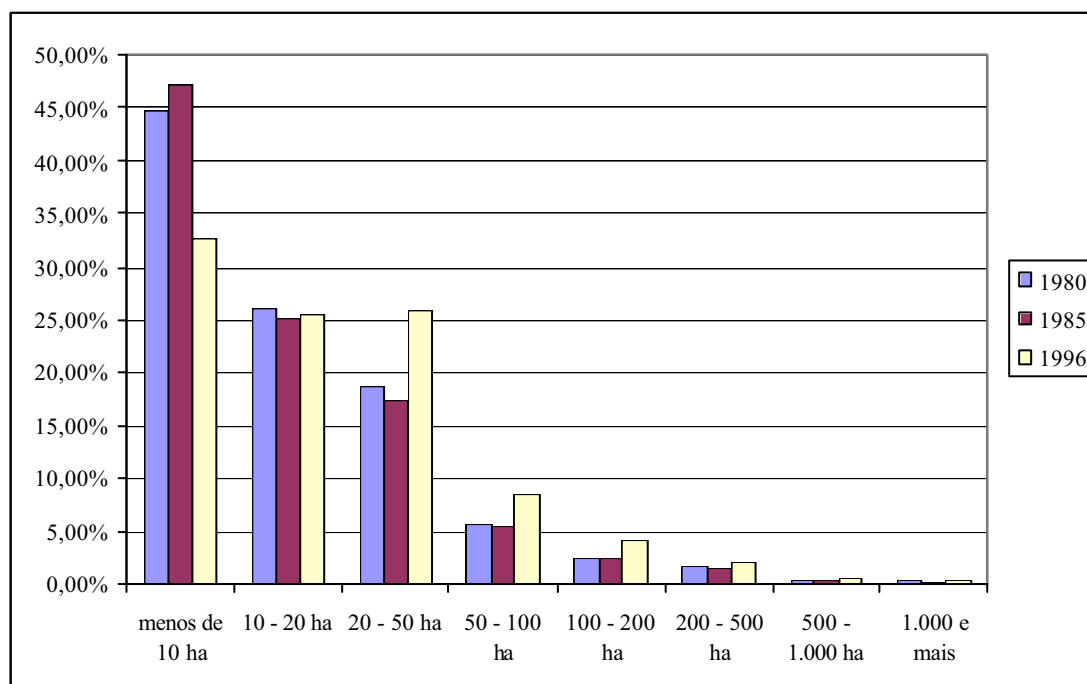
De modo a ratificar o que foi dito anteriormente, os estabelecimentos com até 20 ha. diminuíram tanto em número como em área. De 1980 a 1996, eles apresentaram redução de 29,17% em número de estabelecimento e de 34,77% na área por eles ocupada. Desagregando os estratos dos estabelecimentos considerados pequenos, e analisando apenas os que apresentam área de 20 a 100 ha, observa-se um aumento em número de estabelecimentos como também na área ocupada por eles, em 12,90% e 16,47%, respectivamente. Por outro lado, considerando o total dos estabelecimentos pequenos – com até 100 ha. -, observou-se uma diminuição de 22,62% em número de estabelecimento e apenas 1,4% em área ocupada, conforme se observa nas Figura 05 e 06.

Figura 05 - Estrutura fundiária da microrregião de Jales-SP (1980 - 1996) - grupos de área (ha)



Fonte: Censos Agropecuários da FIBGE; 1980, 1985 e 1995/96.

Figura 06 - Estrutura fundiária da microrregião de Jales-SP (1980 - 1996) – N° de estabelecimentos



Fonte: Censos Agropecuários da FIBGE; 1980, 1985 e 1995/96.

No período em análise, o estrato de estabelecimentos que apresenta maior expansão é o dos estabelecimentos médios, ou seja, de 100 a 500 ha. Estes apresentam um crescimento de 20,62% e de 18,40% em número de estabelecimentos e em área ocupada, respectivamente. Por outro lado, os estabelecimentos considerados grandes – acima de 500 ha – apresentaram uma sensível redução em número, de 3,89%, e uma significativa redução em termos de área ocupada, da ordem de 17,77%, conforme se observa nas figuras 05 e 06.

A explicação para esta redução dos grandes estabelecimentos consiste na divisão dos mesmos pelos herdeiros a partir da morte do proprietário, tendo em vista que grande parte dos colonos que chegaram na Região, por volta de 1950 e 1960, encontravam-se em fase final de suas vidas nos anos 1980 e 1990.

A maior parte das mudanças verificadas estão intimamente relacionadas às transformações sofridas pelo espaço agrícola regional, em que houve a substituição da cafeicultura pela fruticultura. Diferentemente do café, a viticultura passou a ser desenvolvida pelos próprios proprietários, que dispunham de algum capital, utilizando-se de mão-de-obra externa apenas sazonalmente. Isso desencadeou um esvaziamento populacional no campo, dado que a cafeicultura era desenvolvida na Região com base no trabalho familiar e na parceria. No momento em que a cafeicultura entrou em declínio, os pequenos produtores descapitalizados venderam suas propriedades e migraram para atividades urbanas nas cidades da região e também em grandes centros. Muitos dos colonos que se dedicavam a cafeicultura como meeiros e parceiros migraram para as cidades, mas continuaram a trabalhar no campo e transformaram-se nos chamados Bóias-frias. Os proprietários que conseguiram resistir e passaram a se dedicar a fruticultura (uva, manga, atemóia, laranja, etc...).

Os dados do IBGE apresentado sobre a Região de Jales vêm demonstrar o predomínio tanto em número quanto em área, dos pequenos estabelecimentos rurais.

A discussão estabelecida neste capítulo foi relevante para apresentar as condições e as características do processo de ocupação da Região de Jales, que tem seu espaço agrário singularizado pelo trabalho familiar, estrutura fundiária desconcentrada e policultura. Além disso, através da análise das características do processo de expansão da pecuária leiteira no Estado de São Paulo, foi possível analisar o início da produção do leite na Região como estratégia de sobrevivência dos pequenos proprietários rurais.

3 – O PROCESSO DE TECNIFICAÇÃO DA AGRICULTURA NO BRASIL E A DINÂMICA DA PECUÁRIA LEITEIRA NOS ANOS 1970 E 1980

Neste capítulo analisar-se-á o processo de desenvolvimento da pecuária leiteira no contexto do que se convencionou chamar de “modernização”²² da agricultura no Brasil, ocorrido, sobretudo a partir dos anos 1960 e 1970.

O processo de “modernização” da agricultura brasileira contribuiu sobremaneira para o aprofundamento das relações capitalistas no campo brasileiro, criando as bases para a expansão e a reprodução ampliada do capital.

As mudanças que a agricultura brasileira conheceu em decorrência deste processo são de grande magnitude. No entanto, tais mudanças não atingiram de maneira homogênea os produtos, os produtores e as diversas regiões do país, caracterizando-se assim num processo seletivo e excludente. Desta forma, será efetuada uma análise da situação da pecuária leiteira sob este contexto.

3.1. O processo de “modernização” da agricultura brasileira e a formação dos complexos agro-industriais - CAIs²³

Até os anos 1950 e 1960 a agricultura brasileira²⁴ era rotulada de “feudal”, em razão da acentuada concentração fundiária, da baixa produção e produtividade apresentada e da pequena vinculação do setor ao mercado. Neste sentido, diversos setores da sociedade defendiam reformas estruturais na agricultura,

²² Aqui o termo “modernização” aparece entre aspas em razão de que não houve uma modernização realmente, pois o aprofundamento do capitalismo no campo brasileiro se fez através da incorporação crescente de insumos, defensivos e máquinas agrícolas, sem contudo, alterar de forma significativa as relações de produção estabelecidas na agricultura brasileira. Deste modo, acredita-se que houve seguramente, um processo de tecnificação dos processos produtivos na agricultura.

²³ Para um aprofundamento das questões relacionadas ao surgimento dos CAIs, ver Graziano da Silva (1996), Delgado (1985), Sorj, 1986), Muller (1989), Szmrecsányi (1990).

²⁴ No período de 1930 a 1960, o aumento da produção agropecuária, ensejado pelo crescimento da demanda urbano-industrial, se deu de forma horizontal, a partir da incorporação de novas áreas ao processo produtivo agrícola, em especial pela expansão da produção para as regiões de fronteira agrícola, em áreas dos Estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás. Deste modo, até então os ganhos em produtividade foram ínfimos, ocorrendo basicamente o aumento da produção decorrente da expansão da área de cultivo (SORJ, 1986).

de modo a fazer com que o setor deixasse de ser atrasado e se integrasse na economia capitalista moderna (HESPANHOL, 1996).

Para superar o atraso da agricultura, eram apontadas duas alternativas: a realização de uma ampla reforma agrária, opção defendida pelos movimentos sociais; e a opção pela tecnificação da agricultura, estimulando a elevação dos índices de produtividade, via incorporação de insumos industriais e mecanização. A segunda opção foi a adotada pelo Governo brasileiro, que após o golpe militar de 1964, passou a reprimir os movimentos de luta pela terra, bem como as tentativas de reforma agrária, estimulando a modernização do latifúndio (HESPANHOL, 1996).

A partir da década de 1950 tem início o processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, culminando na consolidação do Complexo Agroindustrial - CAI nas décadas de 1960 e 1970. Portanto, já nos anos 1950 ocorre uma elevação do uso do trator e também no consumo de NPK (nitrogênio, potássio e cálcio) na agricultura brasileira, com amplo apoio do governo e de empresas estrangeiras. A partir de então, foi se configurando um novo padrão tecnológico na agricultura do país, que ainda dependia da importação de meios de produção industriais, como máquinas agrícolas, implementos e fertilizantes (Delgado, 1985).

A partir dos anos 1960, portanto, de acordo com Delgado:

Inicia-se com certo vigor um processo de mudança na base técnica da agricultura brasileira, com a consolidação integrada do denominado complexo agroindustrial brasileiro - CAI. Esta mudança significa que a agricultura torna-se menos dependente do laboratório natural da terra e da força de trabalho rurais, e simultaneamente mais articulada, por um lado, com a indústria produtora de insumos e bens de capital para a agricultura, e por outro lado, com a indústria processadora de produtos naturais. (Delgado. 1985 p. 19).

O processo de mudança na base técnica da agricultura, com a busca cada vez maior da ampliação dos níveis de produtividade da força de trabalho e dos

meios de produção utilizados, teve como consequência, aumentos consideráveis na quantidade produzida por trabalhador e por unidade de área. Deste modo, a agricultura passou por significativas transformações em sua maneira de produzir, organizar e comercializar, passando a demandar de maneira crescente os insumos industriais (MULLER, 1989).

Com este processo, a agricultura passou, por um lado, a depender cada vez mais de insumos, de fertilizantes químicos e de instrumentos de trabalho produzidos pela indústria, e cada vez menos das condições naturais por outro. Deste modo, a agricultura passou a se articular cada vez mais com a indústria fornecedora de insumos e fertilizantes (chamada indústria a montante) e com a indústria processadora de produtos naturais (denominada de indústria a jusante).

Até a década de 1950, não havia no Brasil indústria de implementos agrícolas, e as importações destes sempre foram relativamente modestas, além do que se destinavam à apenas algumas culturas de exportação. Foi apenas a partir da década de 1970, que houve a internalização da indústria produtora de tratores, fertilizantes, defensivos, insumos, etc. que se instalaram no país para substituir as importações, que cresciam cada vez mais e se tornavam mais onerosas.

Este processo de internalização da indústria produtora de bens de capital para a agricultura - tratores, máquinas, implementos, etc. - é conhecido como internalização do D₁²⁵. Este se desenvolveu a partir do momento em que foram criadas as condições e mecanismos que tornaram a agricultura “um mercado cativo” para o

²⁵ D₁ refere-se ao setor incumbido de produzir bens de produção para a agricultura. Vale lembrar, que antes da internalização, implementos agrários, máquinas e tratores eram importados. Somente com internalização deste setor criou-se uma indústria a montante da agricultura no Brasil.

setor industrial. Desta forma, isto possibilitou o estabelecimento na agricultura de relações inter-setoriais à montante.

A partir da internalização do D_1 internaliza-se a indústria que irá viabilizar a implantação interna de um novo padrão tecnológico na agricultura. A criação do SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) e do FUNAGRI (Fundo Geral para a Indústria e Agricultura) em 1965 fez com que o Estado atuasse como agente decisivo na soldagem agricultura-indústria, com o incentivo cada vez maior para o consumo de produtos industriais na agricultura. As linhas de crédito especiais para a agricultura, foram o principal instrumento utilizado pelo Estado para promover a utilização cada vez maior de fertilizantes, defensivos, máquinas e implementos agrícolas.

Houve, portanto o processo de integração de capitais industriais, bancários, agrários, que tornaram o modo de produzir na agricultura cada vez mais complexo²⁶.

De acordo com Hespanhol (1996), o estímulo à modernização da agricultura pelo governo federal a partir dos anos 1960 configurou-se como uma das mais importantes formas de intervenção do Estado na economia, financiando com recursos públicos o projeto modernizador.

Os grupos econômicos que atuam no complexo agroindustrial dominam seus respectivos ramos, bem como as respectivas dinâmicas das atividades agrárias e comerciais. Portanto, o surgimento e a consolidação do Complexo Agroindustrial

²⁶ No entanto, de acordo com Sorj (1980), cabe lembrar que a integração da agricultura com a indústria no Brasil remonta ao período colonial, desde o ciclo do açúcar ainda no período colonial. Não obstante, a presença de uma agroindústria de produção de insumos e maquinarias para a agricultura e de processamento de alimentos em grande escala para o mercado interno é um fenômeno que pode ser datado dos anos 1960 em diante.

passou a aglutinar e a articular novos interesses sociais. Para Graziano da Silva (1996), isso levou à formação dos chamados “grupos de interesse”, que são representantes da agroindústria com grande poder de pressão sobre o Estado na defesa de seus interesses.

Na análise empreendida por Graziano da Silva (1996), houve a desagregação lenta e gradual do chamado complexo rural – que estava assentado na quase auto-suficiência, apresentando uma incipiente divisão do trabalho, não havendo o mercado interno – e a partir do processo de industrialização via substituição das importações, foi dando lugar ao surgimento de um novo complexo, que veio se consolidar a partir dos anos 1960 nos chamados complexos agroindustriais. É necessário enfatizar, que houve uma fase de “transição” entre o complexo rural e o estabelecimento do complexo agroindustrial. Com o esfacelamento do complexo rural, houve a emergência do complexo cafeeiro, fase na qual começa a despontar atividades realizadas fora do latifúndio e assim iniciando um processo de criação do mercado consumidor e aprofundamento da divisão do trabalho.

O processo de tecnificação da agricultura brasileira facilitou a penetração das relações capitalistas de produção no campo. A partir de então, a territorialização²⁷ do capital no campo se deu de maneira crescente, permitindo ainda que tais relações fossem cada vez mais aprofundadas e a exploração sobre os trabalhadores e os pequenos proprietários rurais e intensificada.

O advento da agroindústria e dos processos de tecnificação da agricultura fez com que a dominação do capital no campo passasse a ocorrer via a

²⁷ Ver OLIVEIRA, A. U. **Agricultura e Indústria no Brasil**. Boletim Paulista de Geografia. São Paulo, nº 58, p. 5-64, 1981.

subordinação formal e também pela subordinação real do trabalhador rural²⁸. A partir de então, passou-se a observar o predomínio do capital industrial e/ou comercial atuando na produção e na circulação²⁹, sujeitando a renda da terra produzida na agricultura (OLIVEIRA, 1981).

No caso dos pequenos produtores mercantis, o capital industrial e comercial tem estabelecido mecanismos no momento da circulação da mercadoria, de modo a se apropriar de grande parte da renda destes produtores. Pois estes, apesar de conservarem a propriedade da terra, passaram literalmente a trabalhar para as grandes empresas à qual estão subordinados. Isto caracteriza o que Oliveira (1981), denominou de produção subordinada à circulação ou o monopólio na circulação. Cabe destacar, que este processo às vezes ocorre envolvendo grandes produtores e/ou grandes proprietários rurais, haja vista que, pequenos proprietários rurais podem ser grandes produtores.

Martins (1980), sintetizou muito bem em sua obra, esta nova situação a que passaram estar submetidos os produtores rurais subordinados ao capital industrial. Pois, mesmo o capital industrial não expropriando diretamente o lavrador, ele cria

²⁸ No processo de subordinação formal, o produtor rural mesmo que conservando a propriedade da terra, o produto do seu trabalho é apropriado no momento da circulação da mercadoria. Na subordinação real, o trabalhador rural já despojado dos seus meios de produção, vende a sua força de trabalho. Verifica-se que o primeiro caso, trata-se de uma exploração do trabalho rural de forma mais velada, indireta, enquanto que no segundo caso, a exploração é direta. Para um aprofundamento dessa questão, ver Oliveira (1981) e Martins (1995).

²⁹ De acordo com Oliveira (1981), ocorrem situações em que ora a circulação está subordinada à produção, ora a produção está subordinada à circulação. Exemplo bastante notável da subordinação da circulação à produção, caracterizando o monopólio na produção, refere-se à agroindústria sucro-alcooleira no Estado de São Paulo. Neste caso, a mercadoria já sai com o preço estipulado ao consumidor ou ao comerciante, exemplificando bem esta etapa do capitalismo industrial em que a circulação está totalmente submetida à produção. Para uma análise mais aprofundada da indústria sucro-alcooleira, ver THOMAZ JR, Antonio. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. São Paulo, USP/FFLCH, 1996 (Tese de Doutorado em Geografia). É importante lembrar, que atualmente a mercadoria não sai com o preço estipulado ao consumidor, pois o álcool e o açúcar não estão tabelados.

condições e mecanismos de modo a abocanhar parte da renda da terra produzida, mesmo que o agricultor mantenha a propriedade da terra (MARTINS, p.51, 1991).

O padrão de desenvolvimento econômico vigente, o qual dava sustentação a este processo de tecnificação da agricultura levado a cabo a partir dos anos 1960, fez com que viessem à tona e acentuassem alguns aspectos referentes à questão agrária no Brasil. A concentração fundiária e da renda aprofundou-se enormemente a partir do domínio do grande capital (industrial, comercial e financeiro) no campo. Não obstante, as condições de reprodução dos pequenos produtores rurais entrou em franco processo de deterioração, havendo um intenso empobrecimento dos trabalhadores e dos pequenos produtores rurais.

A essência do modo capitalista de produção tem sido a desigualdade e a contradição, acentuadas no campo brasileiro, graças ao projeto modernizador. Diante disso, este projeto se apresentou altamente seletivo, pois não atingiu todos os produtos, os produtores e os espaços do país.

3.1.2. A seletividade do processo de “modernização” da agricultura no Brasil

O processo de tecnificação da agricultura brasileira, apesar de ter causado enorme impacto na estrutura produtiva agrícola do país, não se generalizou por todo o espaço nacional de forma homogênea. Este processo apresentou-se de maneira seletiva e diferenciada nas seguintes esferas, de acordo com a análise de Delgado (1986):

- a) **Espacial** – limitou-se ao Centro-Sul do país (SP, MG, PR, GO, SC e RS).
Mesmo no Centro-Sul permaneceram alguns bolsões caracterizados pela prática da agricultura tradicional;
- b) **Sócio-Econômico** – Apenas entre 10 e 20% dos estabelecimentos rurais foram atingidos pelo processo de tecnificação, e, por conseguinte passaram a responder pelo maior volume e valor da produção agrícola, permanecendo o restante dos estabelecimentos cumprindo papéis periféricos na agricultura nacional;
- c) **Tecnológico** – os investimentos em pesquisa e tecnologias foram direcionados aos produtos destinados à exportação e às matérias-primas industriais, permanecendo a maior parte dos produtos alimentícios destinados ao mercado interno sem o devido apoio tecnológico e financeiro.

Muller (1989) se pronuncia da seguinte maneira sobre o caráter seletivo (que ele chama de “parcial”) do processo de tecnificação da agricultura:

Processo de industrialização do campo, parcial sem dúvida, mas com tendência à generalização, que produziu novas desigualdades técnicas, econômicas, organizacionais e regionais. Vale dizer que a tendência à homogeneização das condições de produção e distribuição provocadas pela incorporação da agricultura à lógica industrial, ao tempo em que acentuou as desigualdades entre o setor dinâmico e o atrasado da agricultura, provocou novas desigualdades segundo o modo e o grau em que foram afetadas as linhas produtivas, as regiões e as localidades. (MULLER, 1989, P.77-78)

Apesar do processo de tecnificação da agricultura ter se dado de forma seletiva e, portanto, não ter atingido todos os produtores, regiões e produtos, ele

causou um profundo impacto sobre toda a agricultura brasileira, conforme ressalta o mesmo autor (1989):

(...) a modernização levada a cabo nos últimos vinte anos foi parcial, não há dúvida; mas dizer isso seria muito pouco e enganoso, uma vez que essa parcialidade impôs condições gerais de produção, condições sem as quais torna-se praticamente inviável toda e qualquer linha de produção agrícola. Ademais, cabe enfatizar, o caráter geral não provém apenas de uma exigência puramente técnica mas principalmente de exigências econômico-sociais das firmas e grupos econômicos nacionais e internacionais presentes, direta ou indiretamente, nas atividades agrárias. (MULLER, p. 130, 1989).

O modelo de tecnificação da agricultura brasileira, consubstanciado no crédito farto e barato, estendeu-se de meados dos anos 1960 até o início da década de 1980, no momento em que a economia brasileira entra numa grande crise e que será sentido seus reflexos de maneira bastante forte na agricultura. A implantação deste modelo resultou numa ampla expansão dos produtos exportáveis e/ou matérias-primas agroindustriais, como a soja, a cana-de-açúcar, a laranja, o milho, etc, ficando os produtos alimentícios destinados ao mercado interno, estagnados ou até mesmo em alguns casos sofreram redução na oferta, como nos casos do leite, do feijão, da mandioca e do arroz.

No que concerne à esfera espacial da difusão deste processo, mesmo estando localizada no Centro-Sul, a Região de Jales constituiu-se num espaço onde os efeitos das inovações técnicas e mecânicas para a agricultura pouco se fizeram sentir nos anos 1960 e 1970. Permaneceu, naquela porção espacial, uma estrutura fundiária baseada na pequena propriedade, conforme demonstrou-se anteriormente, com base no trabalho familiar e na policultura, tendo a frente o café como um produto de alto valor comercial, que predominou até meados dos anos 1980, e posteriormente a

fruticultura, tendo a viticultura de mesa apresentando grande expansão na Região, a partir de então.

Na esfera sócio-econômica, conforme mencionou-se anteriormente, o processo de tecnificação da agricultura acentuou ainda mais a já então concentrada estrutura fundiária no país. Os trabalhadores rurais e os pequenos proprietários passaram a sofrer um intenso processo de empobrecimento, e em muitos casos foram expropriados, no caso dos pequenos proprietários. Sob este contexto, a produção de leite ficou duplamente marginalizada, pois por se tratar de um produto característico de pequenas e médias propriedades rurais (já que os pequenos produtores foram marginalizados, conforme se viu), a pecuária leiteira passou praticamente incólume pelas inovações tecnológicas e organizacionais durante o período de intensa tecnificação da agricultura, e, portanto, continuou apresentando baixíssimos índices de produtividade.

3.2. A dinâmica da pecuária leiteira sob as bases do processo de tecnificação da agricultura brasileira nos anos 1960 a 1980

Como bem demonstraram Mamigonian; Freitas (1976), o desenvolvimento e a expansão da pecuária leiteira no Brasil estão intimamente ligados à implantação e às estratégias de expansão da Nestlé, que instalou sua primeira fábrica no Brasil no município de Araras em 1921, e a partir daí passou a estimular a expansão da pecuária leiteira a partir das suas plantas industriais, que foram sendo instaladas em outros municípios do país.

É evidente o enorme descompasso existente entre a pecuária leiteira e o rápido e profundo processo de tecnificação que incidiu sobre a agricultura brasileira de

meados dos anos 1960 aos anos 1980. A pecuária leiteira, ao contrário dos setores ligados ao mercado externo, permaneceu apresentando baixa incorporação tecnológica. Contudo, este fato é intrigante na medida em que o leite é um produto vinculado diretamente à dinâmica de produção agroindustrial, o que teoricamente representa garantia de mercado comprador e exigência de padrões mínimos de qualidade, fatores básicos e indispensáveis para a implementação do processo de tecnificação e incorporação de tecnologia e de insumos industriais no processo produtivo.

A pecuária leiteira constitui-se num setor do ramo agroindustrial que merece uma análise pormenorizada, em virtude dela apresentar algumas singularidades, como: a) a pecuária bovina no Brasil de modo geral, apresentava-se enquadrada numa outra lógica de produção, sendo muitas vezes tida como reserva de valor nos períodos de inflação alta e também em muitos casos adquirindo um caráter “maquiador” da estrutura fundiária; b) o leite foi um produto marginalizado dentro do processo de tecnificação da agricultura brasileira; e, c) sofreu um longo período de tabelamento imposto pelo Governo Federal, que desestimulou os produtores do setor a buscarem melhorias de produtividade.

O Brasil possui um dos maiores rebanhos bovinos do mundo, contudo, apresenta índices de produtividade, tanto de leite como de carne, muito aquém da pecuária bovina de outros países produtores. O motivo da baixa produtividade está intimamente ligado à falta de inversões em tecnologias de manejo do rebanho, que por sua vez, estão relacionadas à maneira pela qual os criadores de bovinos encaravam esta atividade, como reserva de valor nos momentos de inflação alta e como função “maquiadora” da estrutura fundiária em muitos casos.

É lícito reconhecer, que em muitos casos a pecuária não tinha como objetivo primordial a produção de carne e de leite para os mercados consumidores. A condição de reserva de valor e “maquiadora” era o objetivo primordial, ao invés da produção de leite e carne. A existência de mercados intermediários e finais para a negociação de animais de diferentes portes e idades, a não desvalorização do rebanho frente aos processos inflacionários, a multiplicação “natural” dos rebanhos e principalmente o domínio que eles asseguram em vastas áreas de terras (assegurando a manutenção da alta concentração fundiária), fez com que a pecuária bovina apresentasse um desenvolvimento peculiar até os anos 1980.

Neste contexto, a produção de leite, muitas vezes é um sub-produto da pecuária de corte produzida em moldes extensivos, o que compromete a produtividade e a qualidade do leite.

Tendo em vista o processo de tecnificação da agricultura e seu caráter seletivo, o leite assim como os demais produtos alimentícios, foram marginalizados. Isto se deveu em grande parte à forma como o Estado atuou no setor, limitando-se, no caso do leite, a intervir efetivamente apenas na esfera normativa, ainda que de forma insatisfatória. Deste modo, o Estado através das normas sanitárias viabilizou o monopólio do capital industrial sobre os produtos de origem animal (OLIVEIRA, 1981).

No caso dos produtos alimentícios, de acordo com Muller (1989), a sua demanda está intimamente relacionada à renda dos consumidores urbanos de baixos salários, e por este motivo não se criou uma demanda suficientemente forte para que tais linhas produtivas passassem a integrar o setor dinâmico da agricultura até os anos 1980. Esta limitação do preço do leite, por sua vez, se deve à política de tabelamento do produto que vigorou de 1945 a 1991. Isto constituiu-se num fator limitante do poder

da agroindústria e sobretudo dos produtores rurais em incorporar tecnologia e auferir ganhos de produtividade na produção de leite até o final dos anos 1980.

Tendo em vista este contexto, para Kageyama; Silva (1988) apud Marafon (1998), o segmento leiteiro aparece classificado como um “complexo agroindustrial incompleto”. Ou seja, são aqueles complexos que encontram-se integrados com a agroindústria à jusante e em menor grau com a indústria à montante. No caso do leite, pelo fato deste setor não ter se tecnificado no mesmo grau apresentado por outros setores, a ligação deste com a indústria a montante até os anos 1990 era bastante tênue, pois ainda era baixa a difusão de insumos e produtos veterinários para a pecuária dentre os produtores de leite, tendo em vista os baixos preços recebidos que não viabilizaram a tecnificação. No entanto, atualmente a incorporação de tecnologias ao processo produtivo vem se dando num ritmo bastante elevado a partir dos anos 1990, com o Brasil se tornando um dos maiores exportadores de carne e já vislumbrando até a possibilidade de exportação de leite.³⁰

Os objetivos macro-econômicos definidos na época também contribuíram para a não modernização do setor. As metas de controle da inflação fizeram com que fosse preservada a política de tabelamento dos preços do leite. O tabelamento estava pautado numa equivocada política que, por um lado preconizava preços acessíveis aos consumidores de baixo poder aquisitivo, mas por outro lado, simultaneamente desestimulava incrementos de produtividade, expulsando empresários e capitais do setor. Desse modo, vigorou durante muito tempo uma pecuária que tinha seu processo produtivo bastante próximo do extrativismo, utilizando-se de técnicas rudimentares e apresentando forte estacionalidade na produção. Todas estas

³⁰ Informação encontrada no site www.milkpoint.com.br.

condições eram responsáveis pelas sucessivas crises de abastecimento de leite e pela necessidade freqüente de importar leite em pó.³¹

Neste momento, a política de tabelamento de preços adotada pelo Governo levava o produtor de leite a uma situação de deterioração constante dos seus meios de produção e de reprodução social, visto que o preço do leite encontrava-se bastante defasado, ao passo que os preços dos insumos e medicamentos veterinários não estavam tabelados. Isso gerava um estrangulamento no processo produtivo que prejudicava em muito os produtores de leite, dificultando inversões no setor e incorporação de tecnologia.

A comercialização do leite já nos anos 1970 era dominada por grandes empresas que distribuíam leite pasteurizado. Em face da baixa lucratividade obtida com a comercialização do leite, estas empresas passaram a diversificar suas linhas de produtos, agregando valor, o que necessariamente levou a uma diminuição da oferta do leite pasteurizado para ser consumido nos grandes centros urbanos, sobretudo, para a população de baixo poder aquisitivo.

As normas sanitárias baixadas pelo Estado exigindo novas maquinarias de pasteurização e maior controle de qualidade nos anos 1970, impuseram sérias dificuldades institucionais aos pequenos laticínios em continuarem produzindo, além da grande concorrência que estes já enfrentavam com as grandes empresas nacionais e multinacionais, levando à retração das pequenas empresas no setor.

³¹ De acordo com Sorj (1986), na década de 1970 foi preciso importar uma média de 20 mil toneladas anuais de leite para satisfazer a demanda interna. O leite era importado na forma de creme e também em pó.

Devido às sucessivas crises de abastecimento³² e à procura dos produtores por melhor remuneração, houve a expansão do leite tipo “B”. Este não estava tabelado oficialmente e só era consumido pela população de maior poder aquisitivo. Entretanto este tipo exigia um maior cuidado na produção e, portanto, era necessária a utilização de maquinarias modernas de ordenha e de resfriamento, que exigiam grandes inversões de capital. Deste modo, isto só estava ao alcance de um número restrito de grandes produtores com acesso a mercado com alto poder aquisitivo (MELLO, 1981). Verifica-se que a partir da década de 1960, as inovações tecnológicas introduzidas no setor, como ordenhadeira mecânica, tanques mecânicos de coagulação, formas de material plástico para embalagem, bombas centrífugas, embaladeira plástica e embaladeira para copos (MAZZALI; COSTA, 1988) se deram com muita intensidade na produção de leite tipo B, enquanto que na produção de leite tipo C estas inovações se deram de maneira bastante tímidas.

A possibilidade de produção de leite tipo “B” levou à formação de um “cinturão” em torno da cidade de São Paulo, constituído por produtores especializados na produção deste tipo de leite. A especialização territorial destes produtores explica-se pela presença na metrópole de uma população com poder aquisitivo suficiente para o consumo deste tipo de leite. Formou-se assim uma bacia leiteira especializada em produzir leite tipo B, aprofundando ainda mais a heterogeneidade estrutural entre produtores e entre as bacias leiteiras.

³² Cabe lembrar, que as sucessivas crises de abastecimento de leite se acentuavam devido à sazonalidade da produção de leite. Como a produção de leite, em razão dos parcos progressos tecnológicos, ainda estava muito dependente dos fatores naturais, nos meses de outubro até abril (meses de chuva) a produção de leite se mostrava maior, enquanto que nos meses de maio a setembro (meses de estiagem) a produção declinava consideravelmente. Nos casos em que a pecuária leiteira é um sub-produto da pecuária de corte, a diminuição da produção se mostra mais forte. É quando os preços da carne estavam mais compensadores em relação ao leite (MELLO, 1981).

Vilela, Bressan e Cunha (1999), assim se pronunciaram a respeito da política de tabelamento do leite:

Durante mais de 40 anos, o governo fixou o preço (nominal) do leite ao produtor, ao consumidor e as margens de rentabilidade de cada um dos elos da cadeia produtiva. Além da classificação do produto. Respondendo aos desestímulos do regulamento, todos os segmentos da cadeia produtiva, praticamente, se estagnaram. Os avanços tecnológicos foram episódicos, e a gama de produtos oferecida aos consumidores permaneceu quase inalterada durante quatro décadas. Para se ter uma idéia da dimensão do problema, nota-se que o iogurte somente nos anos setenta fez o seu *début* no mercado. Todavia, leite tabelado nunca significou remuneração adequada ao produtor e, muito menos, estabilidade de preços reais. Inflação elevada foi a tônica de quase todo o período e os preços recebidos pelos produtores foram excessivamente instáveis. Ainda hoje, produzir leite envolve considerável risco financeiro. (VILELA; BRESSAN; CUNHA, 1999, p.09, 1999).

Em face destas circunstâncias desfavoráveis, os produtores de leite se “adaptaram”. De modo a reduzir custos, optaram pelo crescimento extensivo e com baixo emprego de tecnologia. Desta forma, utilizou-se largamente dos fatores existentes – recursos naturais e mão-de-obra de baixo nível de qualificação – poupando os fatores de oferta inelástica, como capital e mão-de-obra qualificada. Isto comprometeu os ganhos de produtividade na produção de leite. Para Vilela; Bressan; Cunha (1999) pode se dizer que o setor lácteo constitui-se num caso de “atraso tecnológico induzido”, pois em grande parte a atividade tornou-se semi-extrativista. Na análise de Souza *apud* Pedroso (2001):

Este foi um período conturbado cujos efeitos para o setor leiteiro foram de atraso tecnológico, baixa competitividade e perda de mercados. Dentre os fatores que causaram essa situação desfavorável, destacam-se: endividamento externo, déficit fiscal, inflação e redução de investimentos (SOUZA, 1999 *apud* PEDROSO, 2001, p.10).

É inegável que o advento da agroindústria, ou seja, da forma moderna de produzir trouxe algumas mudanças também para os produtores de leite. O setor agroindustrial no Brasil terminou por ter as mesmas características do restante da

indústria nacional, como o alto grau de concentração de capitais, concorrência oligopólica e controle pelo capital estrangeiro (SORJ, 1980). Na cadeia produtiva do leite, ocorreu a constituição de uma situação de oligopsônio³³, no qual as grandes empresas passaram a determinar os preços da matéria-prima aos produtores.

A transferência dos excedentes do setor agrícola para o capital industrial e/ou comercial passou a se dar através dos esquemas de controle da produção agrícola por parte das empresas. No caso do leite, a forma atomizada³⁴ da produção primária e o domínio exercido no setor por parte de grandes corporações nacionais e, sobretudo, internacionais, têm levado a uma diminuição do poder de barganha dos produtores frente a estas.

Neste período a Nestlé constituía-se na única empresa que tinha uma atuação em âmbito nacional, enquanto que as demais empresas de laticínios tinham no máximo, atuação na esfera regional. Além disso, a empresa montou um forte esquema de *marketing* e propaganda que influenciou e moldou o tipo de consumo de lácteos no país (FREDERICQ, 1981).

Cabe salientar, portanto, que o período que vai de meados dos anos 1940 até o final dos anos 1980, foi um período bastante particular para a pecuária leiteira. Houve assim uma estagnação da atividade, sob o ponto de vista de incorporação tecnológica e aumento de produtividade no setor, por conta dos motivos explicitados ao longo do presente capítulo. Este cenário de atraso apresentado pelo setor no início dos anos 1990 foi responsável pela grande magnitude e profundidade

³³ Oligopsônio consiste numa situação em que há alguns poucos compradores frente a um grande número de fornecedores.

³⁴ Atomizado no sentido de que os produtores de leite encontram-se dispersos pelo espaço, apresentando uma vasta heterogeneidade, no que se refere à incorporação de tecnologia no processo produtivo e também com objetivos e reivindicações bastante distintas.

dos impactos ocorridos a partir da desregulamentação do mercado, da abertura externa e da estabilização econômica, que será analisado logo a seguir no quarto capítulo.

CAPÍTULO 4 – O ADVENTO DO MEIO TÉCNICO-CIENTÍFICO-INFORMACIONAL E A REESTRUTURAÇÃO DA CADEIA PRODUTIVA DO LEITE NA REGIÃO DE JALES NOS ANOS 1990

No presente capítulo será efetuada a análise das mudanças que vêm ocorrendo no modo capitalista de produção, evidenciando o advento de um novo padrão de acumulação capitalista, em substituição ao capitalismo de produção em massa (fordismo), e todas as implicações que o modo de produção “flexível” ou “toyotista” têm tido sobre a organização e a logística das empresas de laticínios, que por sua vez, também têm fortes implicações sociais e econômicas. Será dentro desse quadro de mudanças no paradigma de acumulação, que será realizada a análise dos efeitos que tais transformações vem tendo sobre o setor lácteo brasileiro.

Além disso, também serão analisados os dados de fonte primária, que foram coletados a partir da realização de entrevistas realizadas com quatro dirigentes de laticínios, com 4 líderes de associações de produtores de leite da região e, por fim, com funcionários e técnicos das Casas de Agricultura dos municípios de Jales, de Urânia, de Palmeira d’Oeste e de Santa Albertina. A partir destes procedimentos, será efetuada análise das mudanças que vêm sendo processadas na cadeia produtiva do leite na região de Jales a partir dos anos 1990, destacando neste capítulo as transformações operadas na esfera industrial do setor.

4.1. Globalização³⁵ e mudanças no padrão de acumulação capitalista: do fordismo³⁶ ao toyotismo e a Terceira Revolução Industrial³⁷

Após a Segunda Guerra Mundial teve início uma nova fase da economia capitalista. Houve a implantação de plantas industriais de empresas sediadas nos países capitalistas desenvolvidos em países subdesenvolvidos e, mais tarde o advento das tecnologias da Terceira Revolução Industrial e de uma série de políticas neoliberais a partir dos anos 1970, geraram uma nova configuração do capitalismo mundial, como também nos mecanismos que comandam o desempenho e a regulação deste sistema (CHESNAIS, 1996).

A partir dos anos 1970 o modelo de desenvolvimento fordista, então vigente neste período, entra em crise. As estruturas sob as quais este paradigma se assentava se mostram ultrapassadas e passam a representar um obstáculo à acumulação capitalista. Para Benko (1996):

As alavancas macroeconômicas que asseguraram o crescimento de ouro dos “Trinta Gloriosos” (trinta anos de crescimento) se revelam fragilizados ou servem até mesmo de obstáculos à acumulação capitalista. O fordismo aparece com perda de velocidade, entravado em seu impulso pela conjugação de uma crise de eficácia e de um esmorecimento de legitimação: a cadeia de produção peca por “rigidez”, ao passo que a “cadeia” das certezas de um

³⁵ Tendo em vista a amplitude, complexidade e a polêmica que envolve o conceito de globalização, não será efetuada aqui uma discussão profunda deste conceito. A preocupação central será de evidenciar as mudanças que vêm ocorrendo a partir da unicidade da técnica, da convergência dos momentos e da cognoscibilidade do ecúmeno, que tem resultado na mobilidade crescente de capital via os investimentos direto estrangeiro. (SANTOS, 2000).

³⁶ O fordismo constituiu-se num paradigma tecnológico fundamentado numa produção industrial estandardizada, apoiada num consumo de massa que permitiu o desenvolvimento dessa produção em massa, com forte intervenção estatal visando regular a demanda efetiva em razão do crescimento da produção (BENKO, 1996)

³⁷ Cabe lembrar que na fase moderna do capitalismo, tem-se usado freqüentemente por diversos autores, a divisão do espaço pelos três períodos de revolução industrial, sendo cada período um paradigma técnico e de trabalho, a que corresponde, por sua vez, uma forma paradigmática de organização do trabalho. Desse modo, têm-se três períodos: o primeiro sendo a denominada primeira revolução industrial no século XVIII, que se singularizou pela descoberta da máquina a vapor, sendo a tecnologia característica desse período a máquina de fiar e o tear mecânico. O segundo período ou Segunda Revolução Industrial foi o período de descoberta do motor à explosão, da eletricidade, a metalurgia e da petroquímica. A partir dos anos 1970, tem início a Terceira Revolução Industrial, baseada no desenvolvimento da informática, robótica e engenharia genética. (MOREIRA, 2000).

desenvolvimento inexaurível é que brada de maneira patente. (BENKO, 1996, p.19,).

De modo a superar a “rigidez” do fordismo, passou-se a buscar um novo paradigma de desenvolvimento. As mudanças realizadas se deram na esfera tecnológica e também social, já que as relações sociais de produção, sobretudo as trabalhistas passaram por mudanças consideráveis. Desta forma, emergiu um capitalismo “flexível” com novas logísticas de produção, tecnologias e relações de trabalho.

A nova base técnica que passou a dar sustentação a este novo período de acumulação capitalista, passou a ser denominada de Terceira Revolução Industrial e impôs uma nova regulação técnica, caracterizada pelo amplo desenvolvimento e disseminação da informática, da robótica, da engenharia genética e da automação dos processos de trabalho.

A flexibilidade no âmbito da tecnologia se traduziu na produção de máquinas e equipamentos (gama, concepção e volumes dos produtos) que podem ser moduladas e adaptadas às flutuações dos volumes e da tipologia das demandas. Para Lacerda (1998), o período atual trouxe algumas mudanças cruciais, representadas sobretudo pela grande rapidez das mudanças:

O que há de novo é a velocidade e profundidade dessas inovações. Ocorre uma verdadeira revolução tecnológica que criou um novo padrão de desenvolvimento, ancorado em novas formas de produção e administração. (LACERDA, p.20-21, 1998).

A mundialização também se consolidou através de estratégias na esfera sócio-política. Se por um lado passou-se a adotar as novas tecnologias, novos sistemas de gestão e qualidades dos produtos, por outro, o capital passou a desvalorizar cada

vez mais a força de trabalho, reduzindo todos os componentes de custo de sua reprodução como: desindexação e regulação concorrencial da formação dos salários, revisão em baixa do salário indireto, supressão das garantias de emprego e de tudo que é considerado entrave à liberdade do trabalho (BENKO, 1996).

A produção flexível exigiu uma reorganização profunda das formas de produção e também da circulação na economia. Desta forma, isso acarretou uma reestruturação geral das indústrias a partir dos anos 1970 no mundo todo e em todos os ramos de produção industrial³⁸, ocorrendo assim a emergência de novos espaços de produção e uma redefinição da divisão do trabalho.

As novas estratégias flexíveis deste período buscam superar os problemas inerentes do período “fordista”, como: problemas de custo e produtividade, equilíbrio entre produção e consumo, crise de superprodução e subconsumo, derivados da produção em série e em massa. Estes problemas tendem a serem superados com a adoção de novas estratégias e logísticas empresariais. No entanto, nesta nova fase que se apresenta, Moreira (2000) enfatiza que outros problemas vêm à tona, como o alto nível dos investimentos que se acentua cada vez mais e a centralização da economia em um número menor de empresas a partir das fusões e aquisições, aumentando o grau de monopolização na economia atual.

A Terceira Revolução Industrial tem se mostrado diferente em relação às outras duas anteriores, na medida em que as inovações que trouxe em seu bojo fogem

³⁸ O capitalismo flexível ou “toyotismo” introduziu mudanças também na parte interna da fábrica, a organização dos trabalhadores antes feita na linha de montagem, agora é realizada em círculos de equipes ou “ilhas”. O processo de concepção agora ocorre junto à realização do processo produtivo, aproximando cada vez mais o chão da fábrica ao escritório. Novas formas de gerenciamento foram introduzidas como o Kanban (sistema de controle de reposição de mercadorias) e o JIT *just in time* (neste sistema as vendas controlam a produção na fábrica, já que obalcão e a produção de mercadorias trabalham em sintonia), que por serem mais flexíveis abriram possibilidades de subcontratação e terceirização entre as empresas. (MOREIRA, 2000).

às características de ramos industriais habituais. Instaure-se uma nova era técnica em que a revolução ocorre na esfera da circulação, deslocando a economia do âmbito da produção (MOREIRA, 2000). É exatamente pela importância que a circulação adquire e em função da fluidez no território que este período possibilitou à cadeia produtiva do leite maior mobilidade da sua matéria-prima e também dos seus produtos, o que vem acarretando um processo de reorganização espacial da sua produção no território brasileiro, conforme será analisado posteriormente.

A introdução do paradigma flexível elevou em muito as taxas de expansão do capitalismo, acelerando o processo de mundialização do capital.

O período de acumulação capitalista a partir de 1970 apresentou-se diferenciado de qualquer outro precedente na história. A partir disso, uma série de fatores passaram a dar condições para que se fale de mundialização. Para Santos (1988), este período em que emerge a globalização se diferencia de tudo que até então se tinha registrado na história em razão de que as mudanças ocorridas na relação homem/natureza fizeram com que as técnicas colocadas à disposição do primeiro lhe dessem a possibilidade do conhecimento da extensão real do planeta, da convergência dos momentos e da unicidade da técnica. Desta forma, enquanto outrora se falava em internacionalização³⁹, agora é possível falar em globalização, portanto, uma nova fase inteiramente nova na história da humanidade.

Uma novidade trazida pelo novo período refere-se a “financeirização” dos ativos das empresas. O forte endividamento dos Estados e as técnicas da

³⁹ Deve-se atentar para o fato de que o capitalismo sempre foi um sistema mundial. Pois o projeto de mundializar as relações econômicas, sociais e políticas se inicia com as Grandes Navegações a partir da Europa no século XVI, avançou pelos séculos de acumulação capitalista, sendo denominada de internacionalização. Mais tarde, com a expansão das indústrias dos países do centro para os países da periferia capitalista, permitiu-se falar de multinacionalização, e posteriormente de globalização (SANTOS, 1988).

informação que permitiram uma grande fluidez na circulação do capital, tornou o capital financeiro a forma dominante nesta nova economia (MOREIRA, 2000). Neste sentido, as empresas passaram a destinar parte de seus capitais para aplicações financeiras. Isto implicou na maior dependência do capital produtivo/comercial e dos países em relação às instituições financeiras, às políticas de juros, etc...

Com a liberalização dos mercados nacionais, os fluxos de capitais financeiros passaram a expandir-se rapidamente. De acordo com Chesnais (1996) os grupos industriais passaram a diversificar seus investimentos, buscando o mercado financeiro. Desta forma, tornaram-se operadores em certos segmentos dos mercados financeiros, em especial os de câmbio.

Na cadeia produtiva do leite, recentemente (nos fins de 2004) uma grande empresa multinacional – a Parmalat - com atuação no Brasil, passou por um momento de crise quando o Grupo Parmalat, que controla a empresa, realizou algumas manobras financeiras que não foram bem sucedidas e acabaram comprometendo recursos financeiros da empresa, que perdeu parte considerável de seu capital nesta manobra financeira. Além de aplicações mal-sucedidas, é importante lembrar, que houveram operações fraudulentas na corporação, como desvio de capital da empresa, falsificação de balancetes e crimes fiscais.

Em face disso, no Brasil muitos fornecedores ficaram sem receber pela sua produção, gerando vários protestos. Em decorrência disso, a empresa realizou uma reorganização em todas as suas unidades espalhadas no mundo, de modo a cortar custos, demitindo funcionários e até mesmo fechando unidades menores.⁴⁰

⁴⁰ Informações obtidas no site milkpoint (www.milkpoint.com.br) em 30 de agosto de 2004.

Atualmente, grandes somas de capitais das empresas multinacionais migram em busca de melhor remuneração em aplicações no mercado financeiro mundial, em razão dos grandes lucros que podem ser obtidos em detrimento do segmento produtivo.

De acordo com Santos (1994), pela primeira vez na história da humanidade há a presença de um único sistema técnico superpondo-se aos demais sistemas técnicos precedentes. Este sistema técnico unificado, hegemônico, é a base material utilizada pelos atores dominantes da economia, da cultura e da política, onde se apóia o processo de globalização vigente.

Graças aos novos sistemas técnicos, todos os lugares se uniram, convergiram. A história humana sempre marcada por momentos divergentes, disparatados e dispersos, agora passou a ser convergente, na medida em que uma ocorrência pode ser imediatamente comunicada a qualquer outro lugar do mundo. Com isso tempo e espaço foram relativamente unificados globalmente.

As mudanças vêm ocorrendo com grande velocidade e alcance. Em razão da grande aceleração nos meios de transporte e de comunicações possibilitadas pela Terceira Revolução Industrial. Na análise de Harvey (1989),

No mundo em que vivemos, uma revolução tecnológica e uma mutação profunda das forças de produção estão transformando a vida e o trabalho humanos: elas conduziram a desenvolvimentos consideráveis das aptidões produtivas das sociedades humanas e a uma compressão espetacular do espaço e do tempo (HARVEY, 1989 *apud* BENKO, 1996, p. 129).

Faz-se necessário lembrar, que não ocorreu a supressão nem do tempo e nem do espaço, conforme se tem apregoadado. A maior fluidez no território, que permitiu a Harvey (1989) *apud* Benko (1996) falar de “compressão do espaço”, não homogeneizou o espaço. Para Santos (1988), o processo de globalização, pelo

contrário, acentuou as diferenças, já que este processo se nutre justamente destas diferenças espaciais. O capital está incessantemente em busca de espaços em que a sua reprodução ampliada se dê de maneira cada vez maior e mais rápida.

O processo de mundialização da economia, na análise de Benko (1996), apresenta quatro características principais: a) a mobilidade do capital se acelera num ritmo sem precedentes; b) a concorrência entre espaços nacionais, blocos (inter) regionais e empresas transnacionais tornou-se mais acirrada; c) a crescente transnacionalização das economias e da produção é acompanhada de uma globalização espetacular dos mercados e do comércio internacional e, d) num ambiente econômico que se torna cada vez mais transnacional, o Estado-Nação não tem seu papel enfraquecido como se fazem crer, mas sim o seu papel tornou-se mais complexo.

A maior parte dos estudiosos da questão vêm afirmando que o Estado tem diminuído sua atuação. Na análise de Santos (1994), na verdade o Estado tem redefinido suas práticas neste novo período, de modo a atender aos anseios dos atores hegemônicos.

O movimento de mundialização da economia vem apresentando uma face bastante perversa, aprofundando a essência do capitalismo, que é a desigualdade sócio-econômica, aumentando os índices de desemprego e também a pobreza no mundo. Na análise de Benko:

O processo de mundialização, desordenado, acelerado e mal regulado, aumenta os riscos de exclusão social em todos os países. Eficácia econômica e justiça social deverão ser repensadas. Seria preciso debruçar-se sobre as interações entre lógica econômica e instituições políticas tanto em nível local como global. (BENKO, 1996, p.86).

Para Chesnais (1996), o movimento da mundialização é excludente, pois tende à marginalizar os países subdesenvolvidos que operam com tecnologia que não lhes possibilita serem competitivos no cenário internacional. Para estes países, e dentre eles o Brasil, a mundialização tem sido maléfica por dismantelar muitos setores produtivos locais quando estes entram em concorrência internacional

Com a mundialização econômica, acentuaram-se os níveis de desemprego no mundo, sobretudo nos países subdesenvolvidos, contribuindo para o aumento da miséria e pobreza. Em face das novas tecnologias, o desemprego que agora se apresenta é o chamado “estrutural”, ou seja, os movimentos repetitivos agora são realizados por robôs e máquinas computadorizadas, fazendo com que diversos postos de trabalho fossem eliminados em razão da reorganização pela quais as empresas passaram no mundo todo. As novas estratégias do capital para cortar custos e aumentar a produtividade neste período de globalização atingiram em cheio as relações de trabalho, que se tornaram cada vez mais precarizadas. Neste sentido, o “desemprego se torna crônico. A pobreza aumenta e as classes médias perdem em qualidade de vida”. (SANTOS, p.19, 2001).

É necessário esclarecer que o aumento da pobreza e do desemprego no Brasil não se deve apenas a fatores de ordem tecnológica, como o desemprego estrutural, mas também a uma política econômica que não contempla a geração de empregos e nem a atenuação da forte desigualdade social que marca o país.

Este novo período da história da humanidade tem sido denominado por alguns autores de pós-modernidade, sociedade pós-industrial, capitalismo tecnológico, sociedade da informação, etc. Lacerda (1998) denomina o período atual, fortemente dependente da ciência, da tecnologia e da informática, em “economia da informação”, já

que estes elementos tornaram-se cruciais para o processo de acumulação atual em comparação com o processo de acumulação tradicional.

Para interpretar e analisar este novo ambiente que se forma e engendrar as transformações daí decorrentes, Milton Santos propõe o conceito de meio-técnico-científico informacional, de modo a destacar a crescente união que vem ocorrendo entre a ciência e a técnica, e por fim dando ênfase também na relevância que a informação adquire nos dias de hoje. Para ele, o meio técnico-científico-informacional é a expressão geográfica deste novo período, pois a

ciência, a tecnologia e a informação estão na base mesma de todas as formas de utilização e funcionamento do espaço, da mesma forma que participam da criação de novos processos vitais e da produção de novas espécies (animais e vegetais). É a cientifização e a tecnicização da paisagem. (SANTOS, p. 51, 1994).

O meio geográfico, portanto, que já foi meio natural e meio técnico, agora com os acréscimos da ciência e da informação, passou a ser denominado de meio técnico-científico-informacional.

4.2. Do meio natural ao meio técnico-científico-informacional

O conceito de meio técnico-científico-informacional foi sendo formulado e aprimorado por Milton Santos a partir dos anos 1980 com o lançamento da sua obra “Espaço e método”. Doravante, este conceito foi sempre aprimorado e aprofundado nas suas obras subseqüentes. No estudo do território brasileiro, Santos; Silveira (2001) classificaram a evolução deste em: meio natural, meio técnico e o meio técnico-científico-informacional.

O meio natural caracterizou o território brasileiro até por volta do século XIX. Era um meio dominado pelos tempos lentos da natureza, que presidiam as ações humanas que se davam no território. Neste sentido, a unidade era dada pela natureza e a presença humana buscava se adaptar aos sistemas naturais (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

Mais tarde foram implantados alguns equipamentos no território, de modo a atenuar o comando da natureza. A incorporação de alguns equipamentos como ferrovias, portos, telégrafos, e outros equipamentos, caracterizaram a implantação do meio técnico, permitindo uma certa fluidez na circulação de pessoas e mercadorias e “preparando” o território para o processo de industrialização.

O amplo desenvolvimento da ciência, e a união desta com a técnica e também a informação, permitiu, a partir dos anos 1970, o advento de um novo período, o meio técnico-científico-informacional. Este novo meio começou a ser gestado a partir da Segunda Guerra Mundial, mas se consolidou a partir dos anos 1970. A partir desta época, o mercado capitalista adquiriu extensão global, acelerando o processo de mundialização do capital. Para Santos; Silveira (2001) o mercado:

graças exatamente à ciência, à técnica e à informação, torna-se um mercado global. O território ganha novos conteúdos e impõe novos comportamentos, graças às enormes possibilidades da produção e, sobretudo, da circulação dos insumos, dos produtos, do dinheiro, das idéias e informações, das ordens, dos homens. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 52-53).

Para Santos (2001), o meio técnico-científico-informacional constitui-se na expressão geográfica da globalização. O território passou a ser dotado cada vez mais de equipamentos que permitem uma ampla fluidez de capitais, pessoas, mercadorias e informações. Deste modo, a circulação ganhou uma enorme importância

no processo produtivo. A circulação adquiriu tamanha relevância no período, que para Santos (1996), a circulação atualmente preside a produção, e não o contrário, como anteriormente ocorria.

Neste novo período, a informação passa a ser crucial na determinação da especialização produtiva dos lugares, redefinindo a divisão territorial do trabalho. Tanto no campo como na cidade, as condições técnicas e sociais passaram a ser mais importantes do que as condições naturais. Desta forma, os espaços dotados de tecnologia e informação foram denominados por Chesnais (1996) de tecnopolos.

Conforme alertam Santos; Silveira (2001), a crescente instrumentalização do território tende a acentuar as desigualdades no âmbito social, já que aprofundam-se as possibilidades entre os que podem conhecer o território e quem é menos favorecido para tal. Na esfera espacial, verifica-se que a expansão do meio técnico-científico-informacional também não se dá de maneira homogênea pelo território, pelo contrário, se apresenta de maneira bastante seletiva, na medida em que tende a reforçar algumas regiões e enfraquecer outras. Neste sentido, em algumas áreas o conteúdo técnico-científico-informacional é reforçado, enquanto que outras tal conteúdo tende a declinar. Nas áreas onde este meio técnico-científico se dá com mais força, se constituem os chamados espaços da racionalidade, nos quais o mercado passa a ser cada vez mais tirânico e o Estado tende a ficar impotente, pois tudo é intencionalmente disposto para que os fluxos hegemônicos ocorram e subordinem os demais (Santos, 1994).

No caso brasileiro, o meio técnico-científico-informacional está presente nas regiões Sul e Sudeste e avançando em direção ao Centro-Oeste. No entanto, este

meio técnico-científico se apresenta de forma pontual em outras partes do território, como nas regiões Norte e Nordeste.

O meio técnico-científico-informacional atingiu e se disseminou fortemente na produção agropecuária, que passou a ganhar novos conteúdos de tecnologia e informação e, portanto, novos usos. A este respeito, Santos; Silveira assinalam que:

Inovações técnicas e organizacionais na agricultura concorrem para criar um novo uso do tempo e um novo uso da terra. O aproveitamento de momentos vagos no calendário agrícola ou o encurtamento dos ciclos vegetais, a velocidade da circulação de produtos e de informações, a disponibilidade de crédito e a preeminência dada à exportação constituem, certamente, dados que vão permitir reinventar a natureza, modificar solos, criando sementes e até buscando, embora pontualmente, impor leis ao clima. Eis o novo uso agrícola do território no período técnico-científico-informacional. (SANTOS; SILVEIRA, 2001, p. 118).

Após os anos 1980, com a mundialização econômica, o espaço agrícola brasileiro passou por uma profunda reorganização. A Região Centro-Oeste, deixada de lado nos anos 1960 e 1970, passou a produzir nos moldes capitalista a partir da expansão da fronteira agrícola. Nesse período ocorreu o ingresso de um número significativo de firmas globais e o campo passou a ser cada vez mais um espaço em que a busca de eficiência e produtividade é cada vez maior (SANTOS; SILVEIRA, 2001).

4.2.1. O meio técnico-científico-informacional e a agricultura: dos CAIs aos “complexos em rede”

O advento do meio técnico-científico-informacional dotou o território de uma série de equipamentos que permitem uma grande fluidez de pessoas, mercadorias e informações a uma velocidade antes nunca vista. As facilidades geradas no âmbito da

circulação permitiram a expansão da produção agropecuária a lugares longínquos. As inovações no campo da biotecnologia vêm permitindo cada vez mais um controle do capital sobre o campo, na medida em que permite obter maiores índices de produtividade a custos cada vez menores de produção.

Em face do advento do meio técnico-científico-informacional, todo sistema agro-industrial vem sofrendo profundas mudanças de ordem tecnológica, espacial, logística e também sócio-econômica.

No Brasil, o meio técnico-científico-informacional, por exemplo, criou as condições para a expansão da produção agrícola, sobretudo a de grãos, cada vez mais para o Centro-Oeste e o Norte do país. Pois as novas tecnologias possibilitam aos produtores estarem conectados em tempo real às bolsas de valores de todo o mundo e aos bancos, mesmo estando distante dos grandes centros. Neste sentido, novos espaços passaram a serem atrativos para a instalação de agroindústrias, ao passo que outros passaram a perder plantas agro-industriais.

Criou-se uma produção de alimentos que está localizada a grandes distâncias, geralmente no Centro-Oeste, sob o domínio de grandes empresas globais que estão sediadas no Sul e no Sudeste do país.

Toda essa tecnologia disponível tem possibilitado ao capital no campo usufruir de meios de produzir em terras cujo o preço é bastante baixo, quando comparados aos do Sul e Sudeste. Cabe lembrar que no campo, o capital vem se difundindo numa velocidade maior do que nas cidades, justamente por que ali as “rugosidades” são quase ausentes. A respeito disso, Santos (1994) afirma que:

Campo e cidade se subordinam de modo diverso às novas exigências. O campo pode adaptar-se mais rapidamente às mudanças de uso, segundo os

produtos, desde que haja recursos de capital e inteligência. (SANTOS, p.78, 1994).

O campo, portanto, é o meio onde as mudanças requeridas pelo padrão técnico-científico-informacional podem ocorrer de modo mais veloz que na cidade. Santos (1994), assim se pronuncia sobre esta maior suscetibilidade do campo ao capital neste período:

Durante muito tempo se escreveu, no caso brasileiro, ser o campo hostil ao capital, um obstáculo à sua difusão, mas o que vemos é o contrário, um campo que acolhe o capital novo e o difunde rapidamente com tudo o que ele acarreta, isto é, novas formas tecnológicas, novas formas organizacionais, novas formas ocupacionais, que aí rapidamente se instalam. (SANTOS, p. 142, 1994).

O grande desenvolvimento das técnicas no período técnico-científico permitiu ao homem reinventar a natureza a partir do amplo desenvolvimento da biotecnologia. Áreas como o cerrado brasileiro, que antes apresentavam dificuldades à expansão do capital pela baixa fertilidade e distância em relação aos centros consumidores, passou a ser uma área de agricultura moderna com altos índices de produtividade.

Com o advento do meio técnico-científico-informacional, o espaço ganha uma outra composição orgânica, via a incorporação cada vez maior de capital constante e das crescentes exigências de capital variável, como instrumentos de produção, sementes selecionadas, fertilizantes, pesticidas, fungicidas e outros. Em consequência disso o trabalho no campo se torna cada vez mais carregado de ciência. No campo, conforme dito anteriormente, a substituição de um capital orgânico por outro se dá com muito mais facilidade do que na cidade, onde o meio construído é mais denso e, portanto, apresenta maiores obstáculos.

Até por volta dos anos 1980, as análises referentes ao modo de produzir na agricultura estavam pautadas pelo viés do complexo agro-industrial. Ou seja, as análises estavam assentadas no processo de integração inter-setorial que vinha sendo soldado a partir do processo de tecnificação da agricultura brasileira nos anos 1960, com o domínio cada vez maior do capital industrial, financeiro e comercial sobre a agricultura a partir da integração cada vez maior desta com a indústria à montante (indústria fornecedora de bens de capital, fertilizantes, defensivos e implementos agrícolas) e à jusante (indústria processadora de matéria-prima agrícola).

A crise fiscal do Estado brasileiro, as inovações tecnológicas e o advento do neoliberalismo suscitou mudanças estruturais nas formas predominantes de produzir da agricultura, que passou a buscar cada vez mais a flexibilidade. Nesta época, o meio técnico-científico-informacional, que vinha sendo gestado desde o pós-guerra, acelera-se. A agricultura passou, portanto, a incorporar as novas formas de produzir, acarretando uma reestruturação profunda no setor. De modo a explicar e apreender tais mudanças na agricultura, Mazzali (2000) cunhou o conceito “complexo em rede” para identificar o novo período que surge com o esgotamento do antigo modelo.

Mazzali se pronuncia da seguinte forma sobre este processo de reestruturação do setor agroindustrial:

A flexibilidade (ou fuga da rigidez) foi o princípio norteador desse processo de reestruturação. Como um desdobramento, a reformulação das formas de organização das atividades produtivas e da estrutura administrativa esteve na base da estratégia de reestruturação da “agroindústria processadora”. Nesses termos, as empresas tiveram por objetivo fundamental a aquisição de maior mobilidade, visando ao aumento da capacidade de resposta aos novos contornos – internacionais e nacionais –, no centro dos quais situam-se profundas mudanças macroeconômicas e tecnológicas (MAZZALI, p. 12, 2000).

Todas as mudanças ocorridas concorreram para que todos os elos da cadeia produtiva passassem a buscar cada vez menores custos de produção e maior qualidade do produto.

De acordo com Santos; Silveira (2001), no passado, a natureza do produto, condições e velocidade eram cruciais na determinação de uma certa organização do território, pois os ritmos agrícolas não podiam ser modificados e, portanto, havia uma necessidade de industrialização próxima aos mercados consumidores em razão das dificuldades de conservação.

A cadeia produtiva do leite constitui-se num bom exemplo disso. A produção anteriormente estava estruturada de maneira regionalizada, organizada sob distintas bacias leiteiras quase que isoladas entre si, conforme se evidenciou no capítulo 2 deste trabalho. A partir dos anos 1990 a produção passou a não conhecer mais limites regionais impostos por questões de conservação ou transporte. A produção de leite realizada em áreas longínquas como no Estado de Goiás, atualmente abastece os mercados nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, fato impensável à algumas décadas atrás. Neste sentido, por conta das inovações que o meio técnico-científico-informacional trouxe na esfera da circulação de mercadorias, o setor lácteo superou a condição de circuito regional de produção e se transformou agora num verdadeiro circuito espacial de produção.⁴¹

Outra consequência trazida por este novo período refere-se à ampliação da área de produção, ao passo que ocorre a diminuição da arena de produção. Ou seja,

⁴¹ Hoje, há uma crescente segmentação territorial das etapas do trabalho, intensificando-se as trocas e relações entre as regiões. Esses intercâmbios frequentes e espessos não são obrigatoriamente entre áreas contíguas (...). daí a necessidade de substituir a noção de circuitos regionais de produção pela de circuitos espaciais de produção. (SANTOS; SILVEIRA, p. 143-144, 2001).

a produção passa a ocorrer em áreas maiores, sendo que o processo produtivo direto ocorre em áreas menores (SANTOS; SILVEIRA, 2001). Isto decorre claramente do aumento da produtividade proporcionado pela técnica do atual período.

Em face da seletividade que este novo período apresenta, a pequena produção agropecuária, já anteriormente marginalizada pelo processo de tecnificação da agricultura nas décadas de 1960 e 1970, fragilizou-se ainda mais a partir da utilização mais intensiva de capital e das tecnologias mais avançadas. Neste sentido, Santos; Silveira enfatizam que:

Os estabelecimentos agrícolas que não puderam adotar as novas possibilidades técnicas, financeiras ou organizacionais tornaram-se mais vulneráveis às oscilações de preço, crédito e demanda e às novas formas organizacionais do trabalho, o que freqüentemente é fatal aos empresários isolados. (SANTOS; SILVEIRA, p.121, 2001)

Esta fragilização tem atingido, sobretudo muito dos produtores de leite, que não têm condições de acompanhar o ritmo das inovações e inserir-se competitivamente neste novo cenário de abertura econômica externa. A necessidade de competitividade merece ser destacada, pelo fato de que a atividade leiteira no Brasil, ainda encontra-se num patamar tecnológico muito aquém dos sistemas produtivos encontrados em países como a Argentina, Uruguai, Nova Zelândia, Estados Unidos, etc..., e portanto, não reúne as condições necessárias para competir com os produtores de leite destes países.

É interessante ressaltar, que no Brasil a produção de leite sempre esteve baseada em pequenas e médias propriedades, gerenciadas por proprietários descapitalizados e com baixa utilização de tecnologias, caracterizando sistemas de produção rudimentares que se aproximavam muito do extrativismo, ou quando não praticada por pecuaristas de corte que se dedicam ao leite apenas nos períodos que a

carne não apresentava bons preços, sendo, portanto, um sub-produto da pecuária de corte. Tais condições têm colocado os produtores de leite não-especializados numa situação bastante vulnerável frente às novas exigências do mercado, sobretudo aqueles que dependem da renda obtida com a venda do leite para sobreviverem.

4.2.2. Reestruturação da agroindústria Láctea nos anos 1990

A partir dos anos 1990 a cadeia produtiva do leite no Brasil, em face de todas as mudanças provocadas pelo processo de mundialização em marcha, passou a sofrer um profundo processo de transformações estruturais que resultaram na formação de um ambiente extremamente competitivo. Tais mudanças derivaram da desregulamentação do mercado, da abertura comercial externa (criação do Mercosul), da estabilização da economia brasileira a partir de 1994 e também da implementação de normas sanitárias mais rígidas para o setor (JANK; GALAN, 1998).

A desregulamentação do mercado de lácteos em 1991, após quase meio século de tabelamento, fez vir à tona o atraso em que o setor encontrava-se devido a esta política estatal. Conforme analisado anteriormente, o longo período de tabelamento trouxe sérios prejuízos à cadeia produtiva do leite. Pois esta política tinha como finalidade ajustes macroeconômicos, no caso o controle da inflação, e não incentivar melhorias e ganhos de produtividade no setor. Dessa forma, o tabelamento expulsou capitais e empresários da atividade, pois os preços não eram compensatórios de investimentos de maior vulto, ficando a produção de leite dependente de sistemas de produção bastante precários e, portanto defasados em relação aos sistemas produtivos de outros países. Esta defasagem ficou bastante evidente nos anos 1990 com a abertura externa da economia.

Em razão da defasagem (atraso) do setor lácteo nacional, induzida pelo Estado nos 45 anos de tabelamento do leite, que perdurou até 1991, juntamente com a velocidade e a força das mudanças, as transformações e os impactos advindos deste processo de reorganização têm sido bruscos e profundos.

A abertura da economia brasileira a partir dos anos 1990 e a criação do Mercosul,⁴² que estabeleceu tarifa intra-bloco zerada para o leite, fez com que houvesse a importação de lácteos de países como o Uruguai e a Argentina, onde os seus sistemas de produção encontravam-se mais avançados que no Brasil. Também, no caso das importações de leite em pó da Europa, havia o problema dos subsídios concedidos na origem, o que tornava o produto importado competitivo quando comparado à produção interna.⁴³

Sob este contexto, muitos agentes oportunistas denominados de “sem fábrica”, passaram a se aproveitar das assimetrias e distorções das políticas públicas no mercado de lácteos para obterem lucros a partir de práticas comerciais espúrias. Tais agentes passaram a “jogar” com as taxas de juros diferenciadas internamente e no exterior, para importar leite em pó a baixo custo e comercializá-lo no mercado interno a preços que desestabilizaram toda a cadeia, sendo prejudicial, sobretudo, aos produtores de leite, que passaram a enfrentar uma concorrência externa desleal (JANK; GALAN, 1998).

⁴² O Mercosul foi implantado no ano de 1995 a partir do Tratado de Assunção. O mercado do Cone Sul reúne os seguintes países: Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, além de Chile e Bolívia como associados.

⁴³ Nos anos de 1997 e 1998 ocorreu a triangulação de produtos oriundos de países que integram a União Européia e da Nova Zelândia via Mercosul, a preços que caracterizaram a prática de *dumping*. O leite importado da Argentina, na verdade tinha como origem outros países. O produto entrava pela Argentina em razão da alíquota mais baixa da TEC, vindo posteriormente ao Brasil, onde os produtos lácteos são exceções à TEC (tarifa externa comum). Algumas medidas foram tomadas, como a elevação da alíquota TEC, e a triangulação já não ocorre mais. (STEVANATO, 2002).

A estabilidade da economia brasileira com o Plano Real também afetou a cadeia produtiva do leite. O leite e seus derivados apresentam elevada elasticidade-renda. Com o aumento do consumo das classes de baixo poder aquisitivo, o crescimento da demanda gerou estímulos à produção de leite, sobretudo nas bacias leiteiras em expansão, como no Cerrado. No entanto, a estabilidade e a maior demanda por lácteos conjugadas com a maior abertura comercial, fez com que houvesse redução nas margens de lucro em razão da queda do preço do leite. Esta redução da margem de lucro pôs em dificuldade todo o setor, sobretudo os sistemas de produção menos eficientes.

Outro fator relevante nos anos 1990 para o setor lácteo foi o grande crescimento apresentado pelo mercado do leite longa vida (UHT)⁴⁴. Isto fez com que mudasse o ponto de referência do preço do leite, pois se antes era o leite pasteurizado, agora passou a ser o leite longa vida. Essa mudança trouxe impactos em toda a cadeia pela redução da margem de lucro, visto que os principais pontos de venda do leite UHT são os supermercados, que passaram a ter muita influência no preço do leite em virtude do forte poder de barganha que este elo da cadeia possui (VILELLA, BRESSAN e CUNHA, 1999).

Além destes fatores já citados, houve também por parte do Governo brasileiro a implementação do PNMQL (Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite), visando a melhorar as condições sanitárias do setor a partir de mudanças na legislação. Em face disso, foi lançada pelo Ministério da Agricultura a Portaria 56, que

⁴⁴ O leite longa vida (UHT – Ultra High Temperature; UAT – Ultra – Alta Temperatura) é um leite homogeneizado submetido a um processo de rápida elevação de temperatura (entre 130° C e 150° C). O tempo aproximado dessa elevação varia de 2 a 4 segundos; um processo térmico de fluxo contínuo imediatamente resfriado a uma temperatura inferior a 32° C e embalado em condições assépticas em embalagens estéreis e hermeticamente fechadas (PAULILLO, HERRERA e COSTA, 2002).

exigia a granelização⁴⁵ de toda a coleta até junho de 2002. Tendo em vista as dificuldades dos produtores em atender as novas exigências, as designações da Portaria 56 foram proteladas, e posteriormente lançada a Portaria 51, que previa para julho de 2005 a granelização total do setor lácteo. Cabe salientar que a Instrução Normativa 51 entrou em vigor dia 01 de julho do corrente ano. No entanto, em face das dificuldades em atender aos requisitos, o DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal), órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, concedeu um prazo de seis (6) meses para a adequação aos novos parâmetros de qualidade do leite.⁴⁶

Todas as mudanças deflagradas no setor pelos fatores elencados anteriormente, estão levando o setor a algumas mudanças apontadas pelos estudiosos Jank; Galan: a) liberalização e diferenciação de preços da matéria-prima, guerras de ofertas nas gôndolas dos supermercados, entrada de produtos importados, aquisições e alianças estratégicas no meio empresarial, ampliação do poder dos laticínios multinacionais e dos supermercados, ampliação da coleta a granel, redução global do número de produtores, reestruturação geográfica da produção e a ampliação do mercado informal (GALAN; JANK, 1998).

Todas estas mudanças nos anos 1990 fizeram com que a qualidade do leite passasse a ser prioridade de todos os elos da cadeia de lácteos. Nesta busca por qualidade cresceu a importância do resfriador (tanque de expansão) na propriedade rural e a coleta do leite a granel. Por um lado, a granelização ampliou o pagamento

⁴⁵ A granelização do leite refere-se à utilização de tanques de resfriamento do produto na propriedade, bem como a utilização de caminhões isotérmicos para transportar a produção da propriedade até o laticínio.

⁴⁶ Informação obtida no site www.abccriadores.com.br no dia 07/08/2005.

diferenciado por volume e qualidade, por outro, tem dificultado e até mesmo expulsado do mercado formal os produtores descapitalizados que não conseguem fazer os investimentos requeridos pela granelização.

A respeito do atraso do setor lácteo, Vilella, Bressan e Cunha, resumem os fatores responsáveis pelo atraso do setor:

a) o longo período de regulação, que inibiu a demanda de tecnologia, enquanto induziu o crescimento pela via extensiva; b) a falta de especialização do rebanho, decorrente da instabilidade do preço do leite (ampliada pela inflação), especialmente, em relação ao da carne; c) a falta de especialização dos produtores e seu número excessivo, que comprometem a eficiência geral do sistema⁴⁷; d) o pesado custo social da reestruturação da produção, que é ampliado pelas baixas taxas de crescimento da economia e pela repressão financeira crônica; e e) o peso elevado do setor informal, que inibe a modernização. (Vilela, Bressan, Cunha, p.11, 1999).

As exigências das empresas que atuam no setor têm levado à diminuição do número de produtores de leite e gerado a especialização e o aumento da produtividade daqueles produtores que se mantém no processo. Desta forma, grande parte dos fornecedores está sendo marginalizada do processo produtivo formal, sobretudo os pequenos, que não apresentam escala mínima de produção que justifique o investimento para a aquisição de um tanque de resfriamento do leite. Os produtores marginalizados estão encontrando como alternativa de permanecerem produzindo, inserir-se no mercado informal aproveitando as falhas da fiscalização sanitária.

No cenário nacional, quanto na Região de Jales, mesmo antes do desencadeamento deste processo de reestruturação do setor, o mercado informal de leite já existia. Os produtores de leite recorrem a esta estratégia de modo a auferir uma

⁴⁷ É necessário ressaltar que não compartilha-se da opinião dos referidos autores no que se refere ao número excessivo de produtores como sendo prejudicial à modernização da cadeia produtiva do leite. Pois a argumentação destes autores é no mínimo excludente e concentradora. É necessário fortalecer o produtor que hoje se apresenta mais vulnerável, diante das novas mudanças, para que haja um crescimento efetivo da produção de leite no Brasil para atender o mercado interno.

melhor remuneração pelo seu produto, já que o preço pago pelos consumidores nas cidades é maior que o preço pago pelos laticínios. Os produtores também produzem queijos artesanalmente e vendem diretamente ao consumidor, como meio de agregar valor ao leite e obter melhor remuneração. Com a reestruturação, muitos produtores têm se refugiado neste mercado, de modo a continuar produzindo leite.

A importação de leite em pó, realizada pelas multinacionais do setor com o aval do Governo, tem sido muito prejudicial aos produtores nacionais, por ser um mecanismo utilizado pelas empresas no sentido de forçar os preços pagos ao produtor para baixo, a partir da concorrência com o produto importado. O principal argumento destas empresas, é que produção nacional é insuficiente para abastecer o mercado interno.

A reestruturação que vem assolando o setor tem aprofundando cada vez mais a heterogeneidade. Se as bacias leiteiras, conforme foi visto anteriormente, surgiram e desenvolveram-se quase que isoladas umas das outras, hoje a heterogeneidade tem se aprofundado cada vez mais em razão da modernização de alguns produtores e o atraso em que a grande parte deles ainda permanece, aumentando a distância entre eles. Para Galan; Jank (1998), a heterogeneidade se aprofundou em razão de uma legislação permissiva e o interesse dos produtores em produzirem simultaneamente leite e carne.

Em face da reorganização produtiva que vem ocorrendo na cadeia produtiva do leite no Brasil, as bacias leiteiras vêm assimilando de maneira distinta tais impactos, o que reforça a heterogeneidade entre as mesmas.

A coleta do leite realizada nos moldes tradicionais era realizada nos tambores, que permaneciam na porteira da propriedade na beira da estrada à espera

da coleta do caminhão do laticínio às vezes durante horas sob temperaturas altas, comprometendo muitas vezes a qualidade do produto.

A granelização do leite tem sido benéfica em termos de qualidade e higiene do leite. Conforme previram Galan; Jank (1998), a reestruturação irá deslocar um grande número de produtores de leite para o mercado informal em curto prazo. Somente a longo prazo, poderá haver a adequação dos produtores às novas normas sanitárias para serem reinseridos no mercado formal. Enquanto isso, frente a este período de intensas dificuldades enfrentadas pelos produtores, é necessário que haja uma ação mais pronunciada e efetiva do poder público, de modo a oferecer linhas de créditos especiais aos produtores de leite que encontram-se em dificuldades.

4.2.2.1. Reorganização geográfica da produção: o leite rumo ao cerrado

Com o advento do meio técnico-científico-informacional, alguns espaços passaram a responder melhor à produção de certos gêneros. No caso do leite e dos grãos, o cerrado vem ganhando destaque. Santos (1996) salienta o rural como um espaço no qual os novos requisitos se difundem facilmente em contraposição ao urbano, onde as formas já cristalizadas oferecem maior resistência às novas formas. Neste novo período, portanto, as regiões de fronteira do Brasil vêm respondendo muito bem aos desígnios do meio técnico-científico-informacional.

No caso do leite, as tradicionais áreas de produção de leite localizadas nos Estados de São Paulo e Minas Gerais vêm perdendo espaço para o contínuo avanço da produção no Centro-Oeste, sobretudo para o Estado de Goiás. Galan; Jank

(1998) e Vilela, Bressan e Cunha (1999), apontam alguns fatores que têm direcionado espacialmente a produção de leite para o cerrado, como:

- o crescimento da demanda por produtos lácteos menos perecíveis, como o leite longa vida (UHT), que pode ser transportado a partir de regiões mais distantes;
- a estabilização econômica com o Plano Real a partir de 1994 desencadeou uma crise na pecuária de corte praticada com baixos índices de lotação por hectare. Neste sentido, a escala de produção passou a ser primordial, fazendo com que os pecuaristas antes dedicados à pecuária de corte passassem para a produção de leite;
- no cerrado, a proximidade da produção de grãos e de leite também estimulou o crescimento da pecuária leiteira; e,
- os incentivos do poder público através de linhas de financiamento do FCO (Fundo Constitucional do Centro-Oeste) e do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social), com taxas de juros mais baixas e prazos e carências mais altos que os oferecidos no mercado, fizeram com que muitos produtores passassem a se dedicar à produção de leite, motivados também pela crescente demanda do produto a partir do Plano Real.

As facilidades de circulação, proporcionadas com o advento do meio técnico-científico-informacional, fizeram com que a produção de leite passasse de uma situação de circuito regional de produção para circuito espacial de produção. Apesar do aprofundamento da heterogeneidade estrutural e tecnológica das bacias leiteiras nos anos 1990, a produção das mesmas passou a ter um alcance nacional. A fluidez espacial permitiu a integração entre os diferentes mercados e espaços de produção, no qual a concorrência entre eles passou a se dar de forma acirrada. A menor

perecibilidade do leite e derivados, fez com que produtos de procedências e níveis de qualidade diversos passassem a disputar o mesmo setor geográfico de consumo. Neste cenário, o leite do cerrado vem se destacando por ser mais competitivo que o leite produzido nas chamadas bacias tradicionais de Minas Gerais e de São Paulo.

A reorganização espacial da produção de leite se fez nos moldes das mudanças acarretadas sob o meio técnico-científico-informacional. Neste período,...”o campo se torna um ator fundamental na busca de eficiência e da produtividade” (SANTOS; SILVEIRA, p. 88, 2001). Contudo, a difusão deste meio técnico-científico-informacional, conforme já se ressaltou anteriormente, não se dá de maneira uniforme pelo território. “A expansão desse meio técnico-científico-informacional é seletiva, com o reforço de algumas regiões e o enfraquecimento relativo de outras”. (SANTOS ; SILVEIRA, p. 102, 2001).

Conforme dito anteriormente, os espaços rurais se apresentam mais propensos à recepção das inovações do meio técnico-científico-informacional. A região dos cerrados, não apenas no leite, mas, sobretudo na produção de grãos, vêm se destacando. De acordo com SANTOS ; SILVEIRA (2001):

os cerrados aparecem como a mais produtiva das regiões brasileiras para a produção agropecuária capitalista. O meio técnico precedente era parcamente presente e a enormidade dos vazios diminuiu as resistências à inovação, permitindo a chegada brutal da nova tecnoesfera e da nova racionalidade econômica. Já no Nordeste o peso das heranças materiais e culturais é muito forte, agindo como freio e resistência. (SANTOS ; SILVEIRA, p.104, 2001).

No caso da produção de leite, a presença nos Estados de São Paulo e Minas Gerais há muito mais tempo, nas chamadas bacias leiteiras tradicionais, apresenta-se consolidada em esquemas de produção precedentes, persistindo técnicas muitas vezes ultrapassadas. Exemplo disso é a resistência de alguns produtores

tradicionais em utilizar novas tecnologias em algumas partes das bacias tradicionais. A exígua presença da atividade no cerrado permitiu a expansão maciça da pecuária leiteira em bases técnicas modernas.

Tabela 1 – Produção regional de leite no Brasil

	1990/91		1995/96		Variação %
	Milhões de litros	%/total	Milhões de litros	%/total	
Norte	620	4,2	738	4,1	19
Nordeste	2.110	14,3	1.948	10,8	-8
Sudeste	6.957	47,1	8.297	45,8	19
Sul	3.326	22,5	4.474	24,7	35
Centro-Oeste	1.769	12,0	2.651	14,6	50
Brasil	14.782	100,0	18.108	100,0	23

Fonte: IBGE, CNA, LEITE BRASIL. Adaptado de Galan; Jank, 1998, p.243.

Analisando a Tabela 01, nota-se claramente o aumento da participação da região Centro-Oeste no total de produção de leite do país. Em meia década, o Centro-Oeste aumentou sua participação na produção nacional em 2,6 pontos percentuais, respondendo por 14,6% da produção nacional e perfazendo um expressivo crescimento de 50,0% da produção de leite naquela região.

4.2.2.2. Concentração e centralização de capitais no setor lácteo

A concentração e a centralização de capitais vêm ocorrendo de maneira expressiva no setor lácteo brasileiro. Destacam-se alguns grandes grupos empresariais de capital externo, como a: Nestlé, a Parmalat, A Fleischmann Royal, a Danone e a Círio-Bombril. A partir dos anos 1990 com a desregulamentação do mercado de leite,

houve uma corrida por parte destas empresas para a aquisição de plantas industriais de laticínios de capital nacional. A italiana Parmalat foi a empresa que mais se destacou neste processo de aquisição, acentuando a concentração de capitais no setor.

O objetivo das empresas são os ganhos em economia da escala, da capacidade de investimento e capitalização das mesmas, da maior capacidade de diferenciação de produtos, da diversificação e segmentação, entre outros. As multinacionais têm adotado uma estratégia de integração horizontal, adquirindo empresas que atuam em âmbito nacional (JANK ; GALAN, 1998).

Em face das estratégias agressivas destas grandes empresas, as cooperativas de produtores de leite também vêm encontrando grandes dificuldades em permanecerem no setor. Elas tiveram seu auge durante o período em que o mercado era regulado pelo Governo. A desregulamentação do mercado e a forte concorrência das empresas multinacionais fizeram com que elas passassem a enfrentar sérias dificuldades em permanecerem no setor a partir dos anos 1990. A própria natureza destas empresas, bem como a reduzida capacidade financeira e a falta de agilidade nos processos de decisão têm sido fatores determinantes no desaparecimento de algumas delas. Muitas perderam participação nos mercados onde atuavam⁴⁸ e outras acabaram sendo adquiridas por empresas maiores, ou perderam o controle da Central, como no caso recente da Batavo/Parmalat (Galan ; Jank, 1998).

⁴⁸ Um exemplo também dessa dificuldade das cooperativas em permanecerem no mercado é o da Coolvap do município de Presidente Prudente-SP. Esta cooperativa tem passado por grandes dificuldades financeiras e contraindo dívidas, o que preocupa a permanência e a reprodução dos produtores vinculados a ela. Sobre a Coolvap e os problemas da reestruturação do setor ver: STEVANATO, A. S. A produção de leite na região de Presidente Prudente-SP: o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP). Presidente Prudente, (Dissertação de Mestrado em Geografia) FCT/UNESP, 2002.

4.2.3. Reorganização da estrutura agroindustrial láctea na Região de Jales-SP⁴⁹

Encontram-se instaladas na Região de Jales três plantas agroindustriais que processam leite. Dessas, apenas uma está instalada no Município de Jales, o Laticínio Naraleite, enquanto que as outras duas estão em Santa Fé do Sul e Santa Albertina, que contam com os Laticínios Catupiry e o Laticínio Monte Carlo, respectivamente, conforme se observa na Figura 07.

A produção de leite da Região de Jales não é captada apenas pelos três laticínios. Há outros três laticínios que se localizam em outros municípios do Estado, mas que também captam e processam o leite da Região, são eles: a Nestlé (que coordena suas ações na Região a partir de sua planta em Araçatuba), o Laticínio Estrela (a partir de sua planta no Município de Estrela d'Oeste, MRG de Fernandópolis) e o Laticínio Bom Dia (com planta no Município de Votuporanga, sede da MRG de mesmo nome).

O laticínio Naraleite foi fundado em 1995. O principal motivo da sua instalação foi o fato de que naquele momento o município não contava com nenhum laticínio instalado, dado que com o processo de reestruturação produtiva do setor, a unidade de coleta e resfriamento de leite da Nestlé foi fechada a partir da granelização total efetuada pela empresa junto aos seus fornecedores.⁵⁰

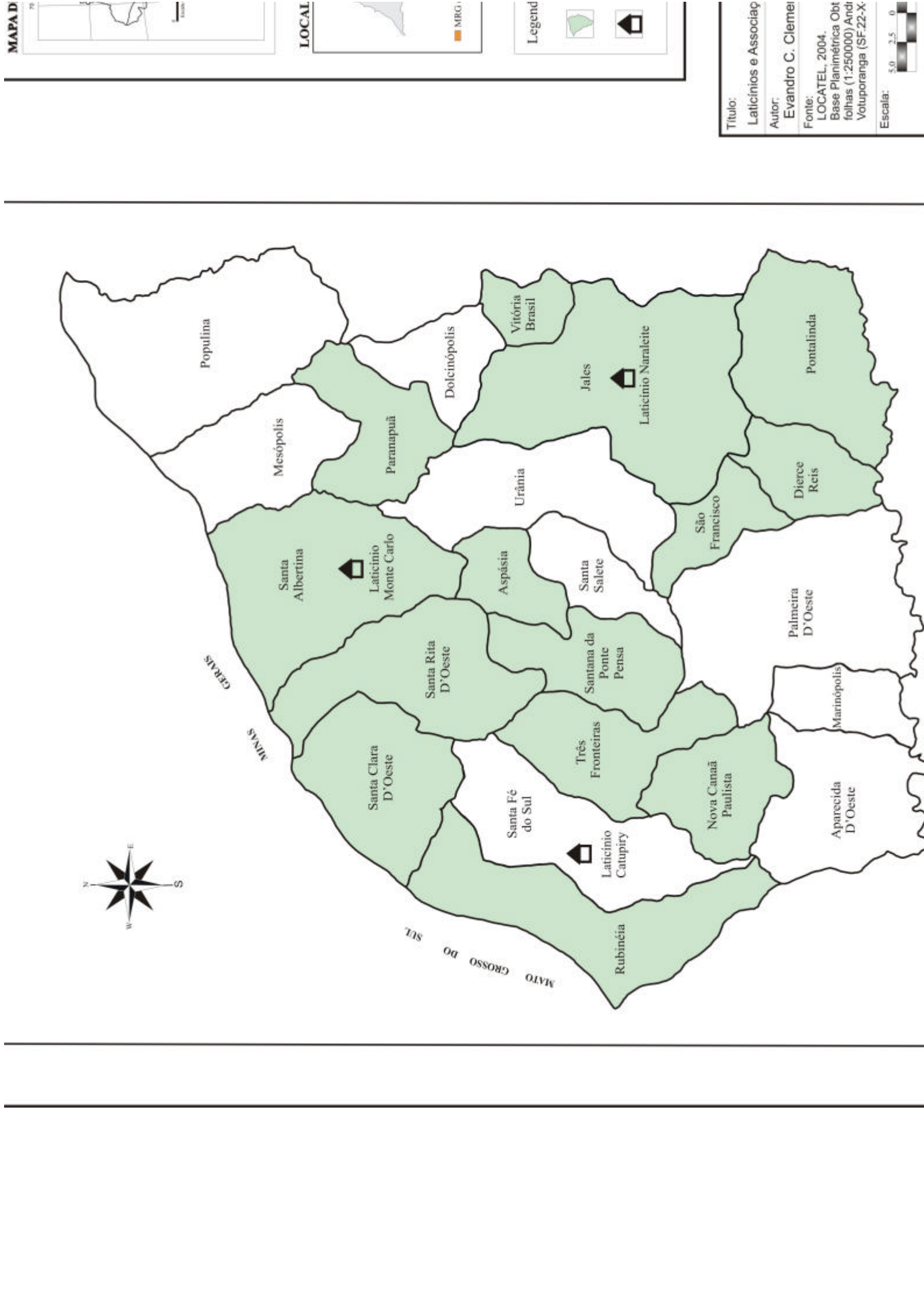
A empresa é de pequeno porte e foi instalada com recursos apenas dos fundadores, visto que não houve incentivos do poder público municipal. A capacidade de processamento diário é de 10.000 litros, contudo o processamento médio diário é de

⁴⁹ Foi possível realizar entrevistas em apenas 4 laticínios, sendo os três laticínios da região e o Estrela, do município de Estrela d'Oeste. Os laticínios Bom Dia e a Nestlé, apesar das sucessivas tentativas, não se mostraram receptivos e se negaram a conceder entrevista.

⁵⁰ Informações obtidas junto ao gerente-proprietário da empresa, no dia 30 de janeiro de 2004.

7.000 litros/dia, sendo que de outubro a fevereiro a empresa trabalha com sua capacidade máxima, ou seja, é o período da safra. No restante do ano, a sua capacidade ociosa se torna maior por causa da entressafra. Do total de leite captado pela empresa, 30,0% provém do próprio Município de Jales, enquanto que os 70,0% restante são oriundos de outros municípios da própria região.

O Laticínio Naraleite não produz leite Longa Vida (UHT), porém 70,0% do leite processado é transformado em queijo ralado, enquanto que os 30,0% restantes são pasteurizados e comercializados em municípios da região e também fora dela.



Quanto às relações estabelecidas com o produtor de leite, a empresa não possui uma estratégia de financiamento de tecnologias aos produtores, como: tanques de expansão, ordenhadeiras mecânicas, botijão de sêmen, instrumentos de inseminação artificial, etc. Porém, o laticínio já trabalha com metade do leite captado granelizado, tentando se adequar às normas da Portaria 51, que prevê para julho 2005 a granelização total.

Outra empresa do ramo lácteo, instalada na Região é o Laticínio Catupiry. Foi fundado no ano de 1963, atraído pela bacia leiteira regional. A unidade instalada no Município de Santa Fé do Sul é uma filial, já que a empresa tem a sua matriz sediada em São Paulo, e também conta com mais filiais instaladas em municípios do Estado de São Paulo como Bebedouro, e também em municípios dos Estados de Goiás e Minas Gerais.

O Laticínio é de pequeno/médio porte com uma capacidade de processamento diário de 50.000 litros, sendo que a quantidade média processada é de 40.000 litros/dia. Do leite processado, 13,0% provém do próprio Município de Santa Fé do Sul, enquanto que 87,0% é oriundo de outros municípios da Região.

A totalidade do leite processado é destinado à produção de requeijão que tem uma marca consolidada no mercado: a Catupiry. De todo o leite captado pela unidade, 90,0% já está granelizado, “porém no início foi difícil a conscientização do produtor sobre a necessidade de granelizar o leite, já que para a empresa a granelização tem sido benéfica na medida em que tem melhorado a qualidade do leite.”⁵¹

⁵¹ Informações obtidas junto ao encarregado administrativo da empresa, o sr. Silmar Pereira da Silva, no dia 31 de janeiro de 2004.

A estratégia que a empresa tem utilizado para estimular a granelização, tem sido a de manter os preços iguais entre os produtores granelizados e os que ainda entregam em tambores, no sentido de fazer com que os 10,0% restantes tenham renda e se sintam estimulados pelos melhores preços a granelizar a sua produção também. A empresa também não disponibiliza linha de financiamento ao produtor, porém em alguns casos ela empresta o tanque resfriador aos seus fornecedores.

O Laticínio Monte Carlo está sediado no Município de Santa Albertina, e foi fundado no ano de 1992, motivado pela produção de leite regional.

O Laticínio é de pequeno porte⁵², com capacidade para processamento diário de 50.000 litros, sendo que o processamento médio é em torno de 25.000 litros/dia. Do total do leite captado pelo laticínio, 15,00% apenas provém do próprio Município de Santa Albertina, enquanto que os 85,0% restantes são oriundos de municípios da própria região.

Do leite processado pelo laticínio, 50,0% é pasteurizado e comercializado, enquanto que os demais 50,0% é ultrapasteurizado (UHT ou longa vida) e também comercializado.

A empresa também tem empreendido esforços no sentido da granelização da matéria-prima de seus fornecedores, pois ela disponibiliza financiamento para a compra do tanque de expansão e também empresta o equipamento aos seus produtores, já que o plano a curto prazo da empresa é de ter

⁵² Apesar deste laticínio ter a mesma capacidade de processamento de leite/dia que o laticínio Catupiry, por ele ter um processamento efetivo menor, (25 mil litros/dia), optou-se por considerá-lo de porte pequeno a médio.

todo o leite granelizado, pois este processo tem sido benéfico, na medida em que o produto passa a agregar mais qualidade e valor.⁵³

Cabe destacar, que as empresas de laticínios que “disponibilizam” o tanque de expansão para o produtor de leite, não o fazem por estarem preocupadas com a marginalização deste, mas como uma estratégia de maneira a garantir o seu fornecimento de matéria-prima, uma vez que a maior parte dos produtores de leite da Região é formada por pequenos produtores e não têm condições de adquirir o tanque individualmente, ou sem o auxílio financeiro externo.

Com o financiamento ou o empréstimo do tanque de resfriamento por parte da agroindústria, o produtor de leite passa a ter descontado os valores diretamente da sua produção entregue ao laticínio, o que contribui para subordiná-lo cada vez mais aos ditames do capital industrial.

O leite UHT e o pasteurizado produzidos pelo laticínio são remetidos para mercados na capital paulista e também para os Estados do Rio de Janeiro e Paraná.

O Laticínio Estrela d’ Oeste tem uma atuação muito forte na região, contudo, está sediado no Município de Estrela d’ Oeste, mas que fica a apenas 15 km da sede do Município de Jales, e que apesar da proximidade geográfica pertence à Microrregião Geográfica de Fernandópolis. O Laticínio foi fundado no ano de 1996 atraído pela bacia leiteira regional, que mesmo não sendo grande, representou um atrativo para este laticínio de médio porte. Para a sua instalação, a empresa contou com incentivos da prefeitura local que cedeu o terreno para a instalação da unidade. Atualmente a empresa conta com 480 fornecedores.

⁵³ Informações concedidas pelo sr. Wilson de Souza, gerente da empresa, no dia 29 de janeiro de 2004.

A referida empresa é de porte médio, pois possui uma capacidade de processamento diária de 100.000 litros. Porém, a média processada é de 50.000 litros/dia. O leite captado pela empresa é oriundo da Região de Jales e também da Região de Fernandópolis-SP.

Do total do leite processado pelo laticínio, 80,00% vai para a fabricação de queijos, enquanto que o restante 20,00% para o beneficiamento e comercialização de leite UHT (longa vida).

De acordo com o gerente da empresa, as principais dificuldades que vêm sendo encontradas pela empresa referem-se à forte concorrência, que muitas vezes é desleal. A empresa realiza financiamentos junto a seus fornecedores sem cobrança de juros. A empresa considera o processo de granelização do leite benéfico, pois tem melhorado a qualidade do leite. Para continuar trabalhando com o pequeno proprietário, a empresa vem desenvolvendo projetos de estímulos à implantação de tanques comunitários entre seus fornecedores.⁵⁴

Além destas empresas, também possuem forte atuação na região, a Nestlé, o Laticínio Bom Dia⁵⁵, sediados nos municípios de Araçatuba e Votuporanga, respectivamente. Foi possível apenas falar com o inspetor da Nestlé na Região de Jales, que nos concedeu algumas informações.

No que se refere às estratégias da Nestlé com relação aos seus fornecedores, ela vem disponibilizando financiamento para a aquisição do tanque de expansão, botijão de sêmen, ordenhadeira mecânica, dentre outros. Contudo, esta

⁵⁴ Informações obtidas junto a entrevista realizada junto com o gerente da empresa, o sr. Jamilton Pereira da Silva.

⁵⁵ É necessário destacar, que apesar das sucessivas tentativas de contato com as empresas, não foi possível agendar entrevistas com dirigentes das respectivas empresas.

empresa tem desencadeado um processo de seleção muito forte entre seus fornecedores, visto que em torno de 40,0% dos produtores foi aliado do fornecimento de leite a ela por não terem condições de adquirir o tanque de expansão.⁵⁶

4. 2.3.1. Novas Estratégias adotadas pela Nestlé

Mesmo não sendo possível a realização de entrevista com dirigentes da empresa Nestlé, a partir da aplicação de questionários aos produtores rurais, entrevistas nas casas de agricultura e uma entrevista com o inspetor da empresa, foi possível identificar algumas estratégias da empresa na região.

As empresas de pequeno e médio porte de capital nacional que atuam na região, ainda não contam com todo o fornecimento do leite granelizado. Diferentemente destas, a Nestlé, passou a operar somente com produtores que possuem o tanque de resfriamento, “descartando” assim os produtores menos capitalizados, sobretudo os pequenos, que não possuem condições para adquirir o tanque e nem a sua escala de produção justifica este alto investimento.

Os produtores/fornecedores que foram aliados do fornecimento à Nestlé passaram a entregar sua produção para os laticínios de menor porte e também optaram pelo mercado informal, vendendo sua produção diretamente ao consumidor.

A empresa Nestlé mantinha postos de captação e resfriamento do leite produzido na Região, localizados nos municípios de Jales, Palmeira d’ Oeste e Santa Fé do Sul. A produção era captada, armazenada, submetida à análise e depois enviada para a sua indústria no município de Araçatuba.

⁵⁶ Informações obtidas junto ao inspetor da empresa, que preferiu não ter o nome divulgado.

Tendo em vista as mudanças advindas do processo de reestruturação agroindustrial, a Nestlé que possuía entrepostos de captação do leite nos municípios de Jales, Palmeira d'Oeste e Santa Fé do Sul, seguindo as novas estratégias para este cenário bastante competitivo, desativou todos. A granelização da produção dos seus fornecedores possibilitou a ela reduzir enormemente seus custos, remetendo a produção resfriada diretamente da propriedade rural para a sua unidade industrial.

Atualmente, a incessante busca por parte das empresas em reduzir custos e a ampla tecnologia oferecida que substitui parcialmente a mão-de-obra humana, tem contribuído para a eliminação dos contratos de trabalho com encargos sociais, aumentando o desemprego, constituindo o denominado desemprego estrutural ou tecnológico. A Nestlé, de modo a garantir a sua competitividade, adotou de imediato a granelização da fase da coleta, permitindo a ela desativar entrepostos de recepção e resfriamento e dispensar os funcionários, além de reduzir gastos com fretes na fase de coleta e ganhar em qualidade e sanidade do produto.

.A granelização, apesar de ser utilizada pela indústria como instrumento de seleção dos seus fornecedores, também estimula o aumento da produtividade, da produção e melhorias na qualidade do produto, gerando um maior retorno econômico ao produtor rural. Pois,

a implantação do sistema de transportes de leite a granel pelos laticínios, agilizados desde 1997, reduz os postos de captação do produto no primeiro percurso, dispensa postos de resfriamento, aumenta a produtividade da atividade pela introdução da segunda ordenha do dia e possibilita uma melhor qualidade do leite na plataforma. (BORTOLETO ; CHABARIBERI, p.03, 1998).

Mesmo a empresa tendo dispensado a produção daqueles produtores “marginalizados”, de acordo com informações do inspetor da empresa, a produção da

região reduziu um pouco no início logo após a saída dos produtores. No entanto, com a granelização e os investimentos em ordenhadeira mecânica e demais instrumentos e técnicas para o aumento da produtividade que a granelização condiciona o produtor, a produção recuperou o patamar anterior à saída dos produtores.

A granelização tem sido bastante benéfica para a agroindústria, na medida em que possibilitou redução dos custos e maior flexibilidade/agilidade para a indústria. Neste sentido, objetivando expandir a granelização, a Nestlé passou a disponibilizar linhas de crédito aos seus fornecedores para a compra dos equipamentos. Com esta estratégia, os laticínios passaram a se aproximar dos produtores rurais, gerando uma situação que Paulillo, Herrea e Costa denominaram de “quase-integração”, para definir estas novas estratégias das empresas⁵⁷ a partir da reestruturação dos anos 1990.

Este estreitamento dos laços entre a Nestlé e os fornecedores de leite, tem sido bastante vantajosa para a primeira, pois tem possibilitado ganhos em qualidade e em escala, redução de custos de transporte, garantia de entrega da matéria-prima. Pelo lado do produtor, no entanto, tem acentuado a sua subordinação ao capital industrial.

⁵⁷ Em suma, as novas estratégias adotadas pelas grandes empresas do ramo de laticínios, em especial pelas multinacionais, têm sido a de adotar algumas estratégias visando a redução de custos e o aumento da qualidade de produto. Assim, a granelização da fase de coleta do leite tem sido uma poderosa estratégia adotada. Ela tem marginalizado do mercado formal alguns produtores, atuando no sentido de especializar os demais produtores que permaneceram, aumentando a produção, a produtividade e a qualidade do produto, além de permitir forte redução no custos de transporte, via desativação de entrepostos de captação e da não necessidade de coletar o leite todos os dias nas propriedades que possuem o tanque de expansão.

**CAPÍTULO 5 – REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA DA PECUÁRIA LEITEIRA NA
REGIÃO DE JALES À LUZ DAS NOVAS CONDIÇÕES IMPOSTAS PELA
REORGANIZAÇÃO AGROINDUSTRIAL A PARTIR DOS ANOS 1990**

A pecuária leiteira na Região de Jales vem sofrendo os reflexos da reorganização do setor lácteo nacional. Mesmo não se apresentando como uma expressiva bacia leiteira, a pecuária leiteira possui significativa relevância para a reprodução social do pequeno proprietário rural na região, pois proporciona uma liquidez mensal que nenhum outro produto agrícola oferece.

Tem sido bastante comum na região a conjugação por parte dos produtores de leite com outros produtos, como laranja, limão, caju, atemóia, dentre outras, que alcançam maiores preços que os produtos tradicionais. Contudo, para alguns produtores de leite, a falta de capitalização e a ausência de escala da produção de leite, bem como a não-especialização, têm sido os fatores que tem dificultado a permanência destes na pecuária leiteira. De modo geral, a reorganização do setor aumentou as dificuldades para os produtores de leite não-especializados continuarem produzindo.

Tendo em vista este panorama⁵⁸ será efetuada uma análise das mudanças que vêm ocorrendo na pecuária leiteira regional, a partir dos dados de fonte primária coletados em trabalho de campo realizado no mês de janeiro de 2004, atentando para as dificuldades dos produtores não-especializados em permanecerem na atividade, já que dada as tradicionais falhas na fiscalização sanitária brasileira, estes produtores sobreviverão no mercado informal e não serão excluídos conforme muitos autores têm apregoado, como Jank; Galan (1998), Vilella, Bressan e Cunha (1999).

O trabalho de campo efetuado no mês de janeiro de 2004, conforme anunciado anteriormente, forneceu os dados os quais serviram de base para a análise

⁵⁸ De acordo com estudo divulgado por Jank & Galan (1998), espera-se que em torno de 400 mil produtores de leite, o que representa um terço dos produtores de leite no país, serão marginalizados do setor no processo de reorganização produtiva da pecuária leiteira atualmente em marcha.

realizada neste capítulo. Deste modo, apesar da pesquisa abranger os 23 municípios que formam a Microrregião Geográfica de Jales, com base nos dados sobre produção de leite e do número de vacas ordenhadas, obtidos na FIBGE, foram selecionados quatro municípios em que a pecuária leiteira se apresenta mais expressiva na Região.

Foram aplicados 80 questionários, de forma aleatória, a produtores de leite dos municípios de Jales, de Palmeira d'Oeste, de Santa Albertina e de Urânia. Sendo que em cada município foram aplicados 25% do total de questionários.

O questionário (ver cópia na parte de anexos) utilizado foi elaborado visando a obtenção de informações sobre vários aspectos, como:

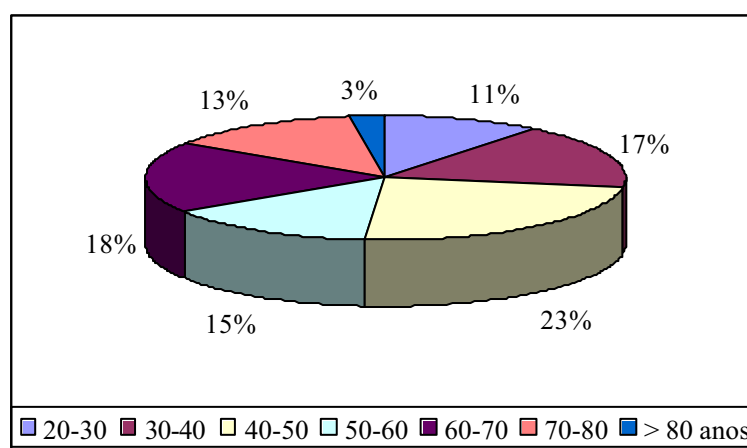
- Dados sobre o produtor;
- Dados sobre a propriedade;
- Forma de utilização das terras;
- Dados sobre a atividade pecuária em geral;
- Características e dados sobre o rebanho leiteiro;
- Informações técnicas sobre a produção de leite; e,
- Opinião e perspectiva dos produtores de leite.

Após a coleta dos dados, foi efetuada a tabulação e sistematização, para a posterior análise, conforme se segue no presente capítulo. Este procedimento possibilitou um aprofundamento na investigação das mudanças que vêm ocorrendo na pecuária leiteira da Região de Jales.

5.1. Caracterização dos produtores de leite

Em trabalho de campo realizado, buscou-se identificar a faixa etária predominante dos produtores de leite da região, de modo a caracterizar os proprietários rurais que se dedicam à pecuária leiteira, bem como vislumbrar as perspectivas de prosseguimento da atividade na Região.

Figura 8 – Faixa etária dos produtores pesquisados



Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

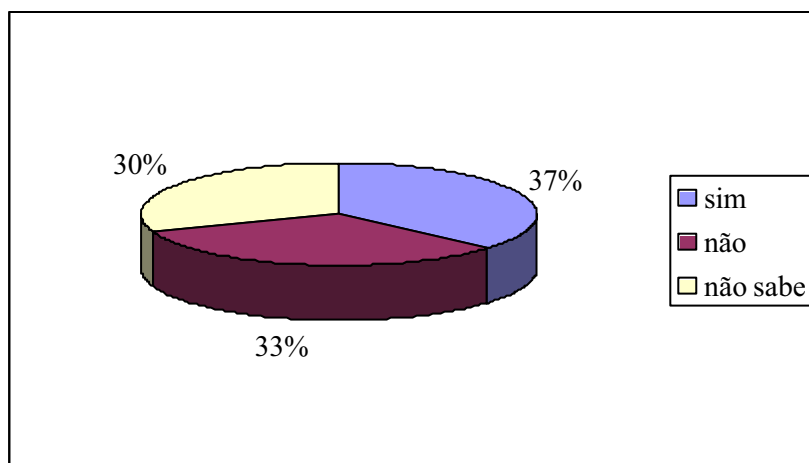
Com base nos dados apresentados na Figura 08, infere-se que a continuidade da pecuária leiteira pode estar comprometida na região, pois 53,9% dos produtores possuem mais de 50 anos de idade, e 18% deles já têm mais de 70 anos. A idade avançada de muitos deles refere-se ao fato de que a maior parte deles eram antigos cafeicultores na região, que com a decadência da cafeicultura passaram a se dedicar à fruticultura e também à pecuária leiteira, enquanto que os filhos migraram para as cidades na busca de melhores condições de vida.

A baixa escolaridade e o apego a terra, destes pequenos proprietários, são alguns fatores que fazem com que eles permaneçam no campo, uma vez que a

possibilidade de melhoria das condições de vida para eles migrando para grandes centros se apresenta comprometida.

Também contribui para o envelhecimento da população rural, o forte imaginário urbano criado nas pessoas, para quem o rural é visto como atrasado, e o urbano como o moderno, gerando uma forte atração nos jovens do meio rural, que sonham com melhores condições de vida. É interessante a análise de Oliveira (2003), para quem os movimentos sociais representam uma possibilidade de reverter este quadro de envelhecimento no campo, a partir da introdução de novas formas de pensar o rural. Entretanto, os movimentos sociais rurais não possuem atuação efetiva na Região de Jales, já que a titularidade das terras já está consolidada e a estrutura fundiária menos concentrada, não dá margens para a emergência de movimentos desta natureza.

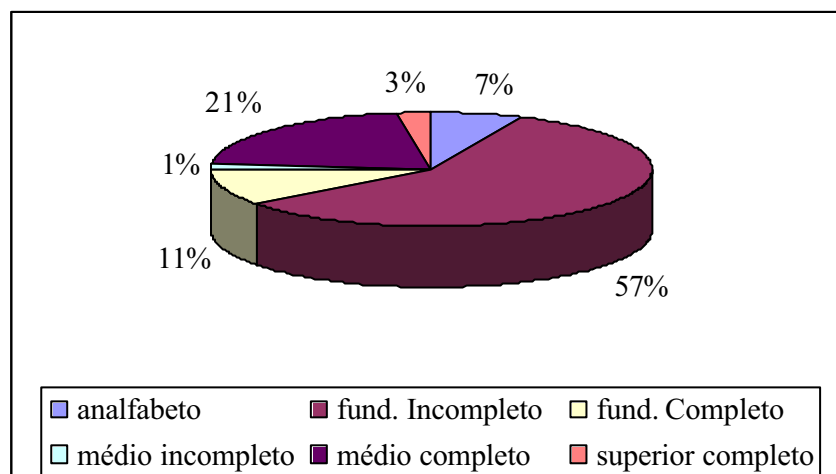
De acordo com dados apresentados na Figura 09, do total dos produtores pesquisados, apenas 37% deles afirmaram que os filhos pretendem continuar produzindo leite. Enquanto que 33% afirmaram que os filhos não irão continuar com a atividade, dada as dificuldades e as incertezas que a pecuária leiteira representa. Uma outra parte dos produtores, 30% afirmaram não terem certeza do prosseguimento da atividade, já que os obstáculos à permanência na atividade vêm aumentando com a reestruturação da cadeia produtiva do leite, e também em função da atração que o urbano gera no imaginário do jovem que vive no meio rural.

Figura 9 – Propensão dos filhos em continuar com a pecuária leiteira

Fonte: Pesquisa de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Alguns indicativos, portanto, como a idade avançada dos produtores e a não propensão dos filhos em dar continuidade à atividade, pode colocar em risco a permanência e o prosseguimento da pecuária leiteira na região a médio e longo prazo.

Conforme já foi dito, a baixa escolaridade representou um empecilho à migração destes proprietários rurais para a cidade, dado que a baixa qualificação não lhes possibilitaria lutar por bons empregos no meio urbano. No entanto, dada as crescentes modificações e inovações tecnológicas no meio rural, a partir do advento do meio técnico-científico-informacional, que conforme Santos (1994) aponta que este encontra maiores facilidades em penetrar no campo do que na cidade, tem requerido a especialização (no caso treinamento e cursos para conhecer novas tecnologias de produção) destes produtores para garantirem a sua permanência na atividade, bem como devem estar atentos para a implementação e o uso de novas tecnologias e também o manejo das informações nos processos produtivos agrícolas, indispensáveis atualmente.

Figura 10 – Nível de escolaridade dos produtores pesquisados

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Na contramão das novas exigências da atualidade, conforme se observa nos dados apresentados na Figura 10, dos produtores pesquisados, 57% deles possuem apenas o ensino fundamental incompleto, enquanto que 5% deles são analfabetos e apenas 3% possuem o ensino superior completo, o que é muito pouco dentro deste universo em que o uso da informação se mostra cada vez mais necessário nos processos produtivos do campo. Esta situação faz com que os que vivem no campo também passem a encontrar dificuldades para a sobrevivência.

O caso do leite é bem significativo neste sentido, pois a reorganização da cadeia nos anos 1990, tem exigido o uso cada vez maior de novas técnicas no processo produtivo, buscando maior qualidade e produtividade, de modo a serem competitivos e garantirem a sua permanência no setor. Entretanto, apenas a disponibilidade de capital sem o preparo profissional dos produtores não possibilita a

estes encontrarem alternativas de produção, que lhes garantam a permanência na atividade. Contudo, deve-se lembrar que o conhecimento preexistente destes produtores não deve ser ignorado, mas sim aproveitá-los de maneira integrada às inovações, que agora se apresentam.

A baixa escolaridade dos produtores de leite está relacionada à idade avançada destes, já que os produtores com mais de 50 anos de idade enfrentavam muitas dificuldades em freqüentar a escola, pois na época as dificuldades de locomoção para aqueles que residiam na zona rural eram enormes, além do que a própria família colocava empecilhos para a ida a escola, e exigia a dedicação no trabalho agrícola, já que havia a necessidade de mão-de-obra nos cafezais, que são intensivos na utilização de mão-de-obra.

5.2. Dedicação à pecuária leiteira

A partir da decadência da cafeicultura na Região na década de 1980 em virtude de diversos fatores, dentre eles o desgaste dos solos e o envelhecimento dos cafezais, secas, queda nos preços, verificou-se a emergência da fruticultura como principal produto da agropecuária regional, ocupando a lacuna deixada pela cafeicultura. Contudo, cabe destacar o avanço da pecuária, representado pela expansão das pastagens a partir desta época sobre terras antes ocupadas pela cafeicultura, já que a viticultura ocupa áreas reduzidas e pode proporcionar elevado valor de produção⁵⁹.

⁵⁹ Cabe destacar que a fruticultura regional vem enfrentando forte crise, e atualmente fica difícil falar em elevado valor de produção para alguns produtos.

A importância da pecuária leiteira é crescente e passou a ser relevante na reprodução social dos pequenos e médios proprietários rurais, na medida em que proporciona um fluxo regular de renda, que não é oferecida por nenhum outro produto agrícola aos pequenos e médios proprietários rurais da Região, tendo em vista a falta de capitais para investimentos em infra-estrutura, correção de solos, fertilizantes, sementes, máquinas, dentre outros, procedimentos indispensáveis à dedicação a uma outra atividade agrícola. É sabido que todos estes procedimentos também são necessários para a produção de leite, no entanto, os produtores de leite conseguem produzir a partir de sistemas produtivos bastante precários.

Dada a complementaridade de renda proporcionada pela pecuária leiteira aos pequenos proprietários rurais, Lopes *et al* (1999) ressalta que:

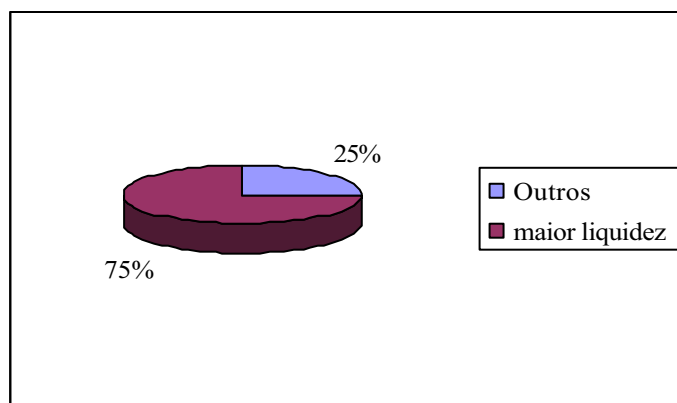
A pecuária leiteira tem importante papel junto ao setor agrícola brasileiro, tanto sob o ponto de vista econômico, quanto sob o prisma social. Por um lado, sua participação é fundamental na formação de renda de um grande número de pequenos produtores agrícolas, e mesmo na renda nacional; por outro, merece destaque a esfera econômica, onde essa atividade representa cerca de 8% do Produto Interno Bruto (PIB) agropecuário nacional. Possui ainda, expressiva participação junto ao setor industrial, onde participa simultaneamente como fornecedora de matéria-prima e como demandante de insumos. Além dessas questões, há que se realçar sua contribuição como alimento básico à população infanto-juvenil quanto adulta. (LOPES *et al*, *apud* OLIVEIRA, p. 61-62, 2003).

Justamente por conta da ausência de capitalização, que muitos produtores de leite vêm encontrando sérios obstáculos para permanecerem no setor, já que com as mudanças macro-econômicas e tecnológico-normativas apontam para a necessidade de inversões na aquisição de tanque de resfriamento, ordenhadeira mecânica, melhorias na alimentação do rebanho, de modo a buscar uma maior produtividade, reduzir custos e sobreviver neste novo cenário que se apresenta extremamente competitivo.

No Oeste Paulista, de modo geral, a partir da decadência das lavouras, no caso o café, o que se viu foi o avanço e o predomínio da pecuária, sobretudo a de corte praticada em moldes extensivos. Para os pequenos proprietários rurais, restou-lhes como alternativa serem pecuaristas também, mas tendo como atividade principal o leite e não a engorda de bovinos para o corte. Esta atividade, além da renda obtida com a comercialização do leite produzido, também proporciona a eles utilizarem os “descartes”⁶⁰ para serem vendidos aos frigoríficos e a açougues. Outra estratégia é a cria e recria de bovinos, que depois são vendidos aos pecuaristas de corte. Todas estas possibilidades oferecidas pela atividade acabam fazendo com que a pecuária leiteira seja extremamente interessante ao pequeno proprietário rural.

Cabe lembrar que estas estratégias adotadas pelos produtores de leite de se protegerem dos riscos representados pela atividade no Brasil são fatores responsáveis pelo atraso tecnológico e a baixa produtividade da pecuária leiteira. Como também é responsável pela não-especialização dos produtores de leite, que para se protegerem dos riscos da atividade, dedicam-se simultaneamente a produção de outros produtos. De acordo com as mudanças que vêm ocorrendo no setor, a busca pela especialização tem sido extremamente relevante para buscar produtividade e competitividade. Portanto, a ausência de especialização tem sido um dos principais fatores que têm causado a marginalização dos produtores de leite.

⁶⁰ Termo utilizado pelos produtores para se referirem aos animais que nascem e que, por motivos genéticos ou outros, se mostram pouco apropriados à atividade leiteira.

Figura 11 – Motivos da dedicação dos proprietários rurais à pecuária leiteira

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

De modo a ratificar o que foi exposto anteriormente, basta verificar a Figura 11, na qual destacam-se as respostas referentes à renda e liquidez proporcionada pela pecuária leiteira. Neste contexto, o leite vem sendo relevante para a manutenção da estrutura fundiária regional, juntamente com a viticultura, na medida em que tem possibilitado renda mensal e viabilizado a reprodução social dos pequenos e médios proprietários rurais. Assim, a ampla difusão da pecuária leiteira dentre os pequenos proprietários rurais se deve à renda mensal que a atividade proporciona. Diferentemente de outros produtos agrícolas, que não oferecem renda mensal, a pecuária leiteira mesmo com todos os problemas e riscos enfrentados, continua sendo uma opção para os pequenos proprietários rurais.

Conforme se observa pela Figura 09, 32,90% dos produtores afirmaram que os filhos não pretendem continuar trabalhando com a pecuária leiteira, enquanto que 36,80% afirmaram que seus filhos pretendem continuar, mesmo alegando algumas dificuldades. Porém, 30,30% dos produtores não têm certeza a respeito da continuidade dos filhos na atividade. Deste modo, juntando a parcela dos produtores em que os filhos

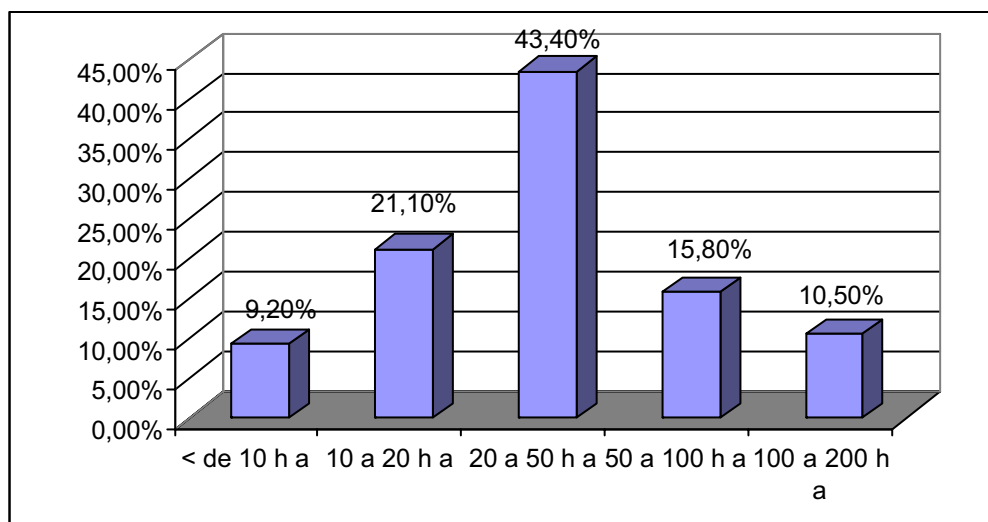
não pretendem continuar com a pecuária leiteira, com os que afirmaram que a continuidade ainda é incerta, chega-se a 63,20% dos produtores pesquisados, o que é uma parcela significativa dos produtores, que não sabem se continuam produzindo leite, dada as incertezas estruturais que a atividade vem apresentando, além dos baixos preços pagos aos produtores.

5.3. Caracterização das unidades produtoras de leite

A totalidade dos produtores de leite nos quais foram aplicados questionários são constituídos de pequenos e médios proprietários, pois possuem propriedades nas quais as maiores não ultrapassam 200 ha.

Verifica-se na Figura 12, que a grande maioria dos produtores de leite possuem pequenas propriedades, dado que 89,59% dos produtores estão estabelecidos em propriedades de até 100 ha, enquanto que apenas os restantes 10,5% possuem propriedades entre 100 e 200 ha.

Verifica-se na Figura 12, que o estrato de estabelecimentos de 20 a 50 ha é o predominante dentre os produtores de leite da região, seguido dos estratos de 10 a 20 ha e de 50 a 100 ha. Os estabelecimentos com menos de 50 hectares perfazem 73,7% do total dos entrevistados.

Figura 12 - Estratos de área apresentada entre os produtores de leite

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

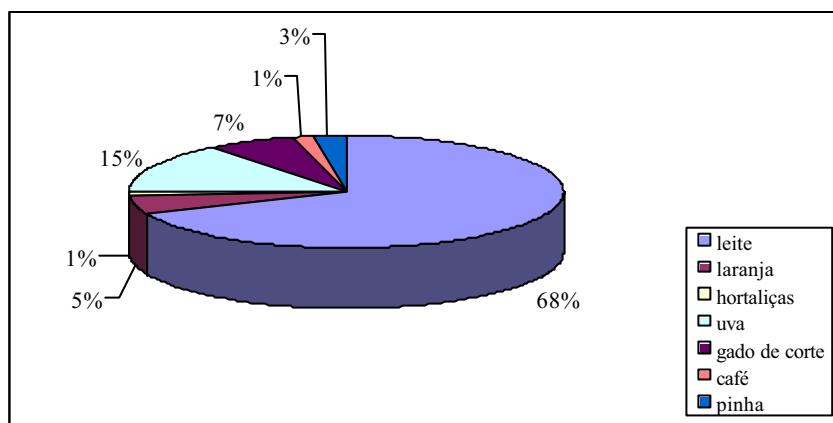
O predomínio de propriedades, com dimensões reduzidas na produção de leite, vem corroborar o fato de que a pecuária leiteira, ao contrário da pecuária extensiva de corte, é apropriada aos pequenos proprietários rurais. No entanto, não se pode cair no equívoco de considerar automaticamente pequenos proprietários rurais em pequenos produtores. Algumas atividades agrícolas, como a fruticultura e mesmo a pecuária leiteira (desde que praticada de modo intensivo e acordo com manejos adequados), oferecem elevado volume de produção em reduzidas áreas.

Cabe destacar, que além da pecuária leiteira, os produtores pesquisados também se dedicam a outras atividades agrícolas, como a produção de uva, de laranja, de gado de corte, de pinha, de café e de hortaliças. Na Figura 13, é possível verificar que 38,0% das unidades de produção, apesar de se dedicarem à pecuária leiteira, têm como atividade principal outro produto.

Dentre os produtos que se destacam como principais nas unidades produtivas, cabe citar os já mencionados: uva (14,50%), gado de corte (6,60%), laranja (5,30%), pinha (2,60%), hortaliças e café perfazendo cada uma das atividades 1,30% das unidades.

Observa-se, portanto, que os proprietários rurais têm desenvolvido a fruticultura juntamente com a pecuária leiteira. A fruticultura, de acordo com Locatelli (2000), é cultivada por oferecer um alto valor comercial aos proprietários rurais da região. Enquanto que a pecuária leiteira oferece uma liquidez mensal, o que a torna bastante relevante para a reprodução social dos pequenos proprietários rurais. Esta liquidez mensal possibilita ao proprietário rural saldar suas despesas mensais, como energia elétrica e despesas ligadas à reprodução social da família, como vestuário, alimentação, transporte, lazer e outros.

Alguns fatores de ordem técnica têm permitido a produção simultânea de leite e uva pelos produtores. Mesmo as propriedades possuindo dimensões reduzidas, a viticultura (principal atividade desenvolvida na região ocupa áreas bastante reduzidas e que pode oferecer alto valor de produção, o que possibilita o restante da unidade produtiva ser ocupado por pastagens. A pecuária leiteira, ao contrário da viticultura, não demanda grande quantidade de mão-de-obra, sendo requerida mão-de-obra principalmente de manhã para a ordenha.

Figura 13 – Atividade principal das unidades produtoras de leite

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro César Clemente.

A produção de leite junto com outras culturas agrícolas tem sido bastante conveniente aos proprietários rurais da Região, já que assim eles conseguem se proteger dos riscos que a atividade oferece. No entanto, tem sido um obstáculo à especialização destes na pecuária leiteira, tornando-os vulneráveis frente às novas exigências para o setor, aumentando as dificuldades deles permanecerem produzindo leite.

Levando-se em conta o fato de que na Região de Jales, 38,0% dos produtores de leite pesquisados não tem o leite como atividade principal e se dedicam à produção de outras atividades, enquanto que 68,0% têm no leite a atividade principal. Essa situação denota a vulnerabilidade dos produtores de leite da Região frente aos novos requisitos pra atividade, como a especialização. Diante desse quadro, tornam-se necessárias algumas medidas por parte do poder público, de modo a reverter o quadro de “desestruturação” da cadeia produtiva do leite na Região de Jales, dando especial atenção aos produtores de leite, como financiamento subsidiado para que ele possa ter

condições de adquirir os equipamentos (ordenhadeira mecânica e tanque de resfriamento) e atender as novas exigências.

5.4. Caracterização da pecuária bovina na Região de Jales

Com base em dados de fonte secundária e de fonte primária foi realizada uma análise e caracterização da pecuária leiteira desenvolvida na Região, atentando para o grau tecnológico empregado na atividade, as mudanças na organização das unidades produtivas de leite em função dos desdobramentos do processo de reestruturação das empresas de lácteos, bem como as perspectivas, estratégias e condições sociais dos produtores para continuarem produzindo leite e garantindo sua reprodução social.

Conforme já foi demonstrado anteriormente, mesmo as áreas de pastagens ocupando 74,25%⁶¹ da área total dos estabelecimentos para o ano de 1996, cabe ressaltar, mais uma vez, que a pecuária bovina não se constitui na principal atividade agropecuária da região. Observando a Tabela 02, que traz dados coletados na *Pesquisa Pecuária Municipal*⁶² para o ano de 2002, o rebanho bovino da região apresentou 436.957 cabeças. Para o ano de 1996, o rebanho bovino era constituído de 397.804 cabeças⁶³, distribuídas em uma área de pastagens de 257.896 ha. Portanto, de acordo com dados do Censo Agropecuário de 1995/96, o índice de lotação das

⁶¹ Censo Agropecuário da FIBGE de 1995/96.

⁶² FIBGE (www.sidra.ibge.gov.br)

⁶³ Apesar de termos os dados referentes ao efetivo bovino para o ano de 2002, vale ressaltar que a *Pesquisa Pecuária Municipal*, não apresenta a área total de pastagens, impossibilitando dessa maneira uma análise mais recente do índice de lotação da pecuária bovina.

pastagens na Microrregião de Jales era de 1,54 cab/ha⁶⁴, o que revela o baixo índice de lotação das pastagens, denotando a sua baixa produtividade, em decorrência da falta de especialização produtiva do rebanho bovino e de uma pecuária praticada em moldes extensivos.

Tabela 02 - Efetivo bovino da MRG de Jales – SP (1980 – 2002)

Anos	Efetivo Bovino Nº de Cabeças	Cabeças/hectare	Efetivo bovino reg. Jales/Est. SP
1980	375.259	1,5	3,21%
1985	361.266	1,6	2,95%
1990	358.641	*	2,92%
1996	397.804	1,5	3,23%
2002	436.957	*	3,19%

Fonte: FIBGE - Censos Agropecuários de 1980, 1985 e 1995/96;
Pesquisa Pecuária Municipal de 1990 e 2002

* dado não disponível

O rebanho bovino da Microrregião de Jales caracteriza-se pela não especialização produtiva, sendo que grande parte dele se caracteriza por ter como finalidade a produção de leite e carne, estando vinculada esta falta de especialização às estratégias de proteção dos produtores de leite frente aos riscos apresentados pela pecuária leiteira no Brasil. Esta característica é um dos fatores que explica a baixa produtividade apresentada pelo rebanho.

Cabe ressaltar ainda, que a pecuária bovina da Região, em termos de manejo e produtividade, não difere muito da pecuária praticada no Estado de São Paulo. Pois mesmo ocorrendo algumas melhorias técnicas no manejo, como a

⁶⁴ Vale lembrar que o índice de lotação apresentado pela pecuária bovina na região de Jales é muito próximo ao apresentado pela pecuária bovina do Estado de São Paulo, que é de 1,35 cabeças por hectare.

substituição das pastagens naturais pelas pastagens plantadas e a utilização de alguns defensivos e medicamentos animais, ainda continua apresentando baixa produtividade de maneira geral.

Verifica-se que 55,5% do total de cabeças do rebanho regional é constituído de bovinos que têm como finalidade a produção de carne e leite, ou seja, é o rebanho misto. Enquanto que os animais destinados à produção de carne perfazem 34,40%, e os animais especializados na produção de leite, apenas 10,06% do total de cabeças do rebanho regional, de acordo com dados da Secretaria de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo. – Projeto LUPA. Isto leva conseqüentemente a inferir que o rebanho bovino regional apresenta baixa especialização produtiva.

Conforme apontado anteriormente, a baixa especialização produtiva do rebanho bovino regional está intimamente vinculada às incertezas que a produção de leite engendra no Brasil. A origem desta estratégia remonta ao longo período de tabelamento imposto pelo Estado, que desestimulou o estabelecimento de uma produção de leite profissionalizada e fez com que o produtor se protegesse das oscilações do mercado, refugiando-se na produção de leite e carne simultaneamente.

A pecuária bovina registrou um leve crescimento na região, pois de 1985 a 1996 ocorreu uma ampliação de 12,81% da área ocupada pelas pastagens, enquanto que o efetivo do rebanho aumentou 10,11% no mesmo período⁶⁵. Estes dados vêm demonstrar que o aumento da produção da pecuária bovina regional tem ocorrido sem incorporar ganhos de produtividade. O crescimento vem se dando, portanto, baseado

⁶⁵ Situando a pecuária leiteira no contexto estadual, o rebanho bovino desta que em 1985 representava 2,95% do rebanho estadual, em 1996 passou a representar 3,23%.

sobretudo na expansão das áreas ocupadas por pastagens e no aumento do efetivo bovino.

No período de 1980 a 2002, o efetivo bovino na Região apresentou crescimento de 16,44%. Cabe salientar que a decadência da cafeicultura e a emergência da viticultura (cultura intensiva e que ocupa reduzidas áreas) fizeram com que as pastagens ocupassem áreas anteriormente ocupadas pelo café.

5.4.1. Reorganização da pecuária bovina leiteira a partir dos anos 1990 na Região de Jales

Neste tópico será realizada uma análise dos dados referentes à pecuária bovina leiteira da região. Serão destacados os índices de produtividade e as formas de manejo, bem como a funcionalidade da pecuária na unidade produtora de leite e as mudanças, que vêm sendo operadas no setor primário do leite, advindas da reestruturação industrial, que vêm implicando em mudanças logística-tecnológicas e sócio-econômicas.

Após a desregulamentação do mercado e a abertura comercial externa, desencadeou-se, por um lado, um intenso processo de seleção e especialização na pecuária leiteira. Os instrumentos utilizados para isso vão desde pagamentos diferenciados por volume de produção, por qualidade da matéria-prima e por a regularidade na entrega. O uso destes instrumentos por parte da indústria de laticínios tem forçado a melhoria dos níveis técnicos de produção e também da qualidade do produto. No entanto, a implementação destas medidas tem marginalizado um significativo número de produtores da atividade, que não conseguem se adequar às novas exigências (JANK; GALAN, 1998).

A exigência da coleta do leite a granel tem sido um poderoso instrumento de seleção de produtores, e vem contribuindo para a intensificação deste processo de concentração, especialização e marginalização⁶⁶ dos produtores de leite. A granelização tem sido adotada especialmente pelas grandes empresas de laticínios, como a Nestlé e a Parmalat, o que tem contribuído fortemente para a diminuição do número de fornecedores a estas empresas, conforme se verifica pela Tabela 03.

Tabela 03 – Maiores empresas de laticínios no Brasil

Class (1)	Empresas/Marcas	Recepção Anual de leite (2) (mil litros)		Número de produtores (3)		Produção média diária – (litros/dia/produtor)	
		2000	2002 (4)	2000	2002	2000	2002
1	Nestlé	1.393.000	1.489.029	14.142	7.192	270	567
2	Parmalat	919.483	947.832	15.550	12.605	162	206
3	Itambé	773.000	732.000	8.400	6.010	252	334
4	Elege	760.239	711.335	32.188	28.665	65	68
5	CCL	512.687	307.766	8.925	4.512	157	187
6	Danone	130.210	272.236	1.420	2.470	251	302
7	Sudcoop	181.670	230.952	4.625	6.993	108	90
8	Centroleite	174.902	213.503	4.205	4.905	114	119
9	Embaré	123.471	192.378	2.863	2.884	118	183
10	Lat. Morrinhos	146.200	188.241	7.292	4.990	55	103
11	Leite Nilza	141.449	182.568	2.615	3.031	148	165
12	Batávia	272.775	165.276	7.505	6.529	100	69
13	Líder Alimentos	206.568	163.766	8.795	2.807	64	160
14	Grupo Vigor	229.629	154.158	3.693	1.525	170	277
15	Ilpisa	121.455	117.637	858	729	388	442
TOTAL		6.086.738	6.014.227	123.076	95.847	135	172

(1) classificação com base no ano de 2002.

(2) não inclui compra de terceiros.

(3) posição em 31 de dezembro.

(4) O total não inclui leite recebido pela DANONE da CCL devido a duplicidade.

Fonte: LEITE BRASIL, CNA/Decon, CBL e Embrapa/Gado de leite.

⁶⁶ Marginalização entendida como a saída do produtor de leite do mercado formal para o mercado informal, já que a exclusão total dele é descartada em razão das lacunas existentes na fiscalização sanitária brasileira.

Em face disso, o governo FHC (Fernando Henrique Cardoso) através do Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite (PNMQL), direcionou todas as linhas de financiamento e investimentos destinados à produção leiteira somente para a compra de tanques de expansão para o resfriamento da produção de leite, de modo a estimular a granelização total da produção e extinguir a utilização dos tambores de leite. Esta medida vem contribuindo para que muitos produtores de leite, especialmente os pequenos, tenham dificuldades cada vez maiores em permanecerem no setor, pois os financiamentos sem a adoção de medidas por parte do poder público, não conseguem viabilizar a utilização do tanque de expansão individual para um produtor que produz apenas 50 litros/dia. Ou seja, o produtor não tem escala de produção mínima que justifique esta demanda tecnológica.

De um modo geral, grande parte da pecuária leiteira paulista vem sendo marginalizada. Por ser uma área tradicional de produção de leite, as novas formas de produção encontram algumas resistências, “rugosidades”, que não são encontradas em outras áreas. A concorrência com áreas onde o custo de produção de leite é menor, como Goiás, tem colocado em dificuldades os sistemas produtivos tradicionais do Estado de São Paulo.

Tendo como base a captação de leite das maiores empresas de laticínios do Brasil, o número de fornecedores e a quantidade média fornecida, percebe-se claramente os efeitos do processo de granelização levado a cabo, sobretudo pelas multinacionais do setor. Tomando como exemplo a maior empresa do setor de laticínios no Brasil, a Nestlé, conforme se verifica pela Tabela 03, esta apresentou um aumento da sua captação de leite em quase 7,0% no período de 2000 a 2002, enquanto que simultaneamente, houve uma diminuição do número de seus fornecedores da ordem de

49,0%. O aumento do uso de tecnologias no manejo do rebanho (tanque de expansão, ordenhadeira mecânica, inseminação artificial, silagem, ração, etc...) e a introdução do pagamento por qualidade e quantidade, elevaram a produção e também a produtividade daqueles produtores que permaneceram fornecendo leite para a Nestlé. É, portanto, graças à elevação da produtividade daqueles que permanecem na atividade que a captação das empresas aumentou e o custo com fretes e toda a logística de captação do leite diminuiu, sendo bastante interessante para a empresa, que diminuiu custos e obteve uma matéria-prima de melhor qualidade.

No caso da Nestlé, a maior empresa de laticínios que atua no Brasil, verificou-se que houve a marginalização de 49,0% dos seus fornecedores neste período de reorganização do setor. Para estes produtores que foram marginalizados da atividade, restaram-lhes poucas alternativas. Uma alternativa bastante comum tem sido a inserção no mercado informal. Uma outra tem sido a organização coletiva dos produtores de leite, de modo que eles passam a ter acesso ao tanque de expansão de forma coletiva, atendendo, portanto as novas exigências sanitárias impostas pelo Estado e o capital industrial. Além disso, as associações de produtores elevaram o poder de barganha destes frente à indústria. Em face do adiamento da legislação sanitária que prevê a granelização da coleta, muitos produtores passaram a fornecer leite para laticínios que ainda coletam leite de modo tradicional.

Cabe lembrar, que como apresenta a Tabela 03, não apenas a Nestlé vem adotando a granelização e outros procedimentos de seleção de produtores, mas os demais grandes laticínios do país também vêm adotando estratégias semelhantes de seleção de fornecedores, de modo a manterem sua competitividade. Neste sentido, a concentração de capitais, que o setor industrial vem apresentando, também vem

sendo observada no âmbito da produção primária por conta da implementação da “racionalização” das linhas de coleta (JANK; GALAN, 1998).

...a racionalização das linhas de coleta, a busca da qualidade da matéria-prima, a redução dos custos de transação, a granelização e o frio, as economias de escala e a regularidade de oferta são itens que ganham importância no SAG do leite e que fatalmente atuarão no sentido da redução do número de produtores não-especializados (JANK; GALAN, p.236, 1998).

Assim, a sobrevivência do produtor não-especializado, que produzia carne e leite até a década de 1980, conforme as oscilações do mercado, tende a enfrentar sérias dificuldades para continuar produzindo leite dentro das normas exigidas atualmente.

As novas estratégias, implementadas pelas empresas de laticínios a partir da década de 1990, têm levado a um inevitável processo de seleção dos produtores. Os mais especializados têm despertado o interesse dos grandes laticínios. Por outro lado, a granelização tem sido vantajosa para a indústria, de modo que esta vem conseguindo obter preços baixos das matérias-primas, eficiência e redução de custos no processo de coleta. Neste sentido Galan; Jank (1998) apontam:

Na busca de maior lucro econômico, o interesse da indústria centra-se em compor um *mix* de preços mais baixos de matéria-prima, obtendo, assim, margens mais altas. Na busca de eficiência, o interesse é menos voltado para preços e mais voltado para a racionalização do processo (por exemplo, através da redução dos custos de frete, mesmo que a matéria-prima torne-se mais cara, com a refrigeração), a partir do desenvolvimento de novas formas contratuais que valorizem a fidelidade produtor-indústria, aspectos de qualidade e a especialização e profissionalização do pecuarista (GALAN; JANK, p.237, 1998).

Diante do processo de seleção dos produtores levado a cabo pelos grandes laticínios, os pequenos produtores e os não-especializados têm migrado para as cooperativas e laticínios de menor porte, que ainda coletam leite de forma

tradicional. Na Tabela 03, observa-se que a cooperativa Sudcoop elevou o número de fornecedores, ao mesmo tempo que diminuiu a produção litros/dia/produtor.

As grandes empresas têm atuado no sentido de descartar o produtor não especializado e de melhorar a produtividade e a qualidade da matéria-prima dos produtores especializados que permanecem, através do estreitamento de vínculos com o produtor, via financiamento de tanques de expansão, ordenhadeira mecânica, botijão de sêmen, etc.. Desta forma, tem ocorrido uma aproximação maior dos laticínios com os produtores especializados, de modo a garantir o fornecimento regular e de qualidade da matéria-prima.

A coleta a granel, além de inicialmente ser uma exigência dos grandes laticínios, ela também vem sendo normatizada e exigida gradativamente pelo Programa Nacional de Melhoria da Qualidade do Leite Brasileiro (PNQL), através da Portaria 51 que estabelecia para julho de 2005 a obrigatoriedade de todo o leite ser coletado a granel. Apesar de ter entrado em vigor a Normativa 51 recentemente no mês de julho de 2005, o DIPOA (Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Animal do Ministério da Agricultura) concedeu um prazo de mais 6 meses para a adequação dos produtores e das empresas aos novos parâmetros de qualidade do leite.

De acordo com o que se pode observar na Tabela 04, a pecuária leiteira regional apresenta produtividade bastante baixa. Além do caráter misto do rebanho regional (ver Figura 14), a falta de capitais para a inversão em tecnologias de manejo adequado para o gado leiteiro tem sido os fatores responsáveis pela baixa produtividade da pecuária leiteira.

A produção de leite da Região de Jales pode ser considerada inexpressiva, quando situada no contexto da produção de leite do Estado, visto que

representa apenas 3,3% de toda a produção de leite do Estado de São Paulo, apesar de ter 4,18% das vacas ordenhadas da unidade da federação. Este quadro faz com que a produtividade da região fique em 2,21 leite/vaca/dia, sendo, portanto, inferior à média estadual que é de 2,83 leite/vaca/dia.



Figura 14 – Foto com aspecto do rebanho regional, no qual pode-se observar que não predomina o rebanho “branco”, ou seja, o gado nelore que tem como finalidade o corte. Fonte: Trabalho de Campo, 2004. Autor: Evandro César Clemente.

Conforme se pode observar nos dados secundários obtidos junto a FIBGE, a reestruturação produtiva do setor, a partir dos anos 1990, que culminou com a busca de produtividade e competitividade, de modo geral, ainda não foi capaz de alavancar significativos ganhos de produtividade na pecuária leiteira da região, visto que no período de 1980 a 2002, a produtividade regional caiu 0,64 pontos percentuais, de acordo com dados apresentados na Tabela 04.

A falta de capital e de escala mínima na produção do leite têm sido os principais fatores que dificultam os produtores de leite da região a acompanharem as mudanças processadas no setor, que agora se apresenta bastante competitivo e cada vez mais requer ganhos de produtividade, escala de produção e mais qualidade da matéria-prima. Some-se ainda a falta de escolaridade dos produtores.

Ao mesmo tempo em que o setor lácteo requer especialização, aumento de produtividade, investimento em tecnologias para auferir melhor qualidade da matéria-prima, a pecuária leiteira ainda permanece apresentando riscos e sendo vista, portanto, com desconfiança por parte dos produtores, que hesitam em realizar grandes inversões de capital na atividade. O longo período de tabelamento terminou, mas, no entanto, a atividade agora tem sido regulada pelas leis de mercado, oferta e procura, o que ainda não foi incapaz de solapar as incertezas. Pois, as estratégias das empresas que atuam no setor têm sido de impor preços cada vez mais baixos aos produtores, utilizando-se da importação de leite, que entram no país com preços mais competitivos que os dos produtores nacionais, devido aos subsídios na origem e também à melhor eficiência dos sistemas produtivos.

A baixa produtividade da pecuária leiteira regional expressa esse anacronismo frente às mudanças que vêm ocorrendo no setor e a incapacidade dos produtores de leite da Região de Jales, em atender as novas exigências requeridas neste quadro de transformações do setor, salvo um número reduzido deles que se especializaram e vem obtendo ganhos de escala e produtividade, conforme se pôde constatar no trabalho de campo.

Comparando o número de vacas ordenhadas e a produção de leite no período de 1992 a 2002, verifica-se na Tabela 04, que houve diminuição do número de

vacas ordenhadas na região de 6,92%, ao passo que a produção de leite também decresceu 10,33% no mesmo período. Como consequência, a produtividade da pecuária leiteira regional manteve -se estável no período.

Alguns melhoramentos foram incorporados, como a substituição das pastagens naturais pelas plantadas, como também a utilização de defensivos e medicamentos animais. Contudo, conforme apontam os dados analisados anteriormente, o índice de lotação ainda continua baixo, sendo 1,54 cabeça/hectare, bem como a pecuária leiteira também apresenta uma produtividade ínfima, de 2,21 litros/leite/dia.

Tabela 04 - Número de vacas ordenhadas e produção de leite na Microrregião Geográfica de Jales-SP (1980 – 2002)

<u>Ano</u>	Nº de vacas ordenhadas (cabeças)	Produção de leite (mil litros)	Produtividade leite/vaca/dia
1980	53.882	56.090	2,85
1985	55.535	53.534	2,64
1990	70.544	57.975	2,28
1992	77.151	63.809	2,23
1993	81.457	67.472	2,30
1994	80.735	56.421	1,94
1995	72.160	55.115	2,12
1996	71.650	44.445	1,72
1997	71.291	55.050	2,14
1998	70.342	54.577	2,15
1999	70.640	55.238	2,17
2000	68.679	53.679	2,17
2001	67.618	52.998	2,18
2002	71.814	57.214	2,21

Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal – SIDRA –IBGE.

5.4.2. A produção regional de leite e a heterogeneidade dos sistemas produtivos

Conforme demonstram Ferreira et. all (1999), o Estado de São Paulo, assim como o Brasil, apresenta uma grande heterogeneidade de sistemas de produção adotados pelos produtores de leite.

Tanto entre os criadores de gado de corte como entre os produtores de leite, os sistemas produtivos são bastante díspares convivendo a mais moderna tecnologia de confinamento com outras propriedades pecuárias sumamente atrasadas, em que a produção assemelha-se mais ao extrativismo. (FERREIRA et.all, p. 24, 1999).

A heterogeneidade dos sistemas produtivos é mais visível na estrutura organizacional e tecnológica da pecuária leiteira. O Estado de São Paulo, por exemplo, apresenta sistemas produtivos bastante distintos em termos tecnológico-produtivos, pois existem desde os produtores especializados – que utilizam elevada tecnologia – a produtores clandestinos com sistemas produtivos rudimentares.

Esta situação de intensa heterogeneidade estrutural e tecnológica no setor se acentuou nos anos 1960, momento em que grande parte dos produtores de carne entraram na produção de leite, para se protegerem das oscilações dos preços da carne. Dentro disso, houve o advento no setor de produtores com gado sem especialização, baixa qualidade e sazonalidade na produção (PAULILLO; HERREIRA; COSTA, 2002).

No que se refere ao nível tecnológico apresentado por cada bacia leiteira, e entre os produtores de uma mesma bacia leiteira, ocorrem diferenças básicas de: caracterização dos rebanhos, ritmo de incorporação tecnológica da propriedade, tipo e manejo do rebanho e nas formas de gerenciamento das unidades de produção agropecuária (PAULILLO; HERREIRA; COSTA, 2002).

Na Região de Jales também é possível observar esta heterogeneidade de sistemas de produção. A reestruturação pela qual vem passando o setor tem reforçado a heterogeneidade dos sistemas de produção, pois os produtores que têm conseguido permanecer, passaram a produzir operando com melhores índices de produtividade e qualidade, enquanto que os “marginalizados” continuam no mercado informal operando com baixa incorporação de tecnologias e baixa qualidade da matéria-prima.

A proposta inicial do presente trabalho era de trabalhar com pequenos produtores de leite (até 100 l/dia), produtores médios (de 100 a 300 l/dia) e grandes produtores (mais de 300 l/dia), de acordo com a metodologia dos estudiosos Fellet; Galan (2001). No entanto, tendo em vista o processo de reestruturação da atividade e o aprofundamento das diferenças entre os produtores de leite especializados e os chamados “marginalistas”⁶⁷, que tendem a serem marginalizados da atividade por não conseguirem responder às novas exigências, será mantida a classificação em pequeno, médio e grande produtor, mas a análise estará mais centrada na “divisão” dos produtores entre os especializados e os não-especializados, de modo a mensurar as condições e a situação dos produtores frente ao processo de reorganização produtiva do setor, em especial dos produtores não-especializados, para os quais as perspectivas não são muito animadoras e as dificuldades têm sido crescentes.

É considerado como produtor especializado aquele que, mesmo não se dedicando exclusivamente à pecuária leiteira, possui um rebanho bovino especializado

⁶⁷ WILKINSON, John. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, MCT-FINEP-PADCT, 1993.

e vem investindo em melhorias para melhorar a sua produtividade e a qualidade da sua matéria-prima. Desta forma, o produtor especializado conta com ordenhadeira mecânica, tanque resfriador, fornece alimentação adequada ao rebanho como: pastagens, silagem, sais minerais, concentrados, etc... Geralmente, os produtores especializados são os de médio e grande porte. Contudo, muitos produtores de médio porte se enquadram na categoria de não-especializados.

Por outro lado, numa situação mais delicada no atual momento, encontram-se os produtores não especializados ou “marginalistas”. Este grupo de produtores é a grande maioria dos pesquisados na região, por isso, a grande preocupação com a inserção destes produtores na atividade diante das novas exigências. O grande número de produtores não-especializados na pecuária leiteira na região tende a fazer com que o impacto sócio-econômico resultante da reestruturação do setor adquira grande magnitude naquele espaço. No geral, os produtores não especializados são os de pequeno porte, que apresentam significativa presença na área em estudo, conforme se observa pela Tabela 05.

Tabela 05 – Classificação dos produtores entrevistados de acordo com a quantidade de litros/dia produzidos

Total litros/dia	Nº de produtores	Total	Classificação	%
até 50	38	56	Pequeno produtor	70,0
51 a 100	18			
101 a 150	6	18	Médio produtor	22,5
151 a 200	6			
201 a 250	3			
251 a 300	3			
301 a 350	2	6	Grande Produtor	7,5
351 a 400	2			
acima de 401	2			
Total	80	80	80	100,0

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Este grupo de produtores trabalha com equipamentos rudimentares, gado com baixa especialização produtiva (em geral rebanho misto), e, além disso, conseguem proporcionar ao rebanho uma alimentação adequada para uma boa produção de leite apenas no período da safra, pois a produção na entressafra tende a cair muito.

Dentro deste grupo de produtores ocorre ainda uma subdivisão, já que há aqueles produtores que dependem exclusivamente do leite para a sua reprodução, praticam a pecuária leiteira de forma bastante rudimentar beirando o extrativismo e dependem da renda obtida com a atividade. Também há os produtores que tem no leite uma fonte adicional de renda, sendo que a principal fonte de renda destes produtores encontra-se noutra atividade.

Dentre os produtores pesquisados na Região de Jales, a quantidade de produtores não especializados é bastante significativa, elevando os riscos sócio-econômicos deste processo de reorganização do setor, já que eles tendem a enfrentar dificuldades crescentes na atividade e muitos migrarem para o mercado informal de leite.

A grande presença dos produtores não-especializados também é um fator que explica os baixos índices de produtividade da pecuária leiteira regional.

Em um trabalho publicado pela EMBRAPA no ano de 1999, os pesquisadores VILELLA; BRESSAN; CUNHA (1999) argumentam que o grande número de pequenos produtores do leite no Brasil é um problema para a especialização dos produtores. Eles ainda acreditam que a reestruturação produtiva que vem ocorrendo no setor, acarretará inevitavelmente em torno de um terço dos produtores do país. Para eles:

O grande número de produtores muito pequenos, além de tornar a especialização praticamente impossível, dificulta a disseminação de informações e encarece a coleta e o controle de qualidade do leite por parte da indústria e a fiscalização pelo governo. (VILELLA;BRESSAN;CUNHA, 1999, p. 10).

A posição assumida neste trabalho é oposta a defendida pelos pesquisadores supra-citados. É necessário criar condições para a manutenção destes pequenos produtores e/ou não-especializados, e a partir disso, possibilitar a eles melhorias na sua produtividade, de modo a aumentar a oferta de leite nos mercados urbanos do país, já que o consumo médio de lácteos pela população brasileira é bastante baixo, aquém dos níveis recomendados pela FAO. Esta organização internacional recomenda um consumo médio de 400 ml/dia/per capita. Contudo, devido à forte concentração de renda no país, que faz com que as camadas mais baixas tenham uma renda insatisfatória, o consumo médio de lácteos no país é de aproximadamente 246 ml/dia/per capita, muito aquém, portanto, dos níveis recomendados (DE NEGRI, 1998).

Diferentemente do que argumentam os autores anteriormente citados, a viabilização dos produtores não-especializados é fundamental para garantir renda a estes, como exemplo, a situação apresentada pela Região de Jales, bem como de aumentar a oferta de produtos lácteos num mercado interno que é sub-abastecido e que apresenta uma população com um consumo abaixo do recomendado.

Um fato curioso é que os mesmo autores admitem que no Brasil, existe uma demanda por lácteos reprimida em função da má distribuição de renda, mas defendem a idéia, conforme citado anteriormente, de que o grande número de produtores é um empecilho à especialização produtiva do setor. Para Vilella; Bressan; Cunha (1999),

A elasticidade-renda da demanda de lácteos é próxima da unidade, ou mesmo superior a ela, e há uma grande procura reprimida. Se a renda *per capita* crescer e for um pouco menos mal distribuída, o *déficit* entre produção e consumo se ampliará, para gáudio de nossos fornecedores estrangeiros. (VILELLA; BRESSAN; CUNHA, 1999).

Diante de todas estas mudanças, os estudiosos da questão apontam a especialização do produtor como a panacéia para todos os problemas dos produtores de leite. Na verdade, os pequenos produtores de leite precisam ser amparados por um conjunto de medidas e um adequado programa de políticas públicas. Pedroso (2001) analisando a situação da pecuária leiteira no Estado do Rio Grande do Sul, adverte que nem sempre a especialização será capaz de resolver todos os problemas dos produtores. Para Pedroso:

A maior especialização não representa garantia de maior produtividade ou maior renda. Portanto, a não especialização da atividade leiteira não implica a exclusão dos produtores. Um sistema que produza em menor escala de produção, com poucos investimentos, sejam eles em tecnologia, instalações, genética de matrizes, rações..., poderá oferecer um patamar de renda satisfatório para a família rural. Produções com menor incorporação de tecnologia podem ser mais produtivas e terem resultados mais favoráveis em comparação à produção mais tecnificada. Tal situação ocorre quando, ao analisar a produtividade obtida com a tecnologia mais avançada, percebe-se que não houve uma resposta de aumento capaz de compensar os custos mais elevados das práticas novas adotadas (PEDROSO, p.82, 2001).

A Tabela 06 vem corroborar os baixos índices de produtividade da pecuária leiteira na Região de Jales, seguindo o padrão geral observado no país. A maior parte dos produtores, ou seja, 63,7% deles apresentam uma produtividade que não ultrapassa 5 litros/vaca/dia, enquanto que 25,0% têm sua produção situada entre 6 a 10 litros/vaca/dia, e apenas 11,3% dos produtores pesquisados apresentam uma produtividade superior a 11 litros/vaca/dia. Estes produtores são aqueles ainda que

permaneceram fornecendo matéria-prima à Nestlé após a granelização total da coleta dos fornecedores desta empresa.

Tabela 06 – Produtividade dos produtores entrevistados da Região de Jales-SP

Produção vaca/litros/dia	Número de produtores	%
Até 5 litros	51	63,7
6 a 10 litros	20	25,0
Acima de 11 litros	9	11,3
Total	80	100,0

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

A produtividade apresentada pelos produtores da Região, portanto, está muito longe do ideal requerido para a permanência na atividade, visto que a produtividade tem sido um fator bastante relevante para o produtor ter competitividade frente a este novo cenário, que se apresenta para o setor. Apenas os produtores que se especializaram aumentaram a sua produtividade, sendo a minoria deles na Região de Jales.

Sobre a necessidade de alcançar maiores índices de produtividade, Bressan ressalta que:

...mantido o ritmo de mudanças que têm ocorrido, especialmente nos componentes indústria e consumo da cadeia agroalimentar do leite, o destino da produção familiar com volume reduzido é desaparecer, porque terá poucas condições de competir no mercado. A renda que esses produtores obtiverem de seus negócios com o leite será cada vez menor, o que os forçará a fazer opções por outras atividades econômicas, no campo ou na cidade. Segundo essas estimativas, prevalecerão no setor leiteiro as unidades produtivas que, dentre outras coisas, adotarem modernas tecnologias, obtiverem economias de

escala e venderem a melhores preços porque produzem maior volume de leite. (BRESSAN, p. 1, sdp).

Além da produtividade, será necessário buscar obter economias de escala⁶⁸ no processo produtivo. Há que se ressaltar que este conceito comumente é confundido com volume de produção. Quando ocorre o aumento dos fatores de produção (trabalho, capital, etc..) numa dada atividade existem ganhos de eficácia de modo, que a quantidade de bens produzidos cresce proporcionalmente mais depressa que a quantidade de fatores. Sob tais condições, os custos de produção de cada bem diminuem, emergindo as economias de escala (BENKO, 1996).

Bressan lembra que, para a obtenção de economias de escala na pecuária leiteira, será necessário estar atentos para utilizarem tecnologias adequadas de alimentação e manejo do rebanho, de gado de genética mais apurada para a produção de leite, de gerência profissional das atividades da fazenda e outras tantas, que são geradas por centros de pesquisa, universidades e organizações industriais.

A obtenção de economias de escala, para os produtores que dispõem de pouco ou nenhum capital para inversões na produção de leite, é necessário otimizar a eficiência e a eficácia dos fatores de produção que ele dispõe, de modo a aumentar a produtividade e diminuir custos.

A reduzida escala de produção dos produtores de leite, tende a gerar custos fixos mais elevados no processo produtivo. Cabe lembrar que um pequeno produtor pode utilizar seus recursos de forma mais eficiente que um grande produtor. Em razão disso, economia de escala não deve ser confundida com volume de

⁶⁸ Desde os começos da análise econômica moderna, e sobretudo depois dos estudos de Marshal, admite-se que os preços de custo unitários devem diminuir com o tamanho das unidades, até um certo estágio – por causa da presença de economias de escala – para aumentar depois em razão da presença de deseconomias de escala. (BENKO, p. 230, 1996).

produção. O aproveitamento eficiente dos recursos pelo pequeno produtor de leite é fundamental para a continuidade desta na atividade, juntamente com apoio do poder público e também de ganhos obtidos através das organizações coletivas.

Bressan ainda ressalta que a utilização por parte de pequenos produtores de leite de tecnologias de baixo custo tende a viabilizá-la neste contexto de reestruturação agroindustrial. Para isso, além das melhorias técnicas, é necessário que os produtores se organizem em associações e cooperativas e pressionem os laticínios na obtenção de vantagens oferecidas apenas aos produtores com grande volume de produção. Neste sentido,

Agindo assim, com certeza obterão ganhos na produtividade do leite (com reflexos na quantidade produzida) e, conseqüentemente, maior rentabilidade na atividade leiteira, por causa da maior flexibilidade que têm de redução de custos (baixos custos operacionais), menores riscos e maiores opções de negócios. Afinal, no contexto atual da economia leiteira, com baixos preços pagos ao produtor, a produção familiar tem condições de sair-se até melhor que muitos empreendimentos de larga escala econômica, apoiados em sistemas caros de produção. (BRESSAN, p.4, sdp).

Torna-se bastante notório que a permanência dos pequenos produtores de leite, a partir de agora, dependerá muito da capacidade competitiva destes. Neste sentido, será necessário atender as especificações e exigências de qualidade/custo do leite, de modo a adquirirem certa flexibilidade para sobreviverem neste novo cenário.

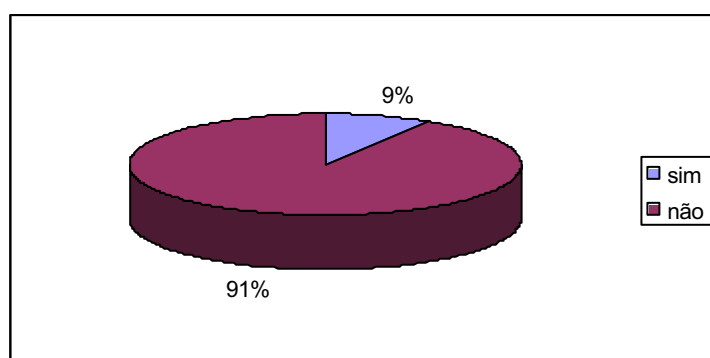
Todas estas novas exigências vêm redundando na indução dos produtores de leite utilizarem além do tanque de expansão para resfriamento, ordenhadeira mecânica, melhoramento genético, alimentação adequada, entre outros procedimentos.

É necessário ressaltar que a pequena produção familiar de leite apresenta baixos custos de produção, já que não incorporam significativas tecnologias

ao seu processo produtivo. Diante desta situação, se bem conduzida algumas ações coletivas e manejos alternativos de melhorias da produtividade, podem tornar a pequena produção familiar de leite viável neste novo cenário.

O uso da ordenhadeira mecânica pelos produtores de leite da Região de Jales é praticamente inexpressivo. Analisando os dados de fonte primária, coletados em trabalho de campo, verificou-se que apenas 9,00% dos produtores possuem ordenhadeira, enquanto que os restantes 91,00% não a possuem, como se observa pela Figura 15.

Figura 15 – Utilização de ordenhadeira mecânica pelos produtores da região de Jales-SP



Fonte: trabalho de campo, janeiro de 2004.

A ordenhadeira mecânica constitui-se num instrumento tecnológico importante para o aumento da qualidade do leite, na medida em que elimina a necessidade do contato manual com o leite, contribuindo assim para a melhoria da qualidade da matéria-prima, e desta forma, o produtor também tende a ganhar em virtude das novas estratégias adotadas pelas empresas, que passaram a remunerar o

produtor, em função da maior quantidade entregue e da melhor qualidade da matéria-prima.

Cabe ressaltar, contudo, que a reduzida utilização deste equipamento dentre os produtores da região, se deve ao fato dos produtores de leite encontrarem-se bastante descapitalizados, e também os pequenos produtores que não possuem escala de produção suficiente para realizar tal investimento. Pois o produtor que produz 50 litros/dia, não apresenta uma escala mínima de produção que justifique o investimento em ordenhadeira e tanque de expansão.



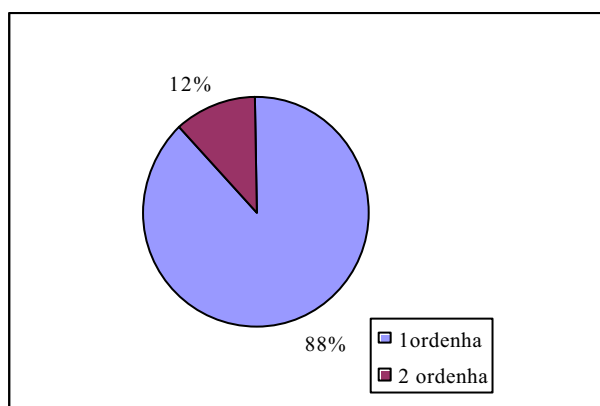
Figura 16 – Foto de ordenhadeira mecânica utilizada numa propriedade rural especializada na produção de leite, localizada no município de Urânia-SP. Fonte: Trabalho de campo, 2004. Autor: José Rubens Fernandes Júnior.

5.4.2.1. Quantidade de ordenhas diárias

Outro indicador de produtividade, escala de produção mínima e manejo adequado de modo a garantir ao leite qualidade, refere-se à quantidade de ordenhas realizadas por dia pelos produtores. De acordo com Paulillo; Herrera; Costa (2002), o número de ordenhas diárias representa a escala produtiva e o nível de tecnificação dos produtores.

Na Região de Jales, o número de ordenhas por dia está relacionado com a posse do tanque de expansão na propriedade, visto que quando isso ocorre, a coleta realizada pelo laticínio é feita a cada dois dias, tendo em vista também que o leite pode ser retirado a qualquer hora do dia que dentro do tanque ele não se deteriorará e nem perderá a sua qualidade.

A grande maioria dos produtores pesquisados, ou seja, 88,0% deles executam apenas uma ordenha diária. Isso se constitui num indicador de sua ineficiência produtiva frente às novas exigências deste novo cenário que agora se apresenta para o setor. Nos casos de produtores extremamente especializados, eles chegam a realizar 2, 3 e em alguns casos 4 ordenhas diárias.

Figura 17 – Quantidade de ordenhas/dia pelos produtores da região de Jales-SP

Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Frente aos dados coletados a campo na Região sobre a quantidade de ordenhas diárias, de acordo com a Figura 17, verifica-se que os produtores mais tecnificados, ou seja, 12,0% deles, realizam 2 ordenhas diárias. Neste sentido, observa-se que no geral, os produtores de leite da Região estão muito aquém do que é necessário para ser competitivo e sobreviver neste novo cenário que se apresenta para o setor lácteo.

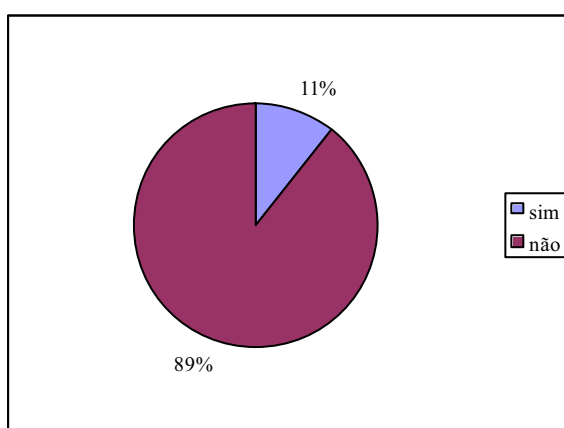
5.4.2.2. Realização de inseminação artificial

Um indicador bastante importante e relacionado à produtividade do rebanho, refere-se à prática de inseminação artificial pelos produtores. De acordo com dados coletados no trabalho de campo realizado nos meses de janeiro, fevereiro e março de 2004, apenas 11,00% dos produtores utilizam a prática da inseminação artificial, enquanto que a grande maioria, 89,00% não faz uso efetivo desta prática, conforme se observa na Figura 18.

A inseminação artificial é uma prática muito importante para pecuária leiteira, na medida em que permite o melhoramento genético do rebanho, e assim

ganhos de produtividade, além de possibilitar ao produtor, inseminar as suas matrizes, em datas que lhe permite fazer com que elas iniciem a produção em momentos em que o preço do litro de leite encontra-se em alta no mercado, que é no período da entressafra.

Figura 18 – Utilização de inseminação artificial pelos produtores da região de Jales-SP



Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

5.4.2.3. O uso do tanque de resfriamento de leite ⁶⁹

A exigência prevista primeiramente pela Portaria 56, em que previa para julho de 2002 a granelização de todo o leite e que, portanto, seria proibida a comercialização de leite *in natura* sem processos de pasteurização e/ou ultrapasteurização. Contudo, tendo em vista as dificuldades dos produtores em adquirir

⁶⁹ Os dois tipos de resfriadores específicos para a atividade leiteira são os tanques de expansão e de imersão. O tanque de imersão já se apresenta obsoleto tecnologicamente. Nele existe água no seu interior que atinge uma baixa temperatura e, ao introduzir os galões de leite no tanque após a ordenha (a aproximadamente 32 graus) o leite é resfriado aguardando o transporte.

os tanques de expansão e se adequar a este novo ambiente, a exigência do tanque foi prorrogada, através da Portaria 51, para o ano de 2005, e posteriormente para janeiro de 2006.

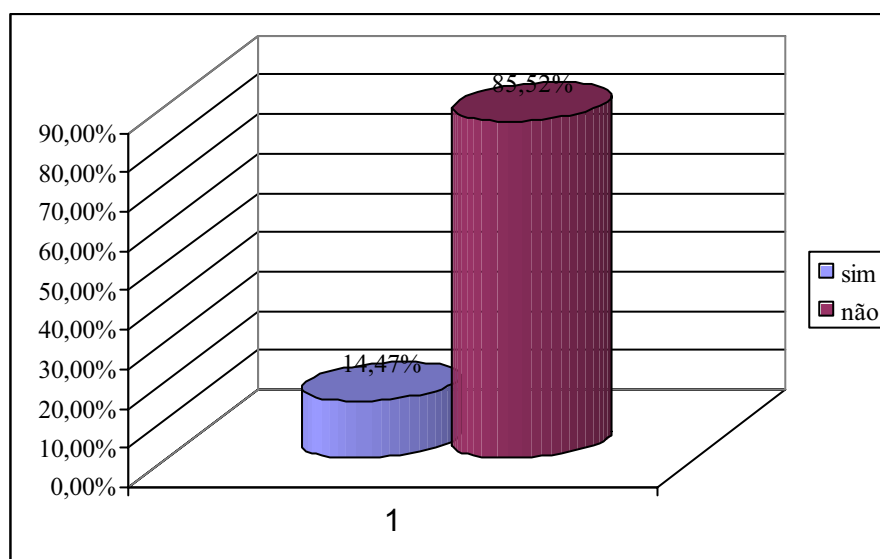


Figura 19 – Tanque de resfriamento de leite numa propriedade rural especializada na produção de leite no município de Urânia-SP. Fonte: Pesquisa de Campo, 2004. Autor: José Rubens Fernandes Júnior.

O tanque de expansão já é exigido na Região pela Nestlé e pelo Laticínio Bom Dia, sob pena dos produtores não poderem continuar sendo fornecedores destas empresas.

O tanque de expansão para resfriamento do leite, na propriedade, vem se constituindo num fator de seleção de produtores, visto que muitos produtores não possuem recursos para adquiri-lo. Isto tem selecionado os produtores, reduzindo o número de fornecedores a estas empresas, mas por outro lado tem aumentado a quantidade entregue por produtor. A racionalização da coleta, com a implantação da coleta a granel, tem sido bastante interessante para as empresas na busca de competitividade, na medida em que trabalhando com um número menor de fornecedores, e coletando o leite a cada dois dias, tem permitido significativas reduções no custo do frete e ganhos em qualidade da matéria-prima.

Figura 20 – Produtores que possuem tanque de expansão na região de Jales-SP



Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Pelos dados obtidos, de acordo com a Figura 20, verifica-se que apenas 14,47% dos produtores de leite possuem o tanque de expansão, enquanto os restantes 85,53% não possuem o tanque de expansão. Cabe ressaltar, que parte considerável dos produtores está vinculada a alguma associação da região, sendo que a coleta é

feita pela associação em tambores e depois o leite é analisado e depositado em tanques de resfriamento instalados nas sedes das próprias associações.

A exigência do tanque de expansão inviabiliza a pequena produção de leite individualmente. Pois os menores tanques disponíveis no mercado são os que tem capacidade para até 200 litros com um custo em torno de R\$ 3.000, 00, lembrando que alguns tanques com capacidade acima de 3.000 litros chegam a custar mais de R\$ 10.000,00. (STEVANATO, 2002).

5.4.3. O “atraso” técnico e logístico do produtor de leite

Conforme foi possível observar nos dados sobre a utilização de tecnologias junto ao processo produtivo de leite na Região, o produtor de leite está longe do ideal na utilização da tecnologia necessária para adquirir competitividade. O baixo índice de produtividade é reflexo disso. O baixo nível tecnológico, por sua vez, é reflexo da mentalidade do produtor de leite, que foi “moldada” também pelo cenário que se apresentou ao setor a partir do tabelamento na década de 1940, a falta de capital, além de outros fatores elencados anteriormente.

A visão de mercado e negócios, que o produtor de leite no Brasil opera ainda está muito longe de poder ser compatibilizada a uma visão empresarial, imprescindível neste novo cenário competitivo que se apresenta. O predomínio do rebanho misto, ou seja, produzindo leite e carne simultaneamente, acaba por solapar as possibilidades de especialização.

O risco e as incertezas da pecuária leiteira contribui para a manutenção dessa visão “atrasada” no produtor, já que ele muitas vezes nem sabe o preço que o laticínio lhe remunera pelo leite fornecido. Desta forma, fica difícil para o produtor no

Brasil, estabelecer metas e planejar e gerenciar a sua produção de leite. Em outros países que se destacam na produção de leite, como no Canadá, as empresas de laticínios sinalizam no começo do ano como serão os preços, se altos ou baixos, de forma que o produtor tenha condições de planejar os investimentos na sua produção e estabelecer metas produtivas. Os riscos e as incertezas que a pecuária leiteira envolve no Brasil são responsáveis pelo atraso dos sistemas produtivos e também da mentalidade do produtor.

Neste contexto, os produtores tendem a investir menos e a se dedicar a outras atividades simultaneamente ao leite para se protegerem e compensar os riscos e as incertezas. Como reflexo disso, há a manutenção de uma pecuária leiteira com níveis de produtividade muito próxima de sistemas extrativistas, com baixa qualidade da matéria-prima.

Em países de elevada produção láctea, a mentalidade do produtor está voltada para a crescente especialização e produtividade da atividade. Portanto, por diversas razões, os produtores da Região vêm-se impelidos a se dedicarem a outras atividades em virtude dos riscos econômicos que o leite envolve no Brasil.

5.4.4. Organização territorial da pecuária leiteira

Neste tópico será realizada comparação dos níveis de produtividade, leite produzido e vacas ordenhadas nos 23 municípios que fazem parte da Microrregião Geográfica de Jales-, conforme se observa pela Tabela 09.

Analisando a Tabela 08, verifica-se sem exceção, que todos os municípios que fazem parte da região de Jales apresentam produtividade bastante baixa na pecuária leiteira. Sabendo que a produtividade média regional situa-se

ligeiramente acima de 2 litros/leite/vaca/dia (2,21 litros/leite/vaca/dia), é possível fazer uma classificação agrupando os municípios que apresentam produtividade abaixo de 2 litros/leite/vaca/dia e os municípios que apresentam produtividade superior a este patamar.

Tabela 07 - Número de vacas ordenhadas e produção de leite na microrregião de Jales-SP, por município para o ano de 2002

municípios	Nº de vacas ordenhadas (cab)	% nº de vacas do total regional	Produção de leite (mil litros)	% da produção total de leite regional	Produtividade leite/vaca/dia
Aparecida d'Oeste	3.394	4,73	2.460	4,30	2,01
Aspásia	1.638	2,28	1.389	2,43	2,35
Dirce Reis	1.604	2,23	1.360	2,37	2,35
Dolcinópolis	1.892	2,63	1.604	2,80	2,35
Jales	7.033	9,79	5.964	10,42	2,35
Marinópolis	1.392	1,94	968	1,69	1,93
Mesópolis	2.514	3,50	2.132	3,72	2,35
Nova Canaã Paulista	1.948	2,71	1.315	2,30	1,87
Palmeira d'Oeste	6.993	9,74	5.930	10,36	2,35
Paranapuã	2.641	3,68	2.240	3,91	2,35
Pontalinda	4.355	6,06	3.693	6,45	2,35
Populina	3.463	4,82	2.937	5,13	2,35
Rubinéia	1.923	2,68	1.279	2,23	1,85
Santa Albertina	7.172	9,98	6.082	10,63	2,35
Santa Clara d'Oeste	2.486	3,46	1.779	3,10	1,99
Santa Fé do Sul	3.593	5,00	2.569	4,49	1,99
São Francisco	1.331	1,85	1.129	1,97	2,36
Santana da Ponte Pensa	2.389	3,32	1.541	2,69	1,79
Santa Rita d'Oeste	3.884	5,40	2.684	4,69	1,92
Santa Salete	2.174	3,02	1.844	3,22	2,36
Três Fronteiras	2.922	4,06	2.016	3,52	1,92
Urânia	4.257	5,92	3.610	6,30	2,35
Total (MRG)	71.814	100,00	57.214	100,00	100
Estado	1.717.466		1.748.223		2,83

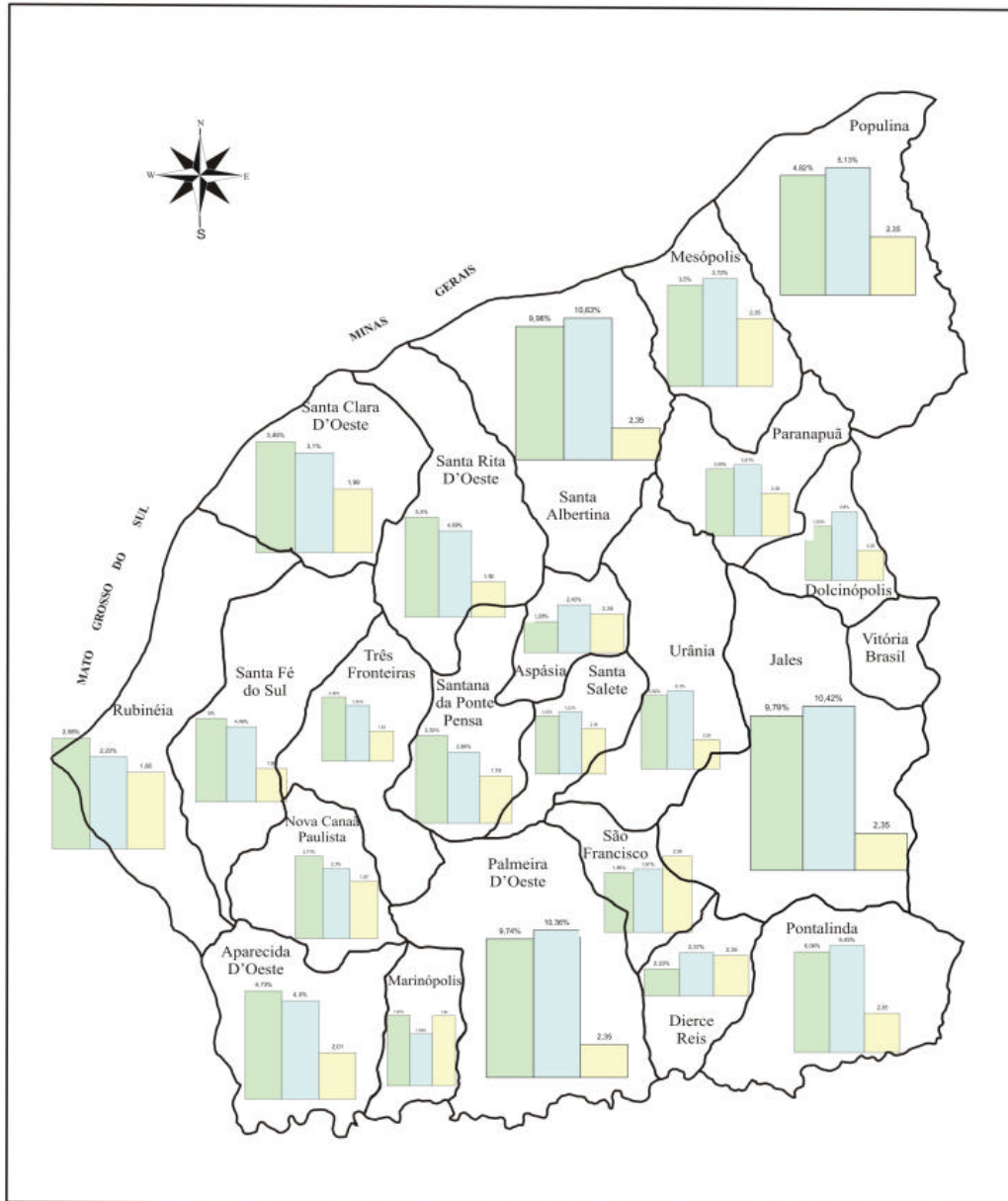
Fonte: Pesquisa Pecuária Municipal FIBGE, 2002.

A maior parte dos municípios da Região apresenta uma produtividade bastante próxima à média regional, e, portanto, superior a 2 litros/leite/vaca/dia, como é

o caso dos municípios de Aparecida d'Oeste, Aspásia, Dirce Reis, Dolcinópolis, Jales, Mesópolis, Palmeira d' Oeste, Paranapuã, Pontalinda, Populina, Santa Albertina, São Francisco, Santa Salete e Urânia. A produtividade média nestes municípios é de 2,33 litros/leite/vaca/dia, estando, portanto, 0,12 pontos percentuais acima da média regional.

Os demais municípios apresentam produtividade bastante ínfima, tendo sua produtividade abaixo de 2 litros/leite/vaca/dia. Os municípios que compõem este grupo são: Marinópolis, Nova Canaã Paulista, Rubinéia, Santa Clara d' Oeste, Santa Fé do Sul, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d' Oeste e Três Fronteiras. A produtividade média deste grupo é de 1,90 litros/leite/vaca/dia, estando, portanto, 0,31 pontos percentuais abaixo da média regional, e 0,43 pontos percentuais em relação ao grupo de municípios que apresenta maior produtividade.

Verifica-se na Figura 21 que a produção de leite está concentrada em alguns municípios, embora ela esteja presente em todos os municípios da região. Os municípios de Santa Albertina (10,63%), Jales, (10,42%), Palmeira d' Oeste (10,36%), Pontalinda (6,45%), Urânia (6,30%) e Populina (5,13%), são os que apresentam a maior participação na produção total de leite da região. Também são os que respondem pelo maior número de vacas ordenhadas dentre os municípios da região.



No trabalho de campo realizado na região, verificou-se que a produção de leite ainda convive com problemas da sazonalidade na produção, pois comparando dados relativos à produção na safra com o período da entressafra, verificou-se que ocorre um decréscimo de 10,5% na produção de leite na entressafra.

Quanto à produtividade dos produtores de leite, verificou-se que em média eles apresentam uma produtividade de 6,32 litros/vaca/dia, de acordo com dados obtidos no trabalho de campo. Este patamar ainda é bastante distante do que apresentam países como a Argentina e a Nova Zelândia, onde a produtividade chega a 20 litros/vaca/dia.

5.4.5. Relação produtor–agroindústria

O processo de reestruturação do setor lácteo brasileiro a partir dos anos 1990, desencadeou algumas mudanças nas relações estabelecidas entre produtores de leite e agroindústria, fazendo com que os laticínios passassem a se aproximar mais dos produtores de leite, de modo a buscar garantir qualidade e estabilidade na entrega da matéria-prima.

Com o advento da exigência do tanque de expansão, primeiramente através da Portaria 56, e no momento através da Portaria 51, que prevê que para o ano de 2005, todo o leite deve ser granelizado, a estratégia das empresas para com os produtores de leite passou por significativas mudanças. Desse modo, as empresas passaram a financiar e a estimular a utilização de tecnologias aos seus produtores, inclusive o tanque de expansão.

Na Região de Jales tem-se a atuação da multinacional Nestlé e também de uma empresa de porte médio de capital nacional sediada em Votuporanga – o

laticínio Bom Dia -, que já coletam apenas o leite granelizado, enquanto que os demais laticínios coletam na forma tradicional e na granelizada. Com base nessas mudanças, constatou-se uma série de transformações que ocorreram na Região de Jales, como: a saída de muitos produtores que antes eram fornecedores da Nestlé e do Laticínio Bom Dia, aumentaram ainda mais as dificuldades dos pequenos produtores que estão descapitalizados e não possuem ganhos de escala e também não conseguem ganhos em produtividade para viabilizarem a sua continuidade na atividade.

Tendo em vista a ausência de uma política pública efetiva no sentido de estimular a modernização tecnológica no setor, as grandes empresas de laticínios vêm ocupando a lacuna deixada pelo poder público, oferecendo linhas de financiamento aos seus fornecedores para melhoria genética do rebanho e aquisição de equipamentos de ordenha e refrigeração. Nessa Região, a Nestlé vem sendo a empresa que tem disponibilizado linhas de crédito aos seus fornecedores. Deste modo, as empresas passaram a ter um poder de barganha maior junto aos produtores de leite, que por sua vez, tornaram-se cada vez mais subjugados aos seus ditames. Sobre essas novas estratégias da indústria de lácteos; Paulillo; Herrera; Costa assim se pronunciam:

Essas novas formas de financiamento permitiram maior capacidade de negociação para as empresas processadoras, pois puderam barganhar com diferentes tipos de produtores de leite. Essa é a primeira explicação para a quase-integração expandir-se, preferencialmente, entre os grandes pecuaristas de alto nível tecnológico. Essas empresas financiam a aquisição de equipamentos de ordenha e refrigeração com prazos para pagamentos em até 60 meses. A garantia de recebimento do financiamento é o próprio leite, sendo o valor descontado do pagamento realizado aos produtores. Assim, o produtor fica atrelado à indústria sob o foco da escala produtiva e da qualidade da matéria-prima, e os pecuaristas de baixa escala produtiva ou de localidades mais distantes, cujo leite é captado em latões, ficam excluídos desses programas de quase-integração. (PAULILLO; HERRERA; COSTA, p.192-193, 2002).

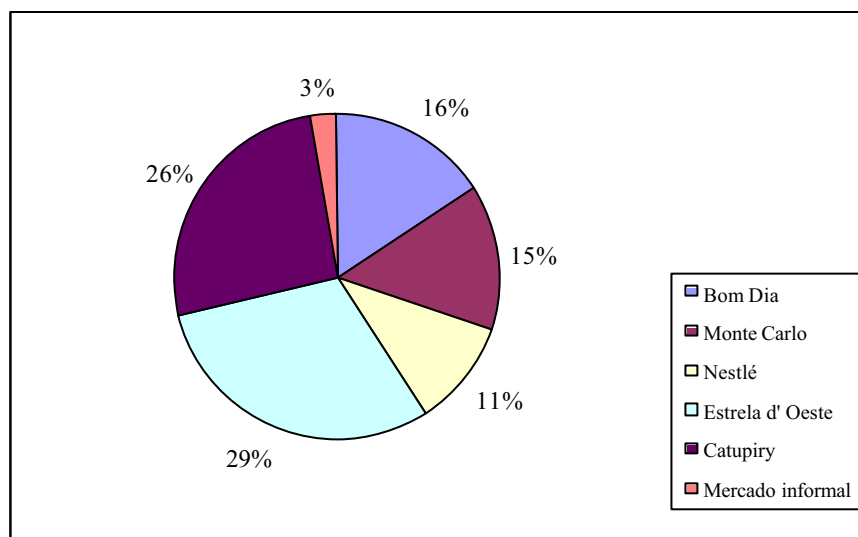
Neste sentido, serão analisados alguns dados obtidos no campo, de modo a esclarecer algumas mudanças que vêm ocorrendo na região, em decorrência desse processo de reestruturação produtiva do setor.

5.4.6. O processo de reorganização produtiva e a “marginalização” dos produtores

O atual panorama conjuntural e estrutural para a pecuária leiteira não é bastante animador para os produtores de leite não-especializados. As atuais exigências sanitárias e tecnológicas do capital industrial e do Estado, somados à falta de condições e de financiamento adequado deverão, aumentar os índices de marginalização no campo (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002).

Dentre os produtores que responderam aos questionários aplicados, verificou-se que o Laticínio Estrela, localizado no Município de Estrela d’ Oeste, é a empresa que mais possui fornecedores dentre os laticínios que atuam na região, pois 29,00% dos produtores são fornecedores desta empresa. Em seguida o Laticínio Catupiry, localizado no Município de Santa Fé do Sul, possui 26,00% de fornecedores de leite. Outra grande parcela dos produtores, 16,00 e 15,00% deles está vinculada ao Laticínio Bom Dia, sediado no Município de Votuporanga, e ao Laticínio Monte Carlo, sediado no Município de Santa Albertina, respectivamente, conforme se pode observar pela Figura 22.

Figura 22 – Porcentagem de fornecedores pesquisados dos laticínios que atuam na região



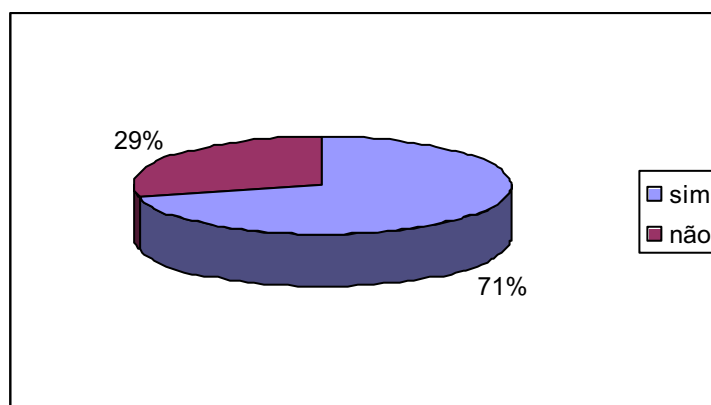
Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Constata-se que estes quatro laticínios (Bom Dia, Estrela d'Oeste, Monte Carlo e Catupiry) possuem a maior fatia de fornecedores, pois somando os fornecedores vinculados a eles, obtém-se 86,00% dos produtores de leite, enquanto que a Nestlé tem apenas 11% dos fornecedores entrevistados. Cabe salientar, que estes laticínios ainda trabalham no esquema tradicional de coleta de leite, e ainda trabalham com produtores não-especializados, o que os leva a ter um grande número de fornecedores com baixa produção. Por outro lado, a Nestlé com trabalha apenas com 11% dos fornecedores, mas que são produtores especializados e, portanto, com alta produtividade e produção. No caso do Laticínio Bom Dia, apesar dele não trabalhar com produtores no esquema tradicional, eles captam leite de algumas associações⁷⁰ de produtores da região.

⁷⁰ O assunto referente ao surgimento de associações de produtores de leite na região será tratado mais adiante.

A empresa Nestlé tem apenas 11,00% dos fornecedores de leite. Cabe lembrar, que o processo de reestruturação do setor lácteo em marcha no Brasil, vem sendo bastante seletivo também no âmbito da produção primária. Tendo em vista isso, a Nestlé passou a coletar leite apenas dos produtores “granelizados”. Isto fez com que diminuíssem os seus fornecedores, mas por outro lado, houve o aumento da produção por produtor, em razão do aumento de produtividade e da redução dos custos de frete com a granelização, fazendo com que a quantidade de leite coletada na região pela empresa não diminuísse na mesma proporção que o de fornecedores.

Figura 23 – Proporção dos produtores pesquisados que mudaram de laticínios a partir dos anos 1990 na região de Jales



Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Pelo que se pode observar na Figura 23, 71,00% dos produtores admitiram que mudaram de laticínio a partir dos anos 1990, e como consequência passaram a entregar para outros laticínios. Percebe-se que é um número bastante significativo de produtores de leite. Convém ressaltar que o principal motivo de tais mudanças está relacionado à seleção dos produtores pelos grandes laticínios, em especial a Nestlé.

A marginalização dos produtores de leite na Região está intimamente relacionada às estratégias adotadas pelos grandes laticínios após os anos 1990 e à falta de especialização dos produtores de leite da região. A Nestlé, que atua na região, redefiniu sua relação com seus fornecedores de leite com base nas novas exigências sanitárias e competitivas que se apresentam neste novo cenário para o setor. Deste modo, a estratégia se baseou na adoção de uma logística de coleta, que priorizou os fornecedores que possuíam tanque de expansão para resfriar a matéria-prima. Além disso, procurou-se diminuir o número de fornecedores para reduzir custos de fretes e estimular a produtividade dos que permaneceram.

Em decorrência deste processo de seleção e “exclusão” dos produtores não-especializados, estes passaram a comercializar sua produção com laticínios de menor porte, que são mais flexíveis em termos de exigências sanitárias e de qualidade do produto, pois ainda trabalham coletando o leite em tambores, ou em alguns casos têm estimulado a adoção do tanque comunitário.

A granelização e o financiamento oferecidos aos produtores por parte das grandes empresas de laticínios, como no caso da Região de Jales, a Nestlé, tem atuado no sentido de intensificar as economias de escala do produtor e o aumento da incorporação de tecnologias no processo produtivo. Se por um lado, isto tem sido benéfico às empresas, pelo lado dos produtores isto tem se tornado muitas vezes um empecilho para a permanência na atividade. Neste sentido, Paulillo; Herrera; Costa (2002) enfatizam as consequências deste processo na cadeia produtiva do leite:

Com a reduzida capacidade de endividamento de grande parte dos pecuaristas da região, essas grandes empresas estão selecionando e reduzindo o número de fornecedores de leite *in natura*, exigindo maior qualidade da matéria-prima, reduzindo custos de transporte e eliminando postos de recepção regionais. Esses movimentos reduzem os custos de transação da grande indústria Láctea, mas marginalizam o campo, porque conduzem os pecuaristas

descapitalizados à clandestinidade ou à retirada do setor. (PAULILLO; HERRERA; COSTA, p. 197-198).

É necessário enfatizar que os produtores de leite estão subordinados à lógica de produção e as estratégias do capital industrial, pois mesmo os produtores de leite conservando a propriedade da terra, eles produzem para o capital industrial, que se encarrega de criar mecanismo de modo a extrair a renda da terra no processo de circulação da mercadoria.

Neste sentido, o conceito de sujeição formal da renda terra ao capital vem para explicar como se dá a sujeição ao capital sem a expropriação dos meios de produção, ou seja, sem expulsar o agricultor de sua terra. Pois, para Martins (1981):

A medida em que o produtor preserva a propriedade da terra e nela trabalha sem o recurso do trabalho assalariado, utilizando unicamente o seu trabalho e o da sua família, o que temos não é a sujeição formal do trabalho ao capital. O que essa relação nos indica é outra coisa, bem distinta: estamos diante da sujeição da renda da terra ao capital. (MARTINS, 1981, p. 175)

O processo de reorganização produtiva pela qual vem passando a cadeia produtiva do leite no Brasil vem contribuindo para a intensificação das formas de produção cada vez mais dentro da lógica capitalista dentre os produtores de leite, mesmo que estes não tenham adotado formas de trabalho assalariado.

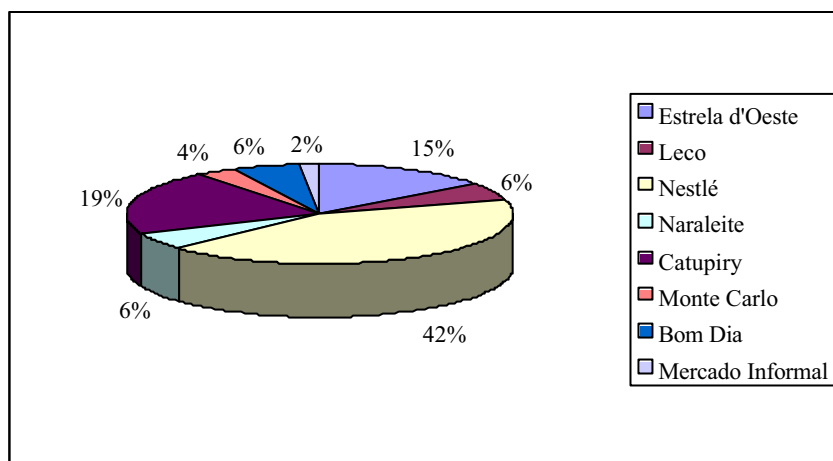
De modo a garantir a permanência dos produtores de leite e também buscar melhores rendimentos, a alternativa vislumbrada aos produtores tem sido a organização coletiva dos mesmos em associações. A relevância da organização coletiva dos produtores de leite reside no fato de que ela tende a fortalecer os produtores de leite, frente às ações de subordinação e exploração do capital industrial.

Dentre os 71,00% dos produtores que passaram a fornecer leite para outro laticínio após os anos 1990, verificou-se que 42,00% dos produtores anteriormente eram fornecedores da Nestlé. O processo de seleção de produtores levado a cabo pela empresa a partir dos anos 1990, fez com que grande parte dos produtores que forneciam matéria-prima a ela fosse alijados do fornecimento, por não terem recursos para adquirir o tanque de expansão para resfriamento do leite na propriedade e também por não conseguirem se adequar ao novo ambiente competitivo, que busca ganhos em escala, aumento de produtividade e de qualidade.

Dentre os fatores mais importantes, segundo os próprios produtores que os levaram a trocar de laticínios, os principais são: melhor preço e a não exigência do tanque de expansão.

Como se pode observar, a granelização da fase de coleta e a exigência do tanque de expansão para resfriamento do leite na propriedade têm sido um fator utilizado pelas empresas no processo de seleção dos produtores. Sendo assim, não é por acaso que a exigência do tanque fez com que 19,73% dos produtores trocassem de laticínio, conforme se observa pela Figura 24.

Figura 24 – Laticínios aos quais os produtores pesquisados encontravam-se vinculados anteriormente



Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

5.4.7. A emergência das associações de produtores de leite na Região de Jales

Em face da profunda reorganização produtiva que vem passando o setor lácteo no Brasil a partir da década de 1990 e diante das dificuldades advindas das novas exigências sanitárias e tecnológicas, os produtores de leite da Região buscaram se organizar em associações de produtores de leite.

Do início do século XX até o início da década de 1990 a cadeia produtiva do leite no Brasil foi marcada pela ascensão e o predomínio de cooperativas de produtores de leite. Este predomínio foi facilitado pelos incentivos concedidos pelo Estado a estas organizações. Contudo, a partir de 1990 com a desregulamentação do setor e a abertura externa, as cooperativas passaram a sofrer a forte concorrência de grandes empresas multinacionais, levando à falência de muitas delas.

Neste novo cenário que se apresenta para o setor, as associações de produtores de leite, tem sido a maneira mais apropriada para conseguirem se fortalecerem e enfrentar os desígnios do capital industrial no setor.

As associações de produtores de leite começaram a surgir na Região de Jales a partir do ano de 2001, quando foi fundada a APROLEITE – JALES – Associação dos Produtores de Leite do Município de Jales. Os baixos preços do leite recebidos pelos produtores e a iminência de serem marginalizados do setor motivaram a fundação da associação.

Posteriormente outras associações surgiram em municípios da Região. Atualmente existem 14 associações de produtores de leite. Conforme se verifica pela Figura 07, elas estão sediadas nos seguintes municípios: Aspásia, Dirce Reis, Jales, Nova Canaã Paulista, Paranapuã, Pontalinda, Rubinéia, Santa Albertina, Santa Clara d'Oeste, Santana da Ponte Pensa, Santa Rita d'Oeste, São Francisco, Três Fronteiras e Vitória Brasil.

Dessas 14 associações de produtores existentes na Região de Jales, foram realizadas entrevistas em 4 delas: Dirce Reis, Jales, Santa Albertina e Santana da Ponte Pensa. O critério para a escolha foi a aleatório, menos no caso da associação do município de Jales, que é a mais antiga delas.

5.4.7.1. A APROLEITE - JALES

A mais antiga das associações de produtores da Região é a Aproleite (Associação dos Produtores de Leite do Município de Jales), localizada no município de Jales, fundada no ano de 2001, a associação conta com auxílio da Prefeitura do

Município que fornece assistência técnica, disponibilizando aos associados um técnico agrícola e um médico veterinário.



Figura 25 – Foto do local cedido provisoriamente, pela Prefeitura Municipal de Jales para a associação de produtores de leite do município colocarem os tanques de resfriamento de leite. O local cedido situa-se no recinto de exposições da FACIP (Feira Agropecuária, Comercial, Industrial e Pecuária de Jales). Fonte: Trabalho de Campo, 2004. Autor: Evandro César Clemente.

A associação possui 62 produtores de leite associados, sendo que destes, apenas 4 são considerados grandes produtores, 20 médios produtores e 38 pequenos produtores.⁷¹ A associação possui uma capacidade de armazenamento de 7.500 litros de leite, sendo recebidos diariamente na época da safra 6.000 litros, enquanto que na entressafra o fornecimento cai para 4.000 litros/dia.

⁷¹ Para a associação é considerado grande o produtor que fornece acima de 200 litros/dia, médio entre 50 a 200 litros/dia, e pequeno abaixo de 50 litros/dia.

Todo o leite produzido pelos associados é vendida para o Laticínio Bom Dia, sediado no Município de Votuporanga.

De acordo com informações fornecidas pelo Presidente da Associação, o médico veterinário Sr. Ivan Souphia Garcia, os planos da associação são de aumentar o número de associados e também conseguir pasteurizar a produção, de modo a agregar valor e comercializar parte da produção no mercado regional.

5.4.7.2. A APROLEITE – DIRCE REIS

A Associação dos Produtores de Leite do Município de Dirce Reis – APROLEITE - foi fundada no ano de 2002. Problemas relacionados aos baixos preços obtidos pelos produtores e a incapacidade destes em adquirir o tanque de expansão e serem aliados do setor, motivaram a fundação da associação.

O poder público municipal vem incentivando a associação de produtores do município, através de ajuda nos custos de manutenção dos gastos da associação, na cessão do prédio onde funciona a associação e no fornecimento de técnicos agrícolas através da Casa da Agricultura do Município.

A associação conta com 52 associados, sendo apenas 2 grandes, 10 médios e 40 pequenos⁷². Ela conta com uma capacidade de armazenamento de 5.500 litros/dia, sendo armazenado em média 2.700 litros na safra e 1.800 litros na entressafra. Toda a produção de leite dos associados é fornecida ao Laticínio Matilat, localizado no município de Catanduva.

⁷² Os critérios utilizados pela associação para a classificação dos produtores são os seguintes: até 50 litros/dia – pequeno; de 50 a 200 litros/dia – médio, e acima de 200 litros, grande.

O plano da associação para o futuro é de aumentar o número de associados. Contudo, a associação vem enfrentando dificuldades no pagamento de funcionários e também de energia elétrica.⁷³

5.4.7.3. Associação dos Produtores Rurais de Santa Albertina

A Associação dos Produtores Rurais do Município de Santa Albertina foi fundada no ano de 2002, como forma de obter um maior poder de barganha por parte dos produtores de leite, já que individualmente, eles estavam sendo bastante prejudicados. Em torno de 80,0% dos produtores associados são considerados pequenos.

A Associação dos Produtores Rurais do Município de Santa Albertina não recebeu apoio da prefeitura para a sua implantação. O poder público municipal se limita a apenas fornecer o médico veterinário e o técnico agrícola que estão disponíveis na Casa da Agricultura do Município.

A associação ainda não conta com tanques de expansão para armazenagem do leite, e por isso ainda vem trabalhando num esquema de tanques comunitários. Os tanques, que foram emprestados pelo laticínio Catupiry, foram instalados em propriedades rurais, de modo a ficar acessível e beneficiar os associados próximos.⁷⁴

5.4.7.4. Associação dos Produtores de Leite de Santana da Ponte Pensa

⁷³ Informações obtidas com o Sr. Devanir Grigolin, motorista e também realiza análise do leite da associação, em entrevista realizada no dia 08/01/2004.

⁷⁴ Informações obtidas em entrevista realizada com o presidente da associação, o Sr. Idair Latorre, no dia 15/01/2004.

A Associação dos Produtores de Leite do Município de Santana da Ponte Pensa foi fundada em 2003. Assim como as anteriores, o motivo da criação desta associação foi o baixo preço do leite e o risco dos produtores de serem marginalizados no setor por não atenderem as novas exigências sanitárias e tecnológicas.

Para a fundação da associação, o poder público do município cedeu um barracão, que estava desativado para ser a sede da associação e também um funcionário para realizar a análise do leite, que chega diariamente nos tanques da associação, vindos dos diversos produtores membros.

A associação conta com 78 associados, sendo 20 grandes, 29 médios e 29 pequenos. Quanto aos critérios para definir pequenos, médios e grandes produtores, a associação não tem preocupação com isso.

A capacidade de armazenamento de leite da associação é de 6.000 litros, sendo que na safra chega a ser armazenados 5.500 litros, enquanto que no período de entressafra cai para 4.600 litros. Toda a produção da associação é fornecida para o laticínio Catupiry de Santa Fé do Sul.

A assistência técnica aos associados é feita em conjunto com a Casa da Agricultura do município. Os insumos e medicamentos veterinários são comprados em conjunto pelos associados.

Os planos da associação para o futuro são de aumentar ainda mais a capacidade de armazenamento e adquirir equipamentos para pasteurizar o leite. Contudo, para aumentar a capacidade de armazenamento, a associação precisa resolver problemas com a energia elétrica. O transformador elétrico da associação é de

baixa capacidade e por isso tem inviabilizado o aumento na capacidade de armazenamento de leite.⁷⁵

Cabe lembrar que não existem políticas municipais definidas para a atividade pecuária. As prefeituras apenas oferecem projetos necessários à apresentação para a Secretaria Estadual de Agricultura para a renovação dos convênios entre Estado e municípios, como parte da descentralização da agricultura.

5.4.8. A importância da atuação das organizações coletivas como estratégia de reprodução social dos produtores de leite sob o contexto da reestruturação produtiva do setor lácteo

A partir dos anos 1990, com o advento do processo de reestruturação agroindustrial do setor lácteo no Brasil, as cooperativas, antes formas de organização coletivas dos produtores tão tradicionais na cadeia produtiva do leite, passaram a enfrentar sérias dificuldades, em virtude da forte concorrência com os produtos importados subsidiados na origem e também muito mais competitivos que o brasileiro. Além disso, a concorrência com empresas multinacionais como a Parmalat, a Nestlé e a Danone impuseram dificuldades à permanência destas formas de organização coletiva. Outros fatores também decorrentes da forma de organização destas cooperativas, foram decisivos para o decréscimo da importância destas. De acordo com PAULILLO; HERRERA; COSTA, que analisaram os impactos da reestruturação na bacia leiteira da região de Ribeirão Preto, destacam:

Nos anos 90, a abertura comercial e a liberalização dos preços do leite levaram à intensificação das inversões de empresas multinacionais já instaladas, bem como à entrada de outras na bacia de Ribeirão Preto. Isso provocou o acirramento da concorrência tanto no mercado final como na busca de novos e produtivos fornecedores de matéria-prima. As cooperativas começaram a sentir

⁷⁵ Informações obtidas em entrevista realizada com o escriturário da Casa da Agricultura do município que também faz a medição e análise do leite dos associados, o Sr. Odair Bassi Bôer, no dia 06/01/2004.

os impactos financeiros e organizacionais e elementos de debilidade administrativa pesarem contra as cooperativas. Um bom exemplo é a manutenção de pequenos grupos de poder na gestão, os quais perpetuaram a mentalidade administrativa paternalista.

O descontentamento dos cooperados fez com que muitos deixassem de participar das cooperativas, procurando outras beneficiadoras para fornecer seu produto. Eles afirmam que recebem um preço muito baixo pelo produto, além de comprarem insumos com preços mais altos do que os praticados no mercado e não receberem alguns serviços oferecidos anteriormente (como veterinários, zootecnistas etc.). (PAULILLO; HERRERA; COSTA, 2002, p. 194).

No Sul do país a Parmalat entrou pagando preços maiores aos produtores do que os pagos pelas cooperativas, atraindo fornecedores. No momento em que as cooperativas já não tinham capacidade operacional, a Parmalat passou a determinar os preços para baixo.

As cooperativas passam por sérios problemas financeiros e administrativos que têm colocado em risco a sobrevivência delas neste cenário competitivo que agora se apresenta ao setor. Isso tem ocasionado o fechamento de algumas e outras tentam sobreviver a partir da formação de *joint ventures*, como no caso da Cooperativa Batavo com a Parmalat, da Central Paulista com a Danone, dentre outras.

No entanto, outras formas de organização coletiva entre os produtores de leite têm surgido neste novo cenário que se apresenta para o setor. Na Região de Jales, as associações de produtores de leite surgiram em grande número a partir do início da corrente década.

As dificuldades encontradas pelos produtores de leite, neste novo cenário competitivo motivou o surgimento das associações de produtores de leite na Região.

As associações de produtores de leite tem tido um papel fundamental na manutenção dos pequenos proprietários rurais como produtores de leite na Região, em especial os produtores não-especializados. Tendo em vista as novas exigências para o setor, as associações tem propiciado acesso dos produtores a equipamentos como tanque de resfriamento e simultaneamente, garantindo um maior poder de barganha na negociação dos preços do leite frente à tendência dominante e concentradora do capital industrial. Neste sentido, as associações, num primeiro momento, têm garantido aos produtores de leite a permanência na atividade. Também tem possibilitado a eles enfrentarem os laticínios na imposição de preços.

Cabe lembrar que a organização coletiva dos produtores tem sido uma estratégia também interessante para a indústria, que vem se dando na Região com forte apoio do poder público municipal. Para a indústria as associações de produtores são bastante interessantes na medida em que elas “juntam” a produção de leite espalhada por diversos produtores e entregam a produção.

As associações de produtores de leite vêm desempenhando um papel muito importante dentro deste novo paradigma de desenvolvimento da cadeia produtiva do leite, papel que anteriormente coube às cooperativas de laticínios. Esta nova estratégia tem sido interessante para o capital industrial, na medida em que este delega para o poder público e para os produtores a tarefa de coletar o leite entre os diversos produtores espalhados, resfriá-lo e remete-lo para o laticínio. Isto tem permitido aos laticínios uma redução de custos muito grande. A pequena produção de leite vem desempenhando um importante papel para os laticínios, que tem recorrido aos pequenos como estratégia para aumentar o volume de produção captado. De acordo com Pedroso (2001):

Caso os produtores de leite do estado sejam considerados individualmente, não há como contestar que a grande maioria é responsável por pequenos volumes de produção. No entanto, avaliados em conjunto, representam um forte e indispensável componente para atender os consumidores que constantemente estão demandando um grande volume de leite. Os pequenos produtores de leite têm atuado como um importante elemento para abastecer as indústrias. Para expandir o volume de leite captado diariamente, a indústria tem recorrido aos pequenos produtores. Nesse sentido, foi estabelecida uma relação de interdependência, entre a indústria e os pequenos produtores, na qual ambos são beneficiados (PEDROSO, 2001, p. 102).

A reestruturação da cadeia produtiva do leite no Brasil, a partir dos anos 1990, em função das novas exigências tecnológicas, tem se apresentada bastante concentradora e excludente para os produtores de leite. Deste modo, para os produtores de leite que individualmente – por não serem especializados – não têm condições de atender as novas exigências e permanecerem na atividade, as organizações coletivas têm sido a única alternativa para estes.

A imposição da granelização da coleta pelos laticínios e pela Normativa 51, tem marginalizado um número considerável de produtores na Região de Jales, que agora encontram respaldo para prosseguirem na atividade na associação de produtores. Ao inserir-se na associação, o produtor passa a reunir condições de continuar na atividade, já que os tanques de expansão para resfriamento do leite, adquiridos em conjunto pelos produtores, viabilizam sua reprodução social.

As organizações coletivas no setor também proporcionam melhorias no preço recebido pelo litro do leite do produtor, pois, os laticínios como forma de estimular a granelização e a melhoria da qualidade da matéria-prima têm remunerado os produtores tendo como base a quantidade entregue e a qualidade da matéria-prima. Desta forma, as associações vêm garantindo melhores preços aos produtores associados em relação aos produtores individuais. Em média os produtores

organizados têm recebido em torno de 0,10 centavos de reais, a mais por litro de leite do que os produtores individuais.

As mudanças observadas na cadeia produtiva do leite na Região de Jales, devem ser compreendidas a partir do processo de desenvolvimento do modo de produção capitalista no território brasileiro. De acordo com Oliveira (1999), esse processo se dá de maneira contraditória e combinada, engendrando relações de produção tipicamente capitalistas e relações de produção não genuinamente capitalistas, como o trabalho familiar.

Para Oliveira (1999), o capital não precisa necessariamente se territorializar pelo campo para dominar os setores produtivos, como ocorre no setor sucro-alcooleiro. Em setores como o leite, frutas, avícola, suíno, etc.. o capital desenvolveu novas maneiras de subordinar a produção agrícola aos seus ditames e se apropriar da renda gerada pelos produtores familiares. Nessa situação ocorre o que o autor chama de monopólio do território pelo capital.

A estratégia de criação e formação de associações de produtores de leite na Região de Jales, mesmo que inicialmente a mobilização inicial tenha sido dos produtores de leite não-especializados, em face dos riscos de serem marginalizados da atividade, é possível observar que as organizações coletivas na Região têm atendido também os interesses dos laticínios, ou seja, do capital industrial. Com o surgimento das associações, as empresas se eximiram de todo e qualquer procedimento de coleta, transporte, refrigeração e análise da qualidade do leite. Com os produtores não-especializados. Tais operações agora são realizadas pelos próprios produtores nas associações, muitas vezes contando com a ajuda de funcionários cedidos pelo poder público local.

Como na Região de Jales existe um grande número de produtores de leite não-especializados com produção reduzida, as associações garantiram o fornecimento da produção destes aos laticínios, já que individualizadas não despertam muito o interesse da indústria. Mas somadas as produções individuais alcançam um montante significativo também para os laticínios.

As associações vêm atendendo também simultaneamente interesses do capital industrial, que indiretamente tem criado as condições para a permanência dos pequenos produtores familiares. Neste sentido, Oliveira enfatiza que: “O próprio capital cria as condições para que os camponeses produzam matérias-primas para as indústrias capitalistas, ou mesmo viabilizam o consumo dos produtos industriais no campo.” (OLIVEIRA, 1999, p. 479).

Tanto é verdade que as associações têm servido aos interesses do capital industrial, que nos lugares onde não existe associação de produtores, os laticínios têm empreendido esforços no sentido de implantar tanques de resfriamento comunitários, de modo a não perder o fornecimento dos pequenos produtores.

De modo que as associações de produtores ainda não permitiram aos produtores de leite saírem da situação de subordinação ao capital industrial, seria necessário, juntamente com a ação do poder público, aproveitar a estrutura e a mobilização dos produtores rurais nas associações e facilitar a montagem de mini-usinas de processamento e beneficiamento do leite destes produtores, de forma que eles agreguem valor ao seu produto, permitindo a eles, desta forma, se desvinculem dos ditames do capital industrial, e ao mesmo tempo auferirem melhor remuneração. No mesmo sentido, Savitci et al (1998), argumentam que as mini-usinas: “vem se

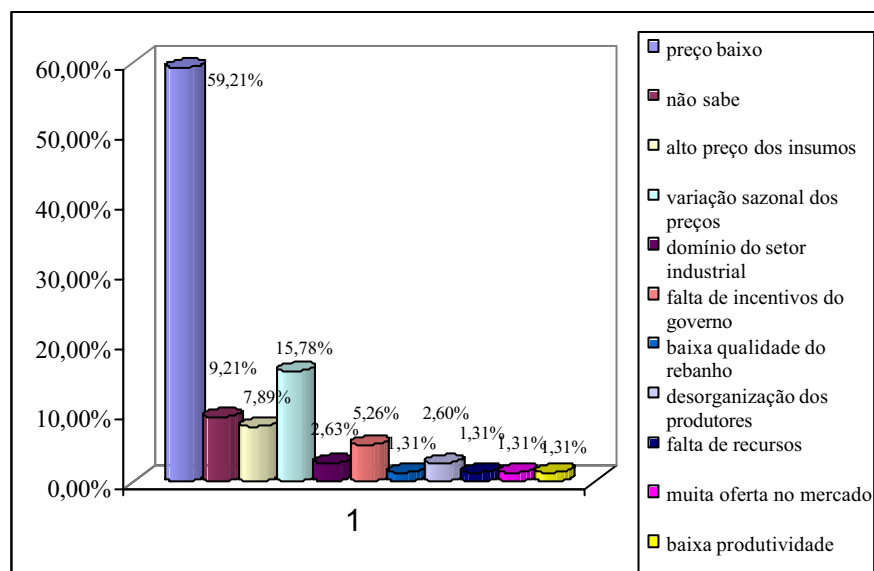
consolidando como meio de agregação de valor ao produto, aumentando a parcela da margem de comercialização detida pelo produtor” (SAVITCI et al, 1998, p.07).

No caso específico da Região de Jales, seria interessante a criação de um consórcio ou de uma central que reuniria as 14 associações de produtores de leite para a implantação de uma planta de beneficiamento, contando também com a atuação do poder público local, Estadual e Federal.

Sob este contexto de reestruturação do setor lácteo nacional, em que grande parte dos produtores vêm enfrentando grandes dificuldades em permanecerem na atividade, no trabalho de campo realizado buscou-se apreender as dificuldades e as alternativas apontadas pelos próprios produtores, no sentido de melhorar as condições de produção na atividade e garantir assim a sua permanência.

Como se pode observar na Figura 26, o principal fato apontado, com 59,21% das indicações foram os baixos preços recebidos pelos produtores, que segundo eles mal cobrem os custos de produção. Em seguida, mas relacionado ainda à questão do preço, tem-se a variação sazonal do preço, que tende a desestimular os produtores, pois na época de safra, em função da grande oferta o preço tende a ser mais baixo.

Figura 26 –Problemas/dificuldades apontados pelos produtores pesquisados da região de Jales



Fonte: Trabalho de campo, 2004. Org. Evandro C. Clemente.

Atualmente, com o processo de especialização e ganhos de produtividade, a sazonalidade na produção tem desaparecido entre os produtores especializados, fazendo com que o preço do leite ao consumidor apresente quedas em plena época de entressafra.

Com menor relevância, outros fatores foram apontados como: o domínio do setor industrial, falta de incentivos do Governo, baixa qualidade do rebanho, desorganização dos produtores, falta de recursos, muita oferta e baixa produtividade.

Em face disso, também foram investigadas as perspectivas e alternativas sugeridas pelos próprios produtores no sentido de melhorar as condições de produção.

Levando em consideração as dificuldades encontradas pelos produtores, verificou-se que 46,05% dos produtores apontaram como uma alternativa relevante para a melhoria das condições de produção, a estabilidade dos preços.

Outros apontaram uma melhor organização dos produtores no sentido de obterem maior poder de barganha frente ao setor industrial. Outro fator importante apontado refere-se à falta de políticas e subsídios governamentais de modo a estimular e melhorar as condições de produção.

Com todas as dificuldades apontadas pelos produtores de leite, as possíveis soluções no atual momento passam, indispensavelmente, pela necessidade de organização coletiva dos produtores. Somente a junção de forças dos produtores, para obter um maior poder de barganha, poderá fazer frente ao capital industrial e conquistar melhores condições para produzir e comercializar.

Frente aos graves problemas sócio-econômicos que a marginalização dos produtores familiares não-especializados possam ocorrer, faz-se necessário uma ação mais pronunciada do poder público no sentido de viabilizar a produção de leite não-especializada, ou seja, as unidades de produção, que se dedicam ao leite juntamente com outras atividades, otimizando o uso dos fatores de produção e minimizando os riscos da atividade aos produtores. Além da ação do poder público, é de extrema importância a ação coletiva destes produtores, para terem acesso às novas tecnologias necessárias para atenderem as novas exigências.

A presença de associações de produtores, como já ocorre na região, já se constitui num fato que facilita em muito as ações que o poder público pode ou poderá a vir tomar, já que os recursos utilizados em conjunto podem ser otimizados os seus resultados.

Diferentemente dos autores Vilella; Bressan; Cunha (1999), que argumentam que a grande quantidade de pequenos produtores de leite tende a dificultar a busca de competitividade no setor e aumentar os custos, é necessário por

em prática propostas de modo a evitar a marginalização/exclusão dos produtores não-especializados. Pois a produção de leite no Brasil é pequena em relação ao tamanho do seu rebanho, e tendo em vista que a baixa renda do consumidor brasileiro não possibilita o pleno consumo de leite e seus derivados, é necessário integrar este produtor, aumentar produtividade e conseqüentemente a produção para disponibilizar produtos mais baratos ao consumidor de baixa renda.

Autores como Vilella; Bressan; Cunha (1999), Jank; Galan (1998), Paulillo; Herrera; Cunha (2002), Wilkinson (1993), que argumentam e apontam a exclusão/marginalização dos produtores de leite não-especializados como um fato inevitável, devem ser analisados com ressalvas, pois conforme observou-se na Região de Jales, o próprio capital industrial tem se incumbido de gerar as condições para a manutenção da pequena produção, seja através dos tanques comunitários ou da formação de associações de produtores. Tal estratégia empreendida pelos laticínios facilita a extração da renda da terra do pequeno produtor de leite. Além disso, a legislação sanitária para o setor tradicionalmente sempre foi falha, oferecendo lacunas que permitem a ação do produtor no mercado informal, comercializando leite diretamente com o consumidor. Diante dessa questão, Pedroso (2001) alerta que:

A afirmação que propaga a exclusão de produtores é precipitada e preconceituosa. Os produtores de leite estão conseguindo superar as dificuldades e demonstram interesse em dinamizar a atividade leiteira. Contudo, são poucos os que podem fazer essas alterações sozinhos, os demais precisam de tempo e auxílio. É necessário destacar que a exclusão de produtores da atividade leiteira não é inevitável. Para tanto é preciso que haja empenho dos produtores que busquem se organizar de modo a tornarem-se fortalecidos para que consigam superar essa situação adversa. Contudo, há produtores que estão descapitalizados e desmotivados, à mercê da própria sorte, esses tendem a ser excluídos (PEDROSO, 2001, p. 105).

A estratégia de fortalecer os produtores não-especializados de leite torna-se essencial para a geração de emprego e renda no campo, além de possibilitar um aumento da oferta do leite num mercado sub-abastecido como é o caso do Brasil, onde a maior parte da população tem um consumo de lácteos muito abaixo do recomendado.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho buscou-se apreender as mudanças que vêm ocorrendo na cadeia produtiva do leite no Brasil, atentando para as especificidades da cadeia produtiva do leite na Região de Jales.

A pecuária leiteira, confirmando a hipótese levantada no início da pesquisa, constitui-se numa fonte segura de renda aos pequenos e médios proprietários rurais da Região. Mesmo com todos os riscos e dificuldades enfrentadas pelos produtores de leite, a atividade garante um fluxo regular de renda o ano todo. Esta renda é utilizada pelos pequenos proprietários rurais para cobrir despesas da família, o que tem contribuído para a viabilização de sua reprodução social.

A formação da cadeia produtiva na Região de Jales inicia-se desde o processo de incorporação desta ao processo de produção e circulação de mercadorias, nos anos 1930, com a chegada da “frente pioneira”. Em face do contexto histórico-econômico da época, a ocupação da Região se deu baseada na atração de colonos das antigas zonas produtoras de café do Estado de São Paulo, que estavam interessados em possuir seu lote de terra. Desta forma, houve a formação de uma estrutura fundiária desconcentrada, com predomínio das pequenas e médias propriedades rurais.

Neste contexto, a produção de leite, feijão, arroz e milho, faziam parte das estratégias de subsistência dos pequenos produtores rurais. Além disso, havia a produção de café, produto de alto valor comercial. Com a formação dos núcleos urbanos, os produtores de leite passaram a vender leite *in natura* e também a fornecer leite aos laticínios instalados nas proximidades.

Em meados dos anos 1980 ocorreu uma reorganização do espaço agrário regional. A cafeicultura, predominante até então, entrou em crise. A alternativa

encontrada pelos pequenos proprietários rurais foi a produção de uva de mesa e outros tipos de frutas, como atemóia, manga, laranja, etc..

É interessante enfatizar que a fruticultura desempenha papel significativo, na medida em que possibilitou a manutenção da estrutura fundiária desconcentrada, já que ela é uma cultura que ocupa pouca extensão territorial, mas que apresenta elevado valor de produção, o que viabiliza a produção em estabelecimentos de pequenas dimensões.

Diante disso, a pecuária leiteira continuou sendo produzida na Região, mesmo como atividade secundária. Atualmente observa-se, em alguns casos, a produção de leite ao lado da produção de frutas.

É preciso atentar para as especificidades que também envolvem a produção de leite no Brasil. O leite ficou tabelado pelo Governo no período compreendido entre 1945 e 1991. Os baixos preços recebidos pelos produtores desestimulava o processo de tecnificação e inibia os ganhos de produtividade no setor. Com o advento do processo de “modernização” da agricultura brasileira nos anos 1960, o setor praticamente passou incólume, já que não houve incorporação tecnológica significativa.

A partir dos anos 1990, o advento do meio-técnicocientífico-informacional, juntamente com algumas mudanças implementadas no setor lácteo pelo Governo, como a desregulamentação do setor em 1991, liberando o preço do produto, a abertura comercial externa, redundaram numa reestruturação profunda do setor, alterando a organização espacial da atividade e aumentando a preocupação da indústria com a qualidade e a produtividade. Todas estas transformações, de acordo com alguns pesquisadores, como Jank; Galan (1998) têm apontado para o

desaparecimento de um terço dos produtores brasileiros no momento em que a Portaria 51 entrar em vigor.

Todas estas transformações percebidas na cadeia produtiva do leite, derivam das conseqüências que o meio técnico-científico-informacional tem tido sobre o espaço agrário nacional. O meio técnico-científico-informacional explicita a crescente união da técnica e da ciência a partir dos anos 1970 e as mudanças no espaço geográfico que esse processo tem ocasionado.

O meio rural tem se apresentado muito mais suscetível às transformações impostas neste período. Neste sentido, tem sido crescente a busca pela ampliação da produtividade no campo através da incorporação de tecnologia. Para apreender estas novas mudanças, Mazzali (2000) criou o conceito de “complexo em rede”.

O instrumento utilizado pelas grandes empresas para “selecionarem” seus fornecedores, tem sido a granelização da fase de coleta do leite. A falta de escala de produção mínima e a descapitalização dos pequenos produtores de leite tem feito com que estes não reúnam as condições necessárias para a aquisição de um tanque de expansão (resfriamento). Neste sentido, os produtores que não atendem às novas exigências, tendem a serem marginalizados do setor.

Na Região de Jales, ocorre a atuação de laticínios de pequeno porte com atuação local, e laticínios de grande porte com atuação em âmbito nacional, como a Nestlé. Esta empresa vem implementado um forte processo de seleção dos seus fornecedores, pois desde o início da presente década, ela não coleta mais leite em “tambores tradicionais”. A empresa vem trabalhando apenas com aqueles que

adquiriram o tanque de expansão. Isto fez com que significativa parte de seus antigos fornecedores passasse a fornecer leite para outros laticínios.

Em face de todas estas mudanças, o posicionamento do presente trabalho é a de que, tendo em vista as lacunas existentes tradicionalmente na fiscalização sanitária brasileira, não haverá a eliminação de todos estes produtores. No entanto, com as mudanças que vêm assolando o setor e as crescentes exigências que vem sendo feitas pelo capital industrial (laticínios), tem sido crescente as dificuldades enfrentadas pelos produtores para se manterem na atividade.

Em meio a este contexto de crescente dificuldades para os produtores não-especializados, algumas medidas, vem sendo adotadas para garantir a permanência destes na atividade. Tem sido comum os laticínios implementarem entre seus produtores não-especializados os tanques de resfriamento comunitário, de modo a não perderem o fornecimento destes, que se individualmente a reduzida produção não é interessante, quando somada a de todos os pequenos, a produção se torna considerável para os laticínios.

Na Região de Jales a partir do início da presente década, os produtores de leite se mobilizaram e passaram a se organizar em associações de produtores de leite, frente às dificuldades de se manterem produzindo individualmente. Como a Região possui um grande número de produtores que apresentam um volume de produção modesto, tal estratégia tem se mostrado bastante interessante também ao capital industrial, que assim não dispensaram a produção dos pequenos produtores, além de se isentarem dos procedimentos de coleta, transporte, refrigeração e análise do produto. Estas tarefas eram realizadas pelos próprios laticínios, nos quais muitos deles tinham entrepostos de captação especialmente para realizar estes serviços. Sob

este nova forma regulatória para o setor, as associações de produtores ao lado do poder público local, tem se encarregado disso, reduzindo o custo para os laticínios.

A estratégia da formação de associações, apesar de partir da mobilização dos produtores rurais, tem sido interessante ao capital industrial.

Esta reorganização produtiva do leite, além de impor grandes dificuldades à permanência dos pequenos produtores, tem levado a especialização daqueles que permanecem, favorecendo a concentração e centralização de capitais, aumento da produtividade e da escala de produção dos produtores especializados.

Por conta das lacunas deixadas pela fiscalização sanitária no país e pelas estratégias que o capital industrial tem implementado e estimulado para manter os produtores não-especializados na atividade, constata-se que os teóricos como Jank; Galan (1998), Wilkinson (1993), dentre outros, estão parcialmente equivocados em suas análises, quando apontam categoricamente para a eliminação dos produtores não-especializados.

Vale ressaltar que a hipótese inicial do presente trabalho, se apoiava na análise destes pesquisadores, que anunciavam que o conjunto crescente de exigências e busca por especialização e produtividade no setor, redundaria na exclusão/marginalização de um terço a metade de todos os produtores de leite do país. Após a consecução da pesquisa, verificou-se que esta hipótese não foi confirmada, pois os produtores têm se organizado e o capital industrial tem lançado mão de estratégias para manterem os produtores não-especializados produzindo.

Além da atuação das organizações coletivas, é indispensável a atuação do poder público, na formulação de políticas que valorizem os pequenos produtores e amenizem os efeitos perversos do processo de reorganização do setor. Além disso, é

importante atenuar os efeitos da subordinação dos produtores aos ditames do capital industrial.

Tendo em vista que as associações de produtores estão, de certo modo, subordinadas ao capital industrial, seria interessante que o poder público nas esferas nacional, estadual e local, possibilitasse a estes produtores a montagem de mini-usinas de processamento e beneficiamento do leite na Região.

7 – REFERÊNCIAS

ARAÚJO FILHO, J. R. de. O café, riqueza paulista. **Boletim Paulista de Geografia – AGB**. São Paulo, nº 23, 1956.

BENKO, G. **Economia, espaço e globalização na aurora do século XXI**. Trad. Antônio de Pádua Danesi. São Paulo: Hucitec, 1996.

BÍSCARO NETTO, N. **Memória e cultura na história da frente pioneira: extremo noroeste paulista – décadas de 40 e 50**. 1993. Pontifícia Universidade Católica – PUC, (Dissertação de Mestrado em História), São Paulo.

BORTOLETO, E. E.; CHABARIBERY, D. Leite e derivados: entraves e potencialidades na virada do século. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.28, nº 09, 1998.

BORTOLETO, E. E.; SILVA, V. A pequena produção leiteira no Estado de São Paulo: considerações sobre a organização e gestão dos negócios. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.31, nº 12, 2001.

BRESSAN, M. **Saídas para a pequena produção de leite no Brasil**. EMBRAPA, (mimeo) (SDP).

CARVALHO, M. A. Comércio agropecuário brasileiro no Mercosul. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, nº 06, 1999.

CARVALHO, M. C.; KUHN, V. L. Agricultura familiar no Estado de São Paulo: política e condições econômicas. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, nº 08, 1999.

CERON, A. O. **Tipos de agricultura e sua regionalização no setor norte-ocidental do estado de São Paulo**. 1971. Tese (Pós-Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro.

CHABARIBERY, D. Desempenho recente da produção de leite no Estado de São Paulo. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.33, nº 12, 2003.

CHAIA, V. L. M. **Os conflitos de arrendatários em Santa Fé do Sul (1959-1969)**. 1980. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Moderna, 1996.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965 - 1985**. Campinas, Editora da Unicamp, 1986.

DE NEGRI, J. A. "5 Lácteos", in GASQUES, J. G., et al. **Competitividade de grãos e de cadeias selecionadas do agribusiness**. Texto para discussão Nº. 538. Brasília, Janeiro de 1998. pp. 145 – 161.

FELLET, V. K. e GALAN, V. B. Diagnóstico e acompanhamento financeiro da atividade leiteira. **Revista Preços Agrícolas**. Piracicaba, nº 160, p. 14, 2000.

FERREIRA, C. R. P. T. et al. Caracterização da pecuária bovina no Estado de São Paulo. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, nº 02, 1999.

FIBGE. **Censo Agropecuário de 1980**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1980.

FIBGE. **Censo Agropecuário de 1985**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1985.

FIBGE. **Censo Agropecuário de 1995/96**. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1996.

FIBGE. **Base de Informações municipais (Pesquisa Pecuária Municipal)**. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 05 de março de 2004.

FONSECA, M. G. D.; MORAIS, E. M. Indústria de leite e derivados no Brasil: uma década de transformações. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.29, nº 09, 1999.

FONSECA, L. F.L. da. **Pagamento por qualidade: situação atual e perspectivas para o setor lácteo brasileiro**. Disponível em <<http://www.milkpoint.com.br>> Acesso em: 30 nov. 2002.

FONSECA, L. F. L. da. **A consolidação do pagamento por qualidade**. Disponível em: <<http://www.milkpoint.com.br>>. Acesso em: 30 mar. 2003.

FREDERICQ, A. A babá dos brasileiros: uma multinacional no setor leiteiro. In: CORADINI, O. L. **Agricultura, cooperativas e multinacionais**. Zahar Editores. Rio de Janeiro: 1981.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. Rio de Janeiro, Ed. Fundo de Cultura, 1985.

GODOY, P. R. T. **A expansão da fronteira agrícola na Alta-araraquarense: o caso de Santa Fé do Sul 1930 – 1960**. 1995, IGCE/UNESP, (Dissertação de Mestrado em Geografia), Rio Claro.

GOLDENSTEIN, L.; SEABRA, M. Divisão territorial do trabalho e nova regionalização. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, nº 1, p. 21-47, 1982.

GOMES, A. Q. **Economia leiteira no Bolsão Sul-Matogrossense**. 1994, FCT/UNESP, (Dissertação de Mestrado em Geografia), Presidente Prudente.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. 2ª edição, Campinas, IE - Instituto de Economia, Unicamp, 1998.

HESPANHOL, A. N. **Dinâmica agroindustrial, intervenção estatal e a questão do desenvolvimento da região de Andradina-SP**. 1996, IGCE/UNESP, (Tese de doutorado em Geografia), Rio Claro.

HESPANHOL, A. N. Políticas Públicas, modernização e crise da agricultura brasileira. **Revista Faz Ciência**, Francisco Beltrão, v.01, nº 01, p. 38-49, 1997.

JANK, M. S. ; GALAN, V. B. **Competitividade do Sistema Agro-industrial do Leite**. 1998. 271p. Relatório de Pesquisa: ESALQ - PENSA – USP- São Paulo.

LACERDA, A. C. **O impacto da globalização na economia brasileira**. São Paulo: Contexto, 1998.

LOCATEL, C. D. **O Desenvolvimento da fruticultura e a dinâmica da agropecuária na região de Jales-SP**. 2000, FCT/UNESP, (Dissertação de Mestrado em Geografia), Presidente Prudente.

MAMIGONIAN, A.; FREITAS, C. V. **Introdução ao estudo da economia leiteira paulista**. São Paulo, Boletim do Departamento de Geografia - FFCLPPP, nº 7, 1976.

MARAFON, G. Industrialização da agricultura e formação do Complexo Agroindustrial no Brasil. **GEO UERJ, Revista do Departamento de Geografia**, Rio de Janeiro, nº 03, p. 7 - 21, 1998.

MARTINS, J. S. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1991.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, Vozes, 1995.

MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira**. São Paulo, Edições Arquivo do Estado, 1981.

MAZZALI, L. **O processo recente de reorganização agroindustrial: do complexo à organização "em rede"**. São Paulo, Editora da Unesp, 2000.

MELLO, N. T. C. Evolução recente da pecuária de leite no Estado de São Paulo. In: **A pecuária leiteira no Estado de São Paulo: Perfil Técnico-econômico das empresas no Vale do Paraíba**. São Paulo, USP-FEA: Dissertação de Mestrado em Economia, 1981.

MONBEIG, P. **Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo**. Trad. Ary França e Raul Andrade e Silva. São Paulo, Ed. Hucitec– Polis, 1984.

MOREIRA, R. Os períodos técnicos e os paradigmas do espaço do trabalho. **Revista Ciência Geográfica**. Bauru: AGB, ano VI, vol. II, nº 16, p. 04-08.

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo, Hucitec, 1989.

MULLER, N. L. **Sítios e sitiantes no Estado de São Paulo**. São Paulo, 1951. (mimeo)

MURAMATSU, L. N. **As revoltas do Capim (Movimentos Sociais-Agrários no Oeste Paulista - 1959 – 1970)**. 1984. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo.

NARDOQUE, S. **Apropriação capitalista da terra e a formação da pequena propriedade em Jales-SP**. 2002., FCT/UNESP, (Dissertação de mestrado em geografia), Presidente Prudente-SP.

OLIVEIRA, A. R. **A fruticultura como alternativa econômica aos pequenos produtores rurais: o caso da região de Dracena-SP**. 2003, FCT/UNESP - Dissertação de Mestrado em Geografia, Presidente Prudente-SP.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura e Indústria no Brasil. In: **Boletim Paulista de Geografia**. Nº 58, São Paulo: AGB, Set/1981. p.5-64.

OLIVEIRA, A. U. de. Agricultura brasileira: transformações recentes. In: ROSS, Jurandir L. Sanches (org.). **Geografia do Brasil**. EDUSP, São Paulo, 1995.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura camponesa no Brasil**. Editora Contexto, São Paulo, 2001.

OTANI, M. N. Caracterização e estudo da agricultura familiar: o caso dos produtores de leite do município de Lagoinha, Estado de São Paulo. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.31, nº 04, 2001.

PAULILLO, L. F. O.; HERRERA, V. E.; COSTA, A. A reestruturação agroindustrial Láctea e os impactos na bacia leiteira de Ribeirão Preto-SP. In: PAULILLO, L. F.; ALVES, F. (Org.). **Reestruturação agroindustrial, políticas públicas e segurança alimentar regional**. São Carlos, EDUFSCAR, 2002.

PRADO JR., C. **História econômica do Brasil**. 35ª edição, São Paulo, Brasiliense, 1987.

PRADO JR. C. **A questão agrária**. São Paulo, Editora Brasiliense, 2000.

PEDROSO, G. D. **SETOR LEITEIRO: as percepções de produtores do RS sobre as transformações delineadas na década de 90.** 2001, UFRGS – Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Rural, Porto Alegre-RS.

PETRONE, M. T. S. **A lavoura canavieira em São Paulo.** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.

PETRONE, M. T. S. P. **O imigrante e a pequena propriedade: 1824-1930.** Editora Brasiliense, 1982.

RODRIGUES, A. M. P. **Renda da terra, trabalho, espaço e capital: os tiradores de leite de Catuçaba-SP.** 1983, F.F.L.C.H - USP (Dissertação de Mestrado em Geografia), São Paulo.

RUBELO, J. G. N. **A produção camponesa no município de Jales-SP.** 2000, FCT/UNESP (Dissertação de Mestrado em Geografia), Presidente Prudente-SP.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional.** São Paulo, Hucitec, 1994.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal.** São Paulo, Editora Record, 2000.

SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 2001.

SANTOS, J. C. **O sistema agroindustrial do leite na região de Presidente Prudente-SP.** 2004, FCT/UNESP (Dissertação de Mestrado em Geografia), Presidente Prudente-SP.

SAVITCI, L. A. et al. Usinas de Beneficiamento de leite: otimização de empreendimentos de pequeno porte. **Revista Informações Econômicas.** São Paulo, Vol. 28, nº 12, dez. de 1998.

SORJ, B. **Estado e classes sociais na agricultura brasileira.** Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1986.

STEVANATO, A. S. **A produção de leite na região de Presidente Prudente-SP: o caso da Cooperativa de Laticínios Vale do Paranapanema (COOLVAP)**. 2002, FCT/UNESP, (Dissertação de Mestrado em Geografia), Presidente Prudente-SP.

STOLCKE, V. **Cafeicultura: homens, mulheres e capital (1850 – 1980)**. Trad. Denise Bottman e João R. Martins Filho. São Paulo, Brasiliense, 1986.

SZMRECSÁNY, T. **Pequena história da agricultura no Brasil**. São Paulo, Ed. Contexto, 1990.

THOMAZ JR, A. **Por trás dos canaviais, os (nós) da cana (uma contribuição ao entendimento da relação capital X trabalho e do movimento sindical dos trabalhadores na agroindústria canavieira paulista)**. 1996, USP/FFLCH, (Tese de Doutorado em Geografia), São Paulo.

VEGRO, C. L.; REBESQUINI, A. Estrutura agroindustrial dos municípios de Fernandópolis, Jales e Santa Fé do Sul, Estado de São Paulo, 1995. **Revista Informações Econômicas**, São Paulo, v.26, nº 09, setembro, 1996.

VILELA, D.; BRESSAN, M.; CUNHA, A. S. **Restrições técnicas, econômicas e institucionais ao desenvolvimento da Cadeia Produtiva do Leite no Brasil**. Brasília, MCT/CNPq/PADCT, Juiz de Fora: EMBRAPA-CNPGL, 1999. 211p.

WILKINSON, J. **Estudo da competitividade da indústria brasileira**. Campinas, MCT-FINEP-PADCT, 1993.

8 - ANEXOS

ANEXOS

Questionário aplicado aos produtores de leite da região de Jales-SP

1 - Dados sobre o produtor

- 1.1. Nome:..... 1.2. idade:.....anos
1.3. Escolaridade:..... 1.4. Município de origem:.....
1.5. Nº de pessoas da família que residem no imóvel?..... Nº de pessoas/empregados...
1.6. Há qto tempo é produtor de leite?.....
1.7. Quais motivos o levaram a produzir leite?.....
1.8. Antes do leite praticava qual cultura?.....
1.8. Seus filhos pretendem continuar com a atividade? Porque?.....

2.1. Dados sobre a propriedade

	Hectares	ou	Alqueires
2.2. área total da propriedade			
2.3. área própria			
2.4. área tomada em arrendamento			
2.5. outros. Quais?			

2.6. Propriedade Localizada no município de

- 2.7. Como adquiriu a propriedade? () herança () compra () posse () assentamento () outro, qual?.....
2.8. Há quanto tempo possui a propriedade?
2.9. Atividade principal da propriedade?.....
2.10. Possui mais de uma propriedade rural? () sim () não. Se sim, quantas e onde se localizam?.....
2.11. A propriedade possui? () curral () silos () barracão de leite () tratores

3 – Utilização das terras

	Hectares	ou	alqueires
3.1. lavouras permanentes			
3.2. lavouras temporárias			
3.3. pastagens			
3.4. área em descanso			
3.5. área reflorestada ou veg. nativa			

4 – Atividade pecuária geral

Tipo	Nº de cabeças	Destino da produção
4.1. Bovinos de corte		
4.2. suínos		
4.3. eqüinos		
4.4. aves		
4.5. outros		

5 – Características da atividade leiteira

5.1. Rebanho leiteiro

tipos	Nº
5.1.1. Vacas em lactação	
5.1.2. Vacas secas	
5.1.3. novilhas	
5.1.4. Bezerros	

5.2. Características técnicas da produção de leite

- 5.2.1. Qual a produção de leite no período da safra?.....
- 5.2.2. Qual a produção de leite no período da entressafra?.....
- 5.2.3. Qual a idade média de desmame dos bezerros?.....
- 5.2.4. Quantas ordenhas realiza por dia?.....
- 5.2.5. Qual a sua produção média/leite/vaca/dia?.....
- 5.2.6. A sua produção é entregue a que laticínio?.....
- 5.2.7. Anteriormente entregava para qual laticínio?Qual?.....
- 5.2.8. Qual o motivo que o leva a entregar para este laticínio?.....
- 5.2.9. Responsável pelo transporte () produtor () laticínio
- 5.2.10. Utiliza ordenhadeira mecânica? () não () sim
- 5.2.11. Quanto recebe pelo litro de leite?.....
- 5.2.12. Qual a alimentação do rebanho leiteiro?
- Época de seca:.....
- Época das águas:.....
- 5.2.13. Realiza inseminação artificial em suas matrizes?.....
- 5.2.14. Fez algum tipo de financiamento para o leite? () sim () não
- Quando (data/ano)?.....órgão/financiador:
- 5.2.15 Possui tanque de resfriamento na propriedade? () sim () não
- Se sim, como adquiriu?.....
- Se não, pretende adquirir?porque?.....
- 5.2.16. O senhor produz e comercializa leite *in natura*? () sim () Não. Se sim, onde?.....
- Qtos litros/ produtos comercializa por dias?.....

6 – Características sócio-econômicas e opinião dos produtores de leite

6.1. O senhor gostaria que seus filhos continuassem com a produção de leite? Porque?

.....

.....

.....

6.2. Hoje, o que mais atrapalha o produtor obter melhores condições na atividade leiteira e o que poderia ser feito para melhorar as condições dos produtores de leite?.....

.....

.....

6.4. Frente às novas perspectivas para o setor, como as novas exigências feitas ao produtor, o senhor pensa em continuar com a atividade leiteira ou abandonar?.....

ROTEIRO DE ENTREVISTA DAS ASSOCIAÇÕES

Data:...../...../.....
Nome do entrevistado:.....Função.....
Nome da associação.....
Município sede:.....
Área de atuação.....

HISTÓRICO DA ASSOCIAÇÃO

Ano de Fundação:.....
Quais fatores motivaram a criação da associação?.....

A associação recebeu recursos de alguma instituição para a implantação de sua infraestrutura? Como foram aplicados?.....

Recebeu algum tipo de recurso/incentivo da prefeitura? De que tipo e como foram aplicados?.....
.....

CARACTERIZAÇÃO DA PRODUÇÃO

Número total de associados:..... Grandes..... Médios..... Pequenos.....
Critérios utilizados para classificar os associados?.....
Qual a capacidade de armazenamento de leite da associação?.....
Qual a quantidade média de leite/dia processada pela associação na safra..... e na entressafra.....
Do próprio município?.....% de outros municípios.....%
Para quem é vendida a produção de leite da associação?.....

SERVIÇOS OFERECIDOS AOS ASSOCIADOS

Assistência técnica () sim () não
Se sim, nº de agrônomos..... nº de técnicos agrícolas.....
Comercialização da produção () sim () não
Venda de insumos () sim () não
Assistência médica () sim () não
Assistência odontológica () sim () Não
Outros () sim () Não se sim, quais?.....

PERSPECTIVAS DA ASSOCIAÇÃO

Quais os principais projetos da associação para o futuro?.....
.....

Possuem planos de aumentar o número de associados?.....
.....

Quais medidas estão sendo tomadas para resolver os problemas de comercialização e de preços do leite?.....

Quais as principais dificuldades que a associação está enfrentando.....

ROTEIRO DE ENTREVISTA UTILIZADO NAS CASAS DE AGRICULTURA

Data...../...../.....

Nome:.....

Função:.....

Cidade:.....

Tempo na função:.....

Quais são os objetivos da secretaria de agricultura em relação à pecuária leiteira regional?

.....
.....
.....

Como o senhor avalia o potencial da pecuária leiteira do município?.....

.....
.....

Como você vê a possibilidade de melhoria técnica na produção de leite do município?

.....
.....
.....

Existe alguma alternativa de modo a aumentar a produtividade do leite com baixo custo aos produtores?.....

Como está sendo a adaptação dos produtores de leite do município a estas mudanças no setor lácteo?.....

Roteiro de entrevista aplicado aos dirigentes dos laticínios que atuam na região de Jales-SP

Local..... Data.....

Nome.....

Cargo/função que realiza dentro da empresa.....

1) Histórico da empresa

Razão social da empresa.....

Data de fundação da empresa.....

Nome do (s) fundador (es).....

Quais fatores motivaram a instalação da empresa no município?.....

A empresa recebeu algum tipo de incentivo da prefeitura para se instalar no município? De que tipo?.....

Como funciona a empresa?(divisão: unidades, áreas ou setores como funciona cada uma).....

Número de funcionários..... masculino.....% feminino.....%

Quantos fornecedores/produtores possuem?.....

Possuem critérios para a classificação dos produtores em pequenos, médios e grandes? Quais critérios utilizam? Tamanho do rebanho, da propriedade ou pela quantidade de litros de leite entregue?.....

Como é feito o pagamento ao produtor? Existe diferença na safra/entressafra?.....

Quem arca com os custos de transporte até o laticínio, o produtor ou a empresa?.....

2) Produção/consumo/tecnologia

Capacidade de processamento diário:litros/dia

Quantidade Média processadalitros/dia

Procedência do leite processado:% do próprio município% de municípios da região.....% de outros locais (de onde).....

Produz derivados do leite? Quais produtos?.....Quantos %.....

Comercializa leite fluido?..... Quantos%.....

Número de Funcionários: Total

Mão-de-obra não qualificada Nível médio Nível Superior

A empresa atua em outros ramos de atividade? () Sim () Não Se sim, em quais?

Qual é o nível tecnológico médio da pecuária regional? () Elevado () Médio () Baixo. Por que?.....

Qual época do ano a empresa atua com a capacidade máxima?.....

Qual o raio de atuação da unidade/empresa?.....

Possui entrepostos de captação do leite? Sim () não () possuíam (), em quais municípios da região de Jales-SP?.....

Qual a quantidade de leite que a empresa capta na região de Jales?
Na safra.....% na entressafra.....%

3) Principais problemas/ financiamentos/ perspectivas

Quais as principais dificuldades encontradas pela empresa atualmente?.....

A empresa mantém outras atividades além da produção de leite?. Quais e porque?.....

A empresa já utilizou de algum tipo de financiamento de bancos privados ou públicos? (sim, para que foi utilizado? Não: porque?).....

A empresa realiza empréstimos ou financiamentos a seus fornecedores, ou atua como intermediário entre os produtores e os órgãos financiadores?.....

Quais são os planos a curto prazo da empresa?.....

Onde são fabricadas as embalagens dos produtos?.....

Como a empresa encara este processo de “modernização” do setor lácteo nacional? Levando em conta este processo, as perspectivas são boas ou más para a empresa?.....
.....